Nº 68 — Cr$ 100,00 — OUTUBRO DE 1981

coojornal

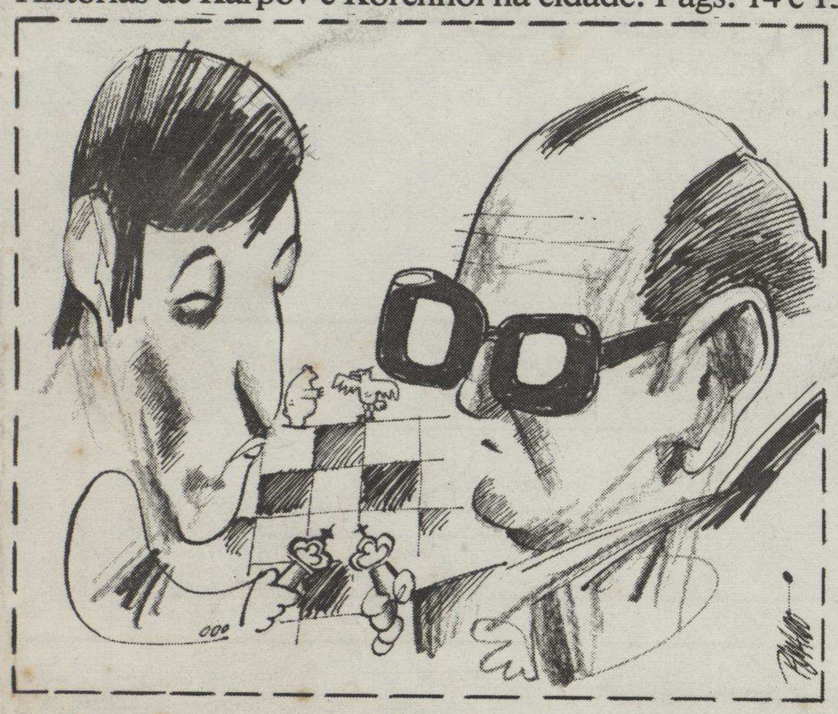
ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

A vitória operária no cinema

Pornochanchadas ainda são maioria, mas os filmes sobre trabalhadores ganham cada vez mais prêmios e público. Págs. 20 e 21

Xadrez: a guerra fria vista de Porto Alegre

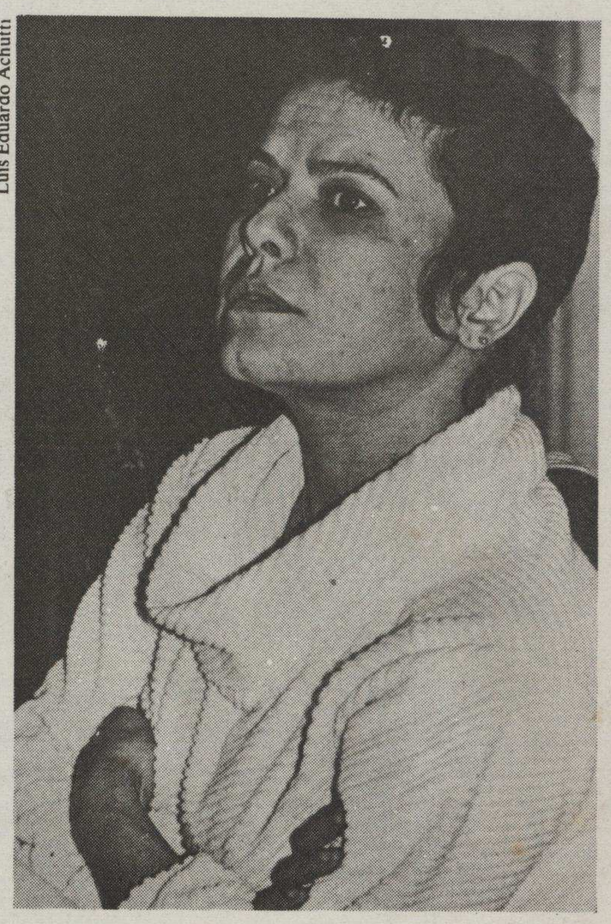
História de Karpov e Korchnoi na cidade. Págs. 14 e 15



Descasada, mudando de gravadora várias vezes, pressionada, ela confessou: "Pensei em largar tudo". Página 22

DRAMAS DE ELIS

Luis Eduardo Achutti

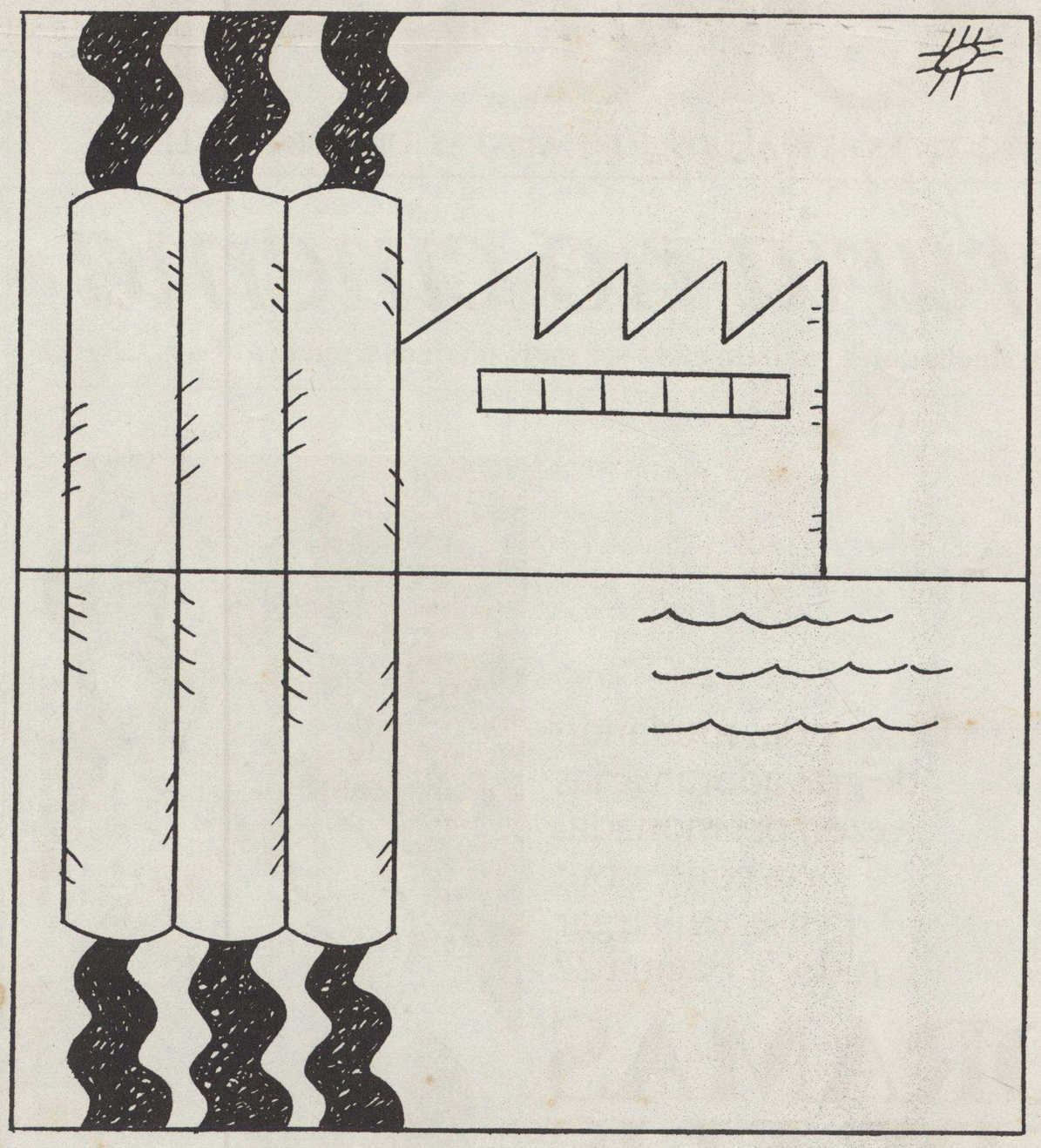


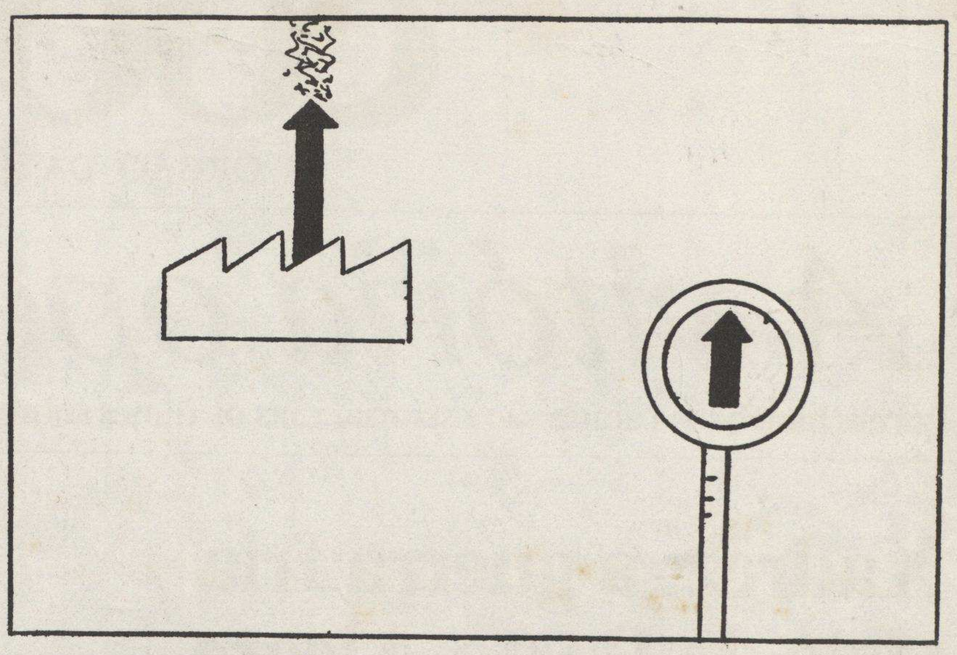
O CIVIL DA IGREJA GAÚCHA

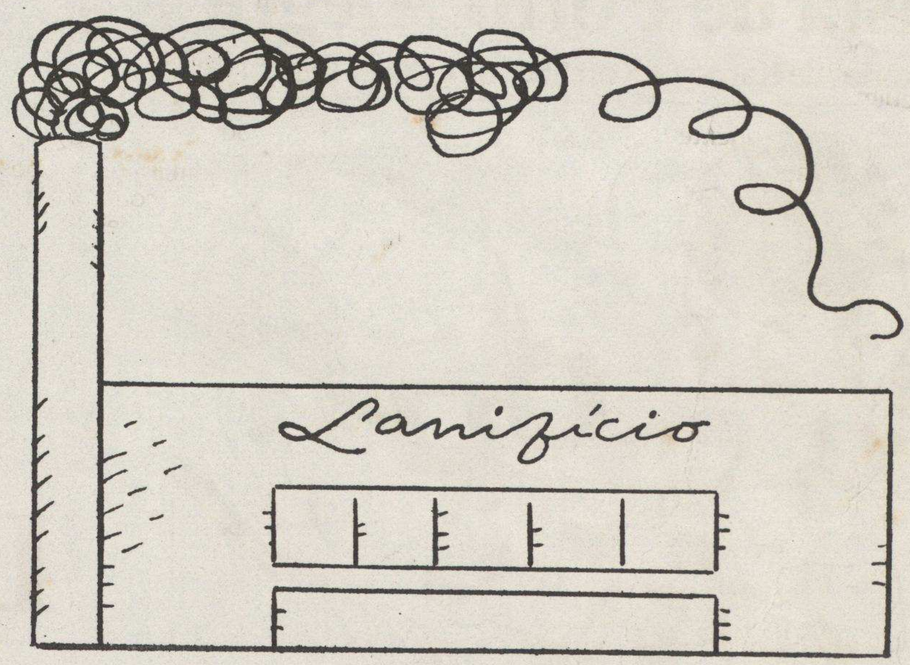
Dom Cláudio no lugar de Dom Vicente: estilo de político nos rigores da Cúria. Página Central

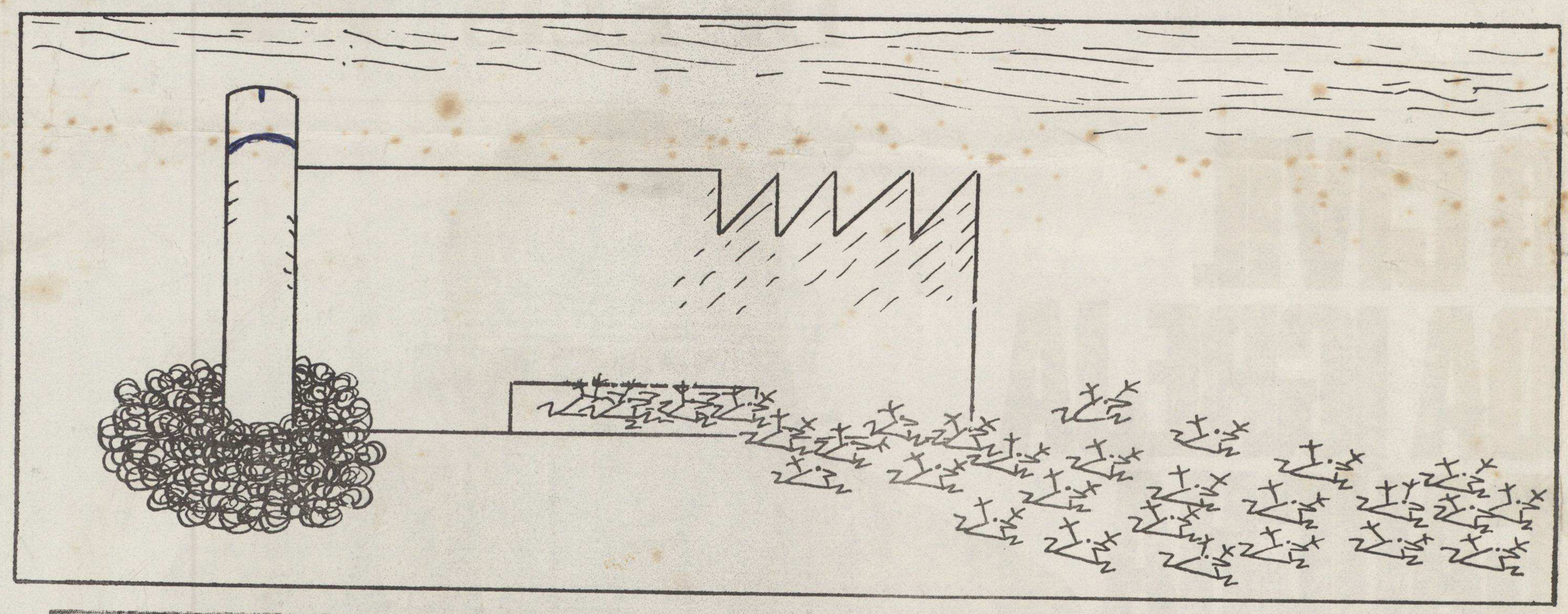
Triste Uruguai
ALDUNATE
página 13

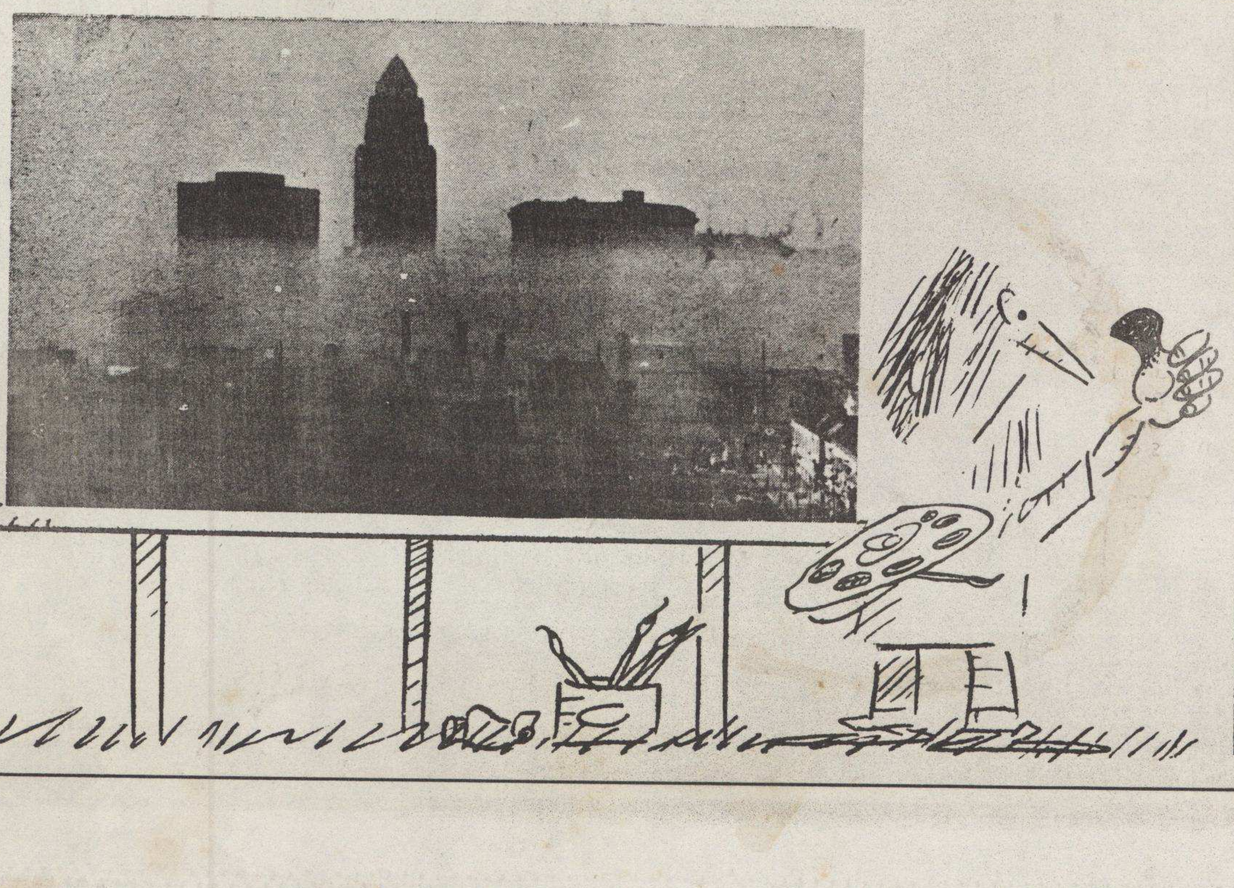
canini

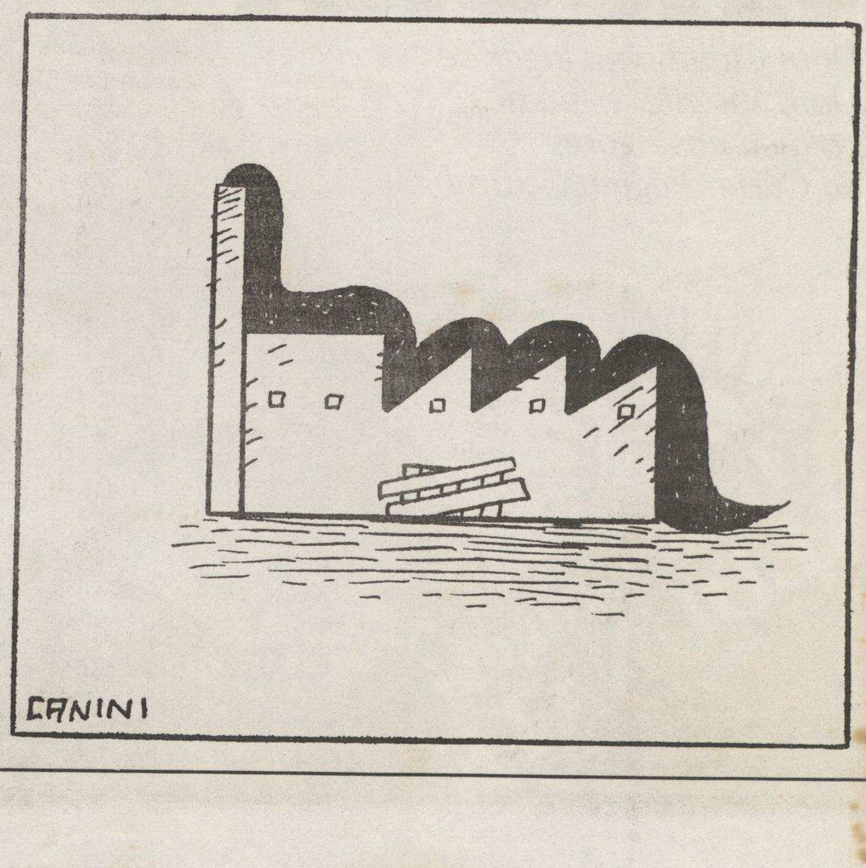












IMPRENSA

JB congela os salários

Podem os jornalistas assinarem acordos que reduzam seus salários? Para o *Jornal do Brasil,* não só podem, como devem. A questão foi colocada em discussão pelo Sindicato dos Jornalistas de Brasília depois que o *JB,* no Rio, forçou seus empregados a assinarem um acordo lesivo aos interesses da categoria, sob pena de corte de 20% do pessoal.

Consumado o fato no Rio de Janeiro — com a empresa aproveitando-se da ausência, no Rio, da maior parte da diretoria do sindicato local, que participava da Conclat, em São Paulo, todas as sucursais do *JB* nos estados começaram a seguir idêntico procedimento. Pelo acordo, os jornalistas renunciam transitoriamente, pelo prazo de seis meses, ao valor correspondente a duas horas extras diárias, o que, na prática, significa congelamento de salário pelo mesmo prazo. Quem não assinar o acordo será demitido, avisou a empresa.

A única coisa que o *JB* dá em troca aos seus jornalistas, nos seis meses de vigência do acordo, é a garantia de que ninguém será demitido. No entanto, findo este prazo, nada impede que a empresa comece a dispensar em massa sob a alegação de estar atravessando dificuldades financeiras.

Em nenhum momento das negociações com seus empregados, o *JB* abriu sua contabilidade para um exame mais apurado de sua situação financeira, como determina a CLT. A julgar, porém, pelo insuspeito semanário *José,* de Brasília, a situação do *JB* não é tão ruim como querem fazer crer seus diretores.

Segundo o *José,* os diretores do *JB* "exultam com o êxito dos sorteios de automóveis que estão promovendo, mediante cupons publicados nas suas edições". Os sorteios, sempre segundo o semanário, além de inverter a tendência de queda das tiragens do jornal, devem dar uma renda extra para o *JB* avaliada em mais de Cr$ 90 milhões.

Nada disso, porém, parece ter sido levado em conta pela direção do jornal que diz estar atravessando momentos de dificuldades devido à situação econômica do País e, em decorrência da lei salarial — contra a qual tem-se batido em sucessivos editoriais — ou dispensa empregados ou propõe acordos como esse.

Em Brasília, os jornalistas da sucursal do *JB* foram literalmente enganados pela empresa. Ocorre que a data de dissídio na Capital Federal, pelo fato dos jornalistas da sucursal do *JB* estarem vinculados ao Sindicato local, é diferente da do Rio. Em Brasília, os jornalistas foram estimulados pela própria direção do jornal a procurarem "melhorar" o acordo feito no Rio.

Duas semanas depois, exatamente a primeiro de outubro, foi comunicado aos jornalistas que a empresa não aceitava qualquer um dos itens propostos em contrapartida ao lesivo acordo. O fato deve se repetir em Porto Alegre, São Paulo e Belo Horizonte.

Para não serem demitidos e ficarem à margem de um mercado de trabalho cada vez mais estreito, os repórteres do *JB* estão sendo levados a assinarem o acordo, que o sindicato dos jornalistas de Brasília repudiou. E a atitude, forçada por uma empresa que quer repartir seus prejuízos com os empregados, sem nunca ter distribuído seus gordos lucros, abrirá um sério precedente, que pode vir a ser imitado por outros jornais que aleguem estar atravessando dificuldades.

CENSO

O bolo cresceu e não foi dividido!

Os primeiros resultados da decantada "política de distribuição de renda" do Governo estão expressos nos números do Censo Demográfico de 1980, realizado pela fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), e divulgados no mês passado. Eles indicam que, durante a década de 70, tanto no campo quanto nas cidades, os ricos ficaram "mais ricos" e os pobres ficaram "mais pobres".

Com clareza, os dados preliminares da FIBGE — o resultado final do Censo sairá no segundo semestre de 1982 — mostram que, embora de forma mais lenta em comparação ao decênio anterior, o processo de concentração de renda no País teve seqüência nos anos 70. Em termos absolutos, pode-se até dizer que toda a "população economicamente ativa" ganhou mais, ficou "mais rica", refletindo o crescimento econômico verificado no período. Entretanto, em termos relativos, houve um aumento substancial da distância que separa os "mais ricos" dos "mais pobres". Ou seja, a riqueza, uma vez mais, distribuída igualmente entre os diferentes grupos sociais que constituem a "população economicamente ativa".

"Vamos deixar o bolo crescer, para depois dividir", dizia o atual ministro do Planejamento, Antonio Delfim Netto, no auge do obscurantismo político do Governo Medici, quando ele (Delfim) ocupava a pasta da Fazenda. O "bolo" cresceu, sim, mas as fatias do crescimento não foram distribuídas a todos na mesma proporção. Em 1970, o grupo que compunha o estrato mais elevado da sociedade — os 1% mais ricos da população economicamente ativa — detinha 14,7% dos rendimentos totais, passando para 16,9% em 80, com um aumento de 15,1% na participação do "bolo". Os 50% mais pobres da população tiveram uma redução no tamanho da fatia: de 14,9% em 70, para 12,6% em 80, o que representa uma perda de 15,4% e de 17,6%, considerando-se os 20% mais pobres da população trabalhadora do País.

179% MAIS RICOS

A desigualdade social, na década de 70, foi ainda mais aguda na área rural. Segundo os dados do Censo e do FIBGE, os grandes proprietários rurais que, em 70, respondiam por 10,5% do total dos rendimentos no campo, em 1980 passarão a concentrar 29,3%. Isto é, ficaram 179% mais ricos em dez anos. Ligicamente, os 50% mais pobres perderam terreno, com sua participação no "bolo" caindo de 22,4 do rendimento rural, em 70, para 14,9 no ano passado. A FIBGE diz que a causa básica dessa concentração de renda é "o progresso técnico da agricultura, com modernização das propriedades rurais, principalmente aquelas voltadas para a agricultura de exportação". Além disso, na visão de alguns economistas, o farto crédito subsidiado e a rápida valorização da terra ajudaram a enriquecer os proprietários rurais. Acrescente-se ainda a evolução dos preços dos produtos agrícolas, outro fator que beneficiou os donos da terra.

De acordo com o Censo do FIBGE, atualmente existem menos pessoas em condições de pobreza absoluta, tomando-se como base o salário-mínimo. Em 70, havia 15,7 milhões de pessoas — 60% da população economicamente ativa — ganhando até um salário-mínimo, número que caiu para 13,4 milhões de pessoas em 80, representando 33,3% da população assalariada. Entrentanto, isso não significa que houve uma melhor distribuição da renda (se é que se pode dizer que houve alguma distribuição). Os 15,7 milhões que, em 70, ganhavam até um salário-mínimo, concentravam 21,6% dos rendimentos globais. No ano passado, os 13,4 milhões de trabahadores na mesma faixa salarial respondiam por apenas 7,1% do total dos rendimentos.

Outro indicador importante é que os 34,4% da população economicamente ativa que se situavam na faixa de dois a cinco salários-mínimos em 1970, detinham 44,3% do total dos rendimentos. Dez anos mais tarde, os trabalhadores nessa faixa representavam 54,7% da população assalariada, mas com uma fatia menor no "bolo": 40,9%. O Censo mostra ainda que, acima de 20 salários-mínimos, 0,4% da população (102 mil pessoas) detinham 7,7% dos rendimentos totais, em 70. Em 80, os ricos representavam 1,6% da população (630 mil pessoas), com uma fatia do "bolo" de 19,1%. Em resumo, o Censo revela que os ricos ficaram mais ricos, mas nesse grupo exclusivo entraram "novos ricos", ocorrendo ainda uma melhora na distribuição relativa da renda "dentro" dessa faixa. Ou seja, a "distribuição" da renda se processa muito distante dos 88% da população trabalhadora que percebe ente meio e cinco salários-mínimos.

Walter Morais

IGREJA

A democracia dos luteranos

Na mesma semana que Dom Vicente Scherer anunciava o nome de seu substituto, cerca de 120 delegados comunitários, representando quase 300 mil fiéis gaúchos da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB), reuniam-se no município de Carazinho e elegiam, pelo voto, seu novo pastor regional, cargo correspondente ao de arcebispo de Porto Alegre. Pode soar estranho falar-se em eleição e delegados comunitários na escolha de líderes religiosos. No entanto, esta é uma praxe na IECLB desde que ela surgiu, há 12 anos, fruto da reunião das cinco comunidades evangélicas existentes no país. Todas as suas decisões são tomadas em eleições democráticas, na proporção de dois votos para os leigos e um para os pastores.

Ligada à Igreja Evangélica alemã — que financia 22% de seu orçamento — a IECLB sustenta-se com a contribuição de seus fiéis, que pagam Cr$ 700 anuais e dos rendimentos de uma gravadora, a Isaec. No Brasil, existem cerca de um milhão de seguidores, dos quais 200 mil são contribuintes. Nos últimos dois anos, a Igreja Evangélica imprimiu um ritmo político às suas atividades, afinando-se com as alas mais progressistas da Igreja Católica. A regional IV, com sede no município de São Leopoldo, é a mais importante da IECLB. O pastor eleito, Humberto Kirhheim, tem 42 anos, é casado, três filho, leitor de Jorge Amado e de teólogos católicos como Carlos Mestres e Leonardo Boff, fala ao **Coojornal** sobre a atuação na IECLB:

— Como atua a Igreja Evangélica no Brasil?

— Seguimos o método "Ver, julgar e agir", que se origina da Igreja Católica, confrontando o texto do Evangelho com a realidade em que vivemos. Nossa atuação direciona-se em três sentidos. No sentido de uma pastoral rural, em que tratamos dos problemas fundiários, de êxodo rural, aconselhando o pequeno produtor a adotar uma agricultura alternativa, orgânica e compartilhada, para fugir às imposições e explorações das multinacionais de adubos e defensivos, semeando o amor à terra como acontece em relação a Encruzilhada Natalino., No sentido de uma pastoral urbana, em que discutimos os problemas das massas das periferias, e estamos estimulando a descentralização das nossas igrejas e a criação de centros comunitários e associações de bairro. E no que chamamos de presença relativa à valorizaão da pessoa em seu sentido existencial, de solidão, de medo e de sentido de vida.

— A igreja Evangélica também fez uma opção pelos pobres?

— Sim, mas talvez de um modo não tão elaborado. Se levamos a sério o Evangelho, naturalmente devemos nos preocupar justamente com os que têm mais dificuldades de vida, ou seja, onde está o Cristo. Não quer dizer que não nos preocupamos com os ricos ou com a classe média.

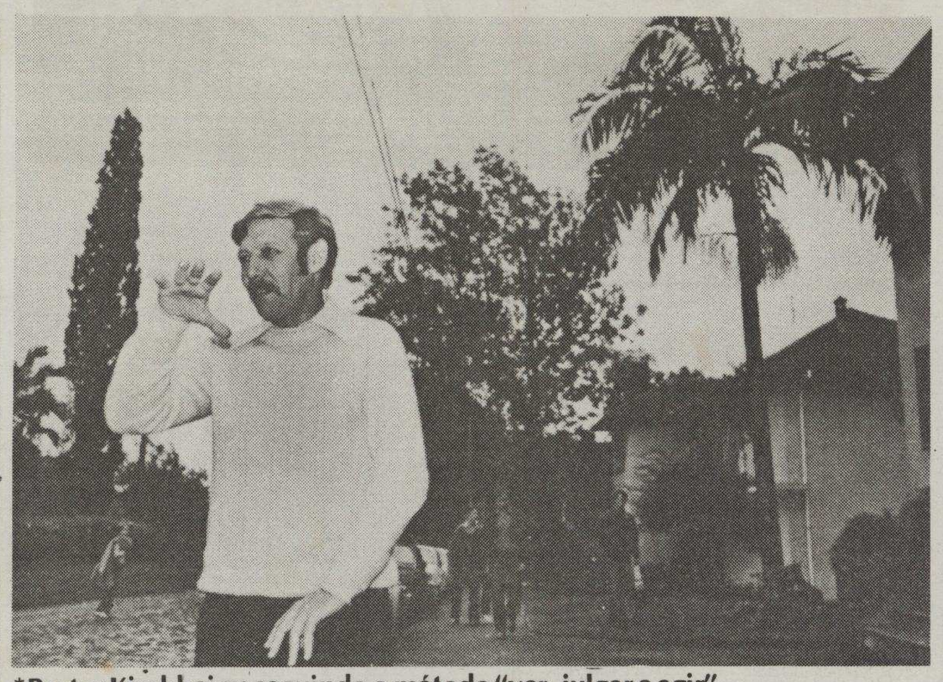
— Como reagem os setores mais conservadores?

— Não só a Igreja como todos os setores da sociedade estão deparando-se com a plùralidade de pensamento. No caso da nossa Igreja não é diferente. Há os que acentuam a responsabilidade social e política e os que dão preferência aos assuntos mais ligados à espiritualidade. No Conselho Diretor, formado por todos os pastores regionais, estão representadas estas duas tendências mais as que não se identificam com os extremos. Posso dizer que a representatividade maior está com os que defendem a participação encarnada nas lutas do dia-a-dia.

— Como a IECLB recebeu as críticas do senador Jarbas Passarinho a setores da Igreja Católica?

— Não se elaborou uma opinião comum. Pessoalmente diria que a Igreja torna-se coerente com suas raízes e, como conseqüência, experimenta tensões e conflitos que não têm razão de ser. Mas acredito que acusações deste tipo são uma forma de desviar as atenções sobre problemas fundamentais da sociedade.

Luiz Eduardo Achutti



***Pastor Kirchheim: seguindo o método "ver, julgar e agir".**

DELPHUS®

COMPLETE SUA OBRA DE ARTE
COM UMA MOLDURA
DE ALTA QUALIDADE.

A DELPHUS COLOCA A SUA DISPOSIÇÃO
A EXPERIÊNCIA E A ARTE DE SEUS PROFISSIONAIS.

CRISTÓVÃO COLOMBO, 1.103 - FONE 22.32.32 - PORTO ALEGRE — RS

Aos Leitores

Há uma pequena nota nesta edição, na página 6, sobre o caso da agressão sofrida pela colunista social de Brasília Consuelo Badra. A versão corrente é de que a influente dama (amiga de oito ministros e 14 governadores) foi agredida a socos por seu ex-namorado Antônio Venâncio da Silva Júnior. Bem, sabendo-se também que os dois costumavam alimentar o namoro à bordo de um jatinho do Governo — o Lear Jet do Instituto Brasileiro do Café (IBC) — está aberto o caminho a outras especulações.

Primeira: é certo que, neste caso, o avião não foi desviado de sua rota por nenhum Ministro. Está afastada a hipótese de seqüestro aéreo na rota Nova Iorque-Rio.

Segunda: nosso jatinho (é nosso? Quer dizer, patrimônio público?), ou, melhor, o jatinho do Governo (é nosso? Quer dizer, do povo?) não caiu ao ser requisitado pelo namorado para levar a jornalista Badra especialmente a um show musical no Rio. Portanto, está afastada, também, a hipótese de que, por excesso de carga de sacas de café, um acidente aéreo tenha causado os ferimentos na colunista social.

Terceira: Há no caso, também, a presença de um par de algemas, de propriedade do filho do presidente do IBC Octávio Rainho (presumivelmente destinadas a prender sacas de café e protege-las das turbulências — afinal, é preciso poupar e exportar). Mas, algumas não voam e, portanto, não poderiam receber ordem de pousar em Brasília par um Ministro da Fazenda trocar de roupa antes de rumar a Buenos Aires, em companhia do presidente da República.

Quarta: Esta é a mais intrigante, talvez. Nosso (?) Lear Jet poderia ter sido usado para, num vôo a plenas turbinas, romper as algemas que estariam prendendo uma glamourosa jornalista a um inconveniente arqui-milionário. Sabe-se lá até que ponto levam as grandes paixões da Corte do Planalto. Aqui na planície, bem na planície mesmo, na periferia das grandes cidades (às vezes, não só na periferia), para esses casos, na falta de jatinho, usa-se faca, revólver, baldes furados, bolsos vazios, essas coisas...

Quinta: Os namorados, num humano equívoco, ao chegarem ao aeroporto de Brasília, a Capital da Esperança, teriam se dirigido à escada de um DC-10 da Varig da rota Nova Iorque-Rio (lá pousado na calada da noite, inusitadamente) e ela, inadvertidamente, se chocado contra o bigode de um cavalheiro que descia apressado para trocar de roupa.

Sexta: O Lear Jet do arqui-milionário Antônio Venâncio da Silva, vulgo Faraó de Brasília; perdão, o Lear Jet do embaixador Octávio Rainho, presidente do IBC; perdão, o Lear Jet do Governo (nosso?), estaria em conserto e um mecânico desatento ao jogar um alicate ao colega ao lado não percebeu a aproximação de uma jornalista muito amiga de ministros e governadores. (Usa-se alicate para consertos em Brasília? Alicate corta algemas?).

Sétima: Doze mil dólares (leia a nota da página 6) é suficiente para pagar consertos num Lear Jet (nosso? Perdão, do Governo?). Se for, reside aí, enfim, uma boa pista para um bom detetive investigar esses intrigantes fenômenos aéreos que rondam a Capital Federal.

Oitava: A venda de um edifício de propriedade do Faraó de Brasília a nossa (?) Eletronorte por 1,5 milhão de dólares (segundo informação da revista *Veja*), seria uma venda à jato?

Nona: O DC-10 da Varig da rota Nova Iorque-Rio desviado pelo Ministro da Fazenda para um motel na periferia de Brasília... Êpa, perdão!... o Lear Jet (do Governo?) desviado da rota motel de subúrbio-Buenos Aires... Êpa, perdão!... Os hematomas do Lear Jet do IBC (nosso?)... Êpa! Êpa!...

Décima: Os colonos sem-terra de Ronda Alta (ou foram os posseiros do Araguaia?) teriam seqüestrado o Lear Jet da Rota semeia-e-colhe. No ínterim dessa faina teriam ouvido voz de comando: "Rumo à Manhatan". Um colono tentou argumentar, mais foi algemado...

Os editores

BRASIL
Nacionalismo versão suiça

Quase todos os ministros de estado da área econômica, após o movimento de 1964, têm reiterado que o capital estrangeiro é "bem vindo" ao Brasil na medida em que, ajudaria o desenvolvimento nacional. Aliás, uma das primeiras medidas do regime militar implantado foi modificar a lei de capital estrangeiro aprovada no governo João Goulart, tornando-a mais "flexível" aos recursos vindos do exterior.

No entanto, o fluxo de recursos externos sob a forma de capital de risco (não sob a forma de empréstimo) tem-se reduzido nos últimos anos. Para este ano de 1981, as estimativas oficiais previam um fluxo em torno de dois bilhões de dólares e o próprio Banco Central já reconhece que dificilmente chegará ao mesmo nível do ano passado (1 bilhão e 700 mil dólares), que já havia registrado um decréscimo em relação aos dois bilhões de dólares que entraram em 1979. O "estoque" (saldo acumulado) dos investimentos estrangeiros no Brasil, no final do ano passado atingiu a 17 bilhões e 500 mil dólares.

A primeira explicação para esse menor volume vem das próprias dificuldades conjunturais da economia nacional. Como três quartos do capital estrangeiro aplicado no Brasil, sob forma de investimento, está na área industrial, a recessão observada no setor afasta os investidores, inclusive as multinacionais. Mas um outro argumento começa a ser utilizado por porta-vozes oficiais e bancos internacionais: o de que o governo brasileiro seria "nacionalista" na área econômica.

Em um programa de televisão da Rede Bandeirantes, levado ao ar em meados do mês passado, o ministro do Planejamento, Antônio Delfim Neto, disse que o Brasil tem absorvido menos capital estrangeiro no setor mineral do que a Austrália, "porque a legislação daquele país é mais liberal do que a nossa para investimentos estrangeiros". O União de Bancos Suíços (UBS), por sua vez, em um estudo de 16 páginas sobre o Brasil, datado de agosto último, afirma textualmente que o "crescente nacionalismo econômico" é um dos principais fatores inibidores do fluxo de investimentos diretos no Brasil.

Segundo o UBS, um dos três grandes bancos do "paraiso" do capital financeiro, "é bastante provável" que no futuro, empresas com participação estrangeira de 25PCT a 30PCT em capital sejam consideradas "estrangeiras", perdendo algumas vantagens em relação às nacionais. Essas vantagens seriam o crédito mais barato e as encomendas governamentais.

De fato, o governo brasileiro tem tomado algumas medidas que não são do agrado das empresas multinacionais. No setor financeiro, por exemplo, quase não se admite o ingresso de novos aportes de capital de risco, especialmente no que é considerado o filé-mignon da economia nacional, que são os bancos comerciais. Houve também a política de reserva de mercado para o setor de mini-computadores e a política executada na área de telecomunicações resultou na completa nacionalização do setor com a compra da subsidiária da ITTA norte - americana no Brasil (Standard Eletric) pelo grupo Brasilinvest, em setembro, juntamente com a NEC japonesa.

Vários outros exemplos, porém, mostram que não existe um tratamento discriminatório contra o capital estrangeiro pelo governo brasileiro. A Alcoa está construindo uma fábrica de alumínio no Maranhão que vai contar com energia elétrica subsidiada pela Eletronorte (estatal). A indústria automobilística, por sua vez, foi o único setor não afetado pela eliminação dos incentivos fiscais destinados à exportação após a maxidesvalorização do cruzeiro em dezembro de 1979.

O próprio UBS afirma que o investimento estrangeiro "é protegido da expropriação pela constituição brasileira". Diz também que não existe nenhum impedimento para investimentos estrangeiros no Brasil, a exceção de alguns setores específicos (exploração e refino de petróleo, meio de comunicação, pesca, aviação interna e cabotagem, além de desenvolvimento de recursos naturais). Afirma ainda que não há restrição quanto à remessa de lucros para o exterior, a não ser uma maior taxação do Imposto de Renda quando o percentual ultrapassar os 12 PCT do capital investido a cada ano (o que garante o retorno integral do investimento em menos de cinco anos). É o caso de se perguntar, portanto, onde está o "nacionalismo"?

Alaor Barbosa

APOSENTADOS
Governantes e governados

Era preciso que alguém como o poeta Carlos Drumond de Andrade (Jornal do Brasil, 17/9/81) tomasse as dores dos aposentados, hoje tão expostos à galhofa. A zombaria começa com o apelido de "inativos" que lhes dá a Previdência Social, mas com isso eles já se acostumaram. O pior é que vão lhes tomar os 10% acima do INPC, para a faixa de até três salários mínimos, e lhes cassar 75% da aposentadoria, se voltarem a trabalhar, de acordo com o pacote em tramitação no Congresso.

É verdade que os aposentados que atualmente estão trabalhando — os "inativos - ativos", como lhes chama Drummond — não vão perder nada de imediato. O projeto respeita os seus direitos adquiridos, mas somente no atual emprego. Quer dizer, eles devem ficar confinados nas empresas onde estão.

Deixam virtualmente de ser livres agentes contratantes no mercado de trabalho "valha-nos o capitalismo!), se trocarem de emprego, por vontade própria ou não. Se isso acontecer, a sua aposentadoria desaparece. Tomemos um "apô", para utilizar mais uma vez a linguagem drummoniana, que receba atualmente Cr$ 60 mil por mês da Previdência Social depois de 30 anos bem servidos aos labões. Depois de aprovado o pacote, se ele trocar de emprego perderá Cr$ 45,000. Deviam sobrar-lhe Cr$ 15.000. Acontece que esse "apô" do exemplo ganha, no segundo emprego, mais de 20 salários-mínimos, o novo teto para o cálculo das contribuições para a Previdência. Vinte mínimos são hoje exatamente Cr$ 169.296, o que não chega a ser exatamente um salário fabuloso. E 8% sobre isso são Cr$ 13.543,68. Esse último total deve ser deduzido dos Cr$ 15.000 sobrantes, pois inativo-ativo tem de continuar contribuindo. Saldo no bolso do exemplo: Cr$ 1.456,32, um pouquinho mais do que duas dúzias e meia de cerveja.

Os técnicos da Previdência Social podem argumentar que, além dessas cervejinhas mensais, as contribuições dos inativos-ativos são destinadas a formar um pecúlio, que eles devem receber de volta com correção monetária e juros de 4% ao ano quando finalmente optarem ou forem optados pelo ócio. Mas não é de modo algum certo que, em face de velhos e novos problemas financeiros na área da Previdência, esse pecúlio também acabe um dia cortado, como as unhas e calos de que fala o cronista do Jornal do Brasil.

Na realidade, não se trata de um direito adquirido, mas de uma "expectativa de direito", e não há nada que impeça o corte de expectativas, como pode atestar o ministro Leitão de Abreu, reconhecida cabeça jurídica.

Por falar no ministro-chefe do Gabinete Civil, nós o felicitamos como membro da classe dos inativos-ativos, pois o jurista gaúcho é ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal. As felicitações são duplas, uma vez que, se o ministro voltar a empregar-se, depois de deixar o seu alto posto no governo, fará jus à aposentadoria integral. Isso porque o benefício não lhe é pago pela Previdência Social, mas pelo IPASE.

Aliás, as nossas primeiras felicitações devem ser endereçadas ao presidente da República, João Baptista Figueiredo, também um inativo-ativo, como general de Exército reformado. Também o presidente está fora da Previdência. Seu soldo na reserva é pago pela Diretoria de Inativos e Pensionistas do Ministério do Exército.

Não podia faltar nesta lista de cumprimentos o ministro-chefe da Secretaria de Planejamento, Antônio Delfim Neto, professor aposentado de Economia Brasileira da Universidade de São Paulo. Outro inativo-ativo felizardo, já que os proventos de aposentado ele os recebe do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (IPESP), fora, portanto, do âmbito do Ministério da Previdência.

Não estamos insinuando nada. Recusamo-nos a acreditar que o Executivo tenha elaborado um projeto talhado para excluir de qualquer prejuízo os inativos-ativos que nos governam. Não. Aconteceu o que os tecnocratas chamam de "efeito perverso". Alguns, depois de dois ou três uísques, dizem "perverse effect", como aprenderam em Chicago.

Klaus Kleber

santiago

A LA FRESCA! — A MÃE DAS PANDORGA!

FUNAI
PANDORGA SEM BARBANTE AINDA VÁ, MAS COM PASSAGEIRO JÁ É DEMAIS!

FUNAI
APEIA NO MAIS VIVENTE!

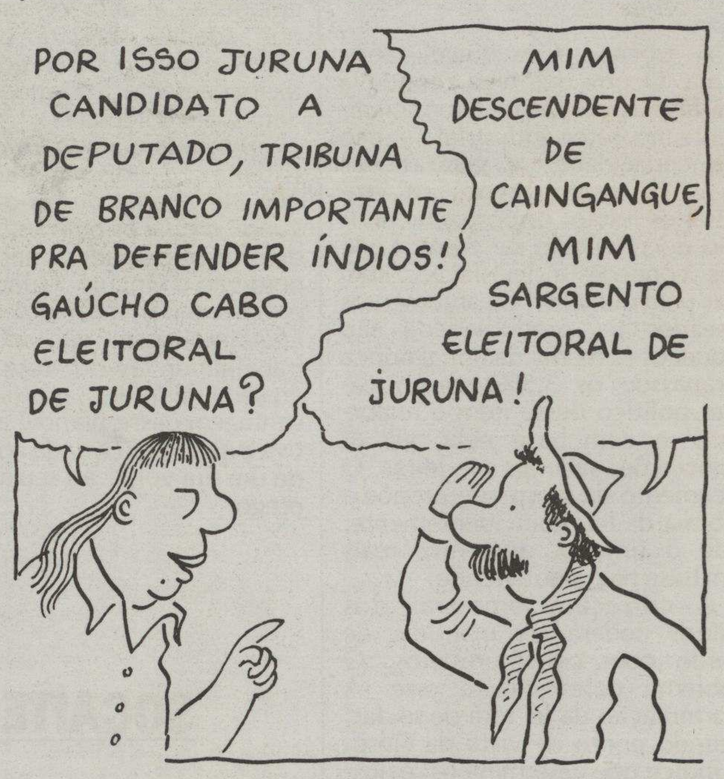
CACIQUE SE APRESENTAR: — MIM ÍNDIO JURUNA, CHEFE DOS XAVANTES!
MIM, ÍNDIO GROSSO, CHEFE DO CHINAREDO!

JURUNA VIAJAR DE ASA DELTA, USAR ENERGIA DA NATUREZA. ASA MUITO ECOLÓGICA!
ÍNDIO JÁ TER BREVÊ?

GRAVADOR DE JURUNA MOVIDO A PILHA, GRAVADOR DE GAÚCHO MOVIDO A VAPOR, COMO LOCOMOTIVA!
SANTIAGO

BRANCO FAZER PROMESSA E NÃO CUMPRIR. POR ISSO ÍNDIO GRAVAR SEMPRE PROMESSA DE BRANCO!
CACIQUE JÁ GRAVOU AQUELA ASSIM: "HEI DE FAZER DESTE PAÍS UMA DEMOCRACIA"?

JURUNA DEFENDER DIREITO DA TERRA, ÍNDIOS VERDADEIROS DONOS DA TERRA
SE BRANCO REQUISER USOCAPIÃO, ÍNDIO INTERPOR AÇÃO REINTEGRATÓRIA DE POSSE!
DIREITO AGRÁRIO


POR ISSO JURUNA CANDIDATO A DEPUTADO, TRIBUNA DE BRANCO IMPORTANTE PRA DEFENDER ÍNDIOS! GAÚCHO CABO ELEITORAL DE JURUNA?
MIM DESCENDENTE DE CAINGANGUE, MIM SARGENTO ELEITORAL DE JURUNA!

AGORA GRAVE AÍ UMA PROMESSA, 1, 2, 3 GRAVANDO...: "SE ÍNDIO SE CONTAMINAR SEM-VERGONHICE DE POLÍTICOS DE BRASÍLIA MACANUDO TAURINO LHE FURAR PANDORGA À BALA"!

TAURINO FICAR CURIOSO UMA COISA: POR QUE CACIQUE ESCREVER "FUNAI" NA PANDORGA?
FUNAI

FUNAI
PORQUE FUNAI VIVER NAS COSTAS DE ÍNDIO
CHÔ MICO!
PARA DEPUTADO Nº 27370?

SALÁRIOS

As armas do empresariado

Em novembro, a lei de política salarial faz aniversário. Foram dois anos de tropeços e incontáveis ataques. Dificilmente, porém, o sistema de reajustes semestrais automáticos passará incólume pelo terceiro ano de vida. Os empresários paulistas, entrincheirados na sede da poderosa Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), afiam armas para derrubá-la.

Apoio não lhes faltou. Contam com a importante complacência do ministro-chefe do Planejamento, Delfim Netto, que, por intermédio de seu assessor especial, Akihiro Ikeda, ajudou a Fiesp a amparar tecnicamente seus argumentos. Ikeda tomou parte nas reuniões mais decisivas do grupo de diretores da entidade encarregado de estudar e propor a implosão da lei.

É certo que haverão resistências, mas facilmente contornáveis. Pela frente os industriais encontrarão um debilitado movimento sindical e um ministro com cacife reduzido, Murilo Macedo, do Trabalho. Como se não bastasse isso, a Fiesp deparou-se recentemente com outro aliado "voluntário": Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Sem nenhum pejo, Joaquinzão está propondo, na campanha salarial da categoria, a troca do aumento real com base na produtividade por estabilidade no emprego e geração de 100 mil novos empregos.

O QUE PEDE A FIESP

A troca, se exeqüível, seria ótima. Ocorre que uma economia em fase depressiva — principalmente no setor industrial — não tem capacidade de gerar novas vagas. E muito menos os empresários estão dispostos a abrir mão do privilégio de demitir que lhes concede a legislação, sem ligar para números. Os argumentos baseados na produtividade são pequenos (a média nacional nunca ultrapassou os 3,5%), mas o caráter político desse item é importante: é com base nela que as negociações salariais são feitas. O documento da Fiesp que propõe a reforma da lei, coincidentemente, pede o fim dos aumentos reais com base na produtividade.

A correção semestral dos salários poderá ser mantida, de acordo com os empresários. O problema deles não é esse. A reformulação da lei terá de se dar, segundo ponto de vista da Fiesp, no índice que determina os reajustes, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Exatamente no índice estaria embutida a maior resistência à queda da inflação. Subsituído o INPC por outro indicador qualquer, que não refletisse a plenitude da elevação do custo de vida, os empresários ficarão satisfeitos. E também o ministro De[illegible], que compartilha dessas opiniões.

O resultado seria catastrófico apenas para os assalariados. Desfeito o principal da lei, os salários que já não são grande coisa e há muito não crescem em termos reais, certamente desabarão, mais depressa que os índices inflacionários.

Os empresários têm ainda outro alvo em mira: o acréscimo de 10% no INPC concedido a quem ganha até três salários-mínimos. Derrubar esta vantagem é fundamental para eles. O percentual tem efeitos distribuídos além do limite de três mínimos, pois os reajustes são feitos por um sistema em cascata. Assim, quem ganha 10 mínimos tem o valor correspondente a três corrigidos com 110% e, no cômputo final, recebe sempre além do que o índice. A Fiesp, evidentemente, considera intolerável manter esse dispositivo.

Acabar com os 10% de acréscimo do INPC não parece ser tarefa difícil. O projeto do governo que reforma o sistema de pagamento dos benefícios da Previdência Social elimonou-o após dois anos de uso. O salário-mínimo, corrigido em maio e novembro, perdeu os 10% no último reajuste, fato que se repetirá em novembro. Se já há esse "estado de espírito" de rejeição — e de desrespeito à legislação, a lei 6.708 diz, expressamente, que o salário-mínimo deverá ser reajustado de acordo com sua orientação — a morte dessa vantagem adicional é apenas questão de tempo.

IDÉIAS DE MACEDO

A lógica com que opera o poder não é feita somente de maquinações diabólicas contra o trabalhador. A uma estocada forte o governo acenara com uma pílula dourada, destinada a curar os males do desemprego e o seu próprio desgaste político-eleitoral. Se não chegar a tanto, que pelo menos torne-os mais toleráveis. O ministro Murilo Macedo, tido por ele mesmo como intransigente defensor da lei dos salários, para compensar a derrota prepara outro "benefício" à classe operária. Ele já discutiu com o ministro Leitão de Abreu, chefe da Casa Civil, um plano de emergência para criar 250 mil empregos no eixo Rio-São Paulo-Belo Horizonte, estimulando a construção civil a fazer casas modestas e o governo a investir em pavimentação de estrada no interior. Quer, ainda, disciplinar as demissões em massa nas grandes empresas, através de um sistema que apenas obrigará os empresários a comunicar ao governo antecipadamente quando houver demissões coletivas.

O ministro ainda imaginou um sistema de "disponibilidade" — que ele chama de *lay-off* —, segundo o qual as empresas poderão demitir empregados, mas estes não perderão o vínculo. Quando a empresa precisar, chama o demitido. Enquanto isso não ocorrer, o trabalhador *lay-off* terá de viver do seu Fundo de Garantia. A única vantagem desse plano é a perspectiva e a esperança dada ao demitido de um dia voltar ao seu antigo emprego.

Ariosto Teixeira

PUBLICIDADE

As inovações da Escala em busca de dinamismo

Disposta a valorizar a função das agências de propaganda e a questionar sua submissão muitas vezes total aos clientes, a Escala Asssessoria Mercadológica — uma das cinco maiores agências do sul, com Cr$ 260 milhões de faturamento no ano passado — tem lançado uma série de anúncios audaciosos e polêmicos. São chamadas bastante incomuns, onde a própria agência anuncia, por exemplo, que acabou de dispensar a conta de um cliente ou então lamenta o fechamento de vários jornais gaúchos; ou, ainda, quando decide incluir-se na lista de candidatos dispostos a conseguir a conta de um cliente muito importante.

É claro que, geralmente, estes anúncios acabam despertando a ira de certos patrocinadores ou de algumas entidades. Mas, na verdade, o que eles tem feito é ajudado a definir um certo estilo inovador da Escala:

— Tudo o que rompe a inércia, causa efeitos imediatos — diz Antônio Marcos Paim, de 31 anos, que, junto com Celso Bernardes e Cesar Augusto Paim, é um dos donos da agência. — Nós só veiculamos estes anúncios porque queremos ver as agências mais dinâmicas, mais atuantes, mais profissionalizadas.

Paim, Bernardes e Celso são donos da Escala desde novembro do ano passado, quando a adquiriram da Lema (empresa *holding* que controla também a MPM, a maior agência do país), do Montepio da Família Aeronáutica Brasileira e de outros acionistas. Desde então, tem se dedicado a combater a falta de profissionalismo e de seriedade que ainda reina no mercado publicitário gaúcho:

— Existe uma distorção histórica — é o fato da participação da agência numa campanha publicitária ser praticamente acidental — e isto gera um círculo vicioso: as agências não fazem seu trabalho tentando acertar, elas apenas procuram não errar; a amizade e os conchavos continuam valendo mais do que o profissionalismo na disputa de uma nova conta, arranjar mulheres para o cliente também é uma tática que vigora. Tudo isto porque as agências estão basicamente interessadas nos 20 por cento que ganham na divulgação dos anúncios. Esta é uma distorção semelhante a de um médico que não ganha nada pela consulta e que tira seu lucro da comissão que recebe da farmácia a qual envia o cliente — assegura Paim.

Revoltada com esta situação — no ano passado, uma agência que tem menos que a metade dos profissionais da Escala, obteve mais do que o dobro de faturamento — a agência decidiu, literalmente, escancarar. Primeiro, quando a Olvebra anunciou que escolheria entre algumas agências gaúchas qual iria receber a sua conta, até então entregue a uma agência paulista, a Escala fez um anúncio assegurando que também queria concorrer à conta. "Nós não temos amigos dentro da empresa. Resolvemos nos apresentar por anúncio. Infelizmente, não deu certo", brinca Paim. No Dia da Imprensa, a agência homenageou os "jornais gaúchos que fecharam mais cedo": *Folha da Manhã, Hoje, Rio Grande* e *Diário de Notícias*. O anúncio valeu uma carta um tanto indignada do Sindicato dos Proprietários dos Jornais do Rio Grande do Sul.

Despreocupada com as críticas, a Escala partiu para novas surpresas. No dia 29 de setembro, publicou nos jornais uma decisão interna da agência: a de dispensar a conta da Interplan, uma empresa imobiliária. "Fizemos isto para acabar com os boatos de que eles é que haviam nos dispensado e para anunciar às outras imobiliárias que estamos livres para elas. Houve algumas reclamações, mas ficou tudo bem. Nós queremos provar que somos profissionais despreendidos, dispostos a trabalhar e a inovar".

Eduardo Bueno

Luiz Eduardo Achutti

Paim e a dispensa da Interplan

(Este anúncio tem finalidade apenas informativa)

A Escala dispensou a conta da Interplan.

A Escala Assessoria Mercadológica Ltda. fez alguns dos maiores lançamentos imobiliários dos últimos tempos: Freguesia do Mundo Novo, Parque Santa Fé, Loteamento Eldorado, Olimpus, Solar Ricaldone, Quintino Alto, Colina do Poente, Esplanada Independência, Colina das Mansões, Esplanada dos Moinhos, Vivenda de Ouro Preto e outros sucessos de vendas.

A partir deste momento a agência de propaganda que mais entende de imóveis está de portas abertas a todos os empresários que desejam um trabalho sério, profissional e muito eficiente.

Escala (E) Assessoria Mercadológica Ltda.
Santo Antônio, 63 - 2º e 3º and. - Tel. 25-6822 - Porto Alegre

SOÇAITE

A surra em Consuelo

O noticiário de Brasília de todos os grandes jornais do País deixou de ser alimentado nos últimos dias de setembro pelas infindáveis discussões em torno da reforma eleitoral, ou por mais um pacote do ministro Delfim Netto, e cedeu amplo espaço ao primeiro grande escândalo na corte do Planalto Central.

Personagens: de um lado, a colunista social do *Jornal de Brasília* Consuelo Badra, 34 anos; de outro, o empresário Antonio Venancio da Silva Jr., o Venancinho, 20 anos, ex-amante da jornalista. Ela o acusa de seqüestro, agressão corporal e de tê-la fotografado nua num motel para fazer chantagem. Ele, é claro, nega tudo.

O *Imbroglio* todo começou há mais ou menos nove meses, quando Venancinho, um "bom partido" de Brasília, para usar uma expressão própria do colunismo social, largou um promissor romance com Ana Cláudia, 18 anos, pela própria mãe da moça, a jornalista Consuelo.

A tumultuada ligação acabou por desembocar nas denúncias que *Conça* — como ela assina a dedicatória de uma foto para o ex-namorado — está fazendo contra *Ve*, como ele é chamado na mesma foto. E trouxe em sua esteira uma série de denúncias de corrupção e chantagem envolvendo órgãos importantes do Governo, como o Instituto Brasileiro do Café.

Em síntese, o que ocorreu foi o seguinte: Consuelo Badra disse que Venancinho costumava ficar irritado toda vez que em sua página diária do *Jornal de Brasília* aparecia alguma crítica ao IBC. Venancinho é amigo íntimo do filho do presidente do IBC, Octavio Rainho Jr., com quem estudou na Suiça.

Incontormado com uma nota contra o IBC publicada no dia 22 de setembro, Venancinho teria arquitetado todo o seqüestro e agressão à jornalista, como ela própria denunciou, exibindo um olho inchado e uma cicatriz no rosto. Assim, o que seria mais uma simples briga de namorados ganhou dimensão extra.

Consuelo Badra tem uma firma — Consuelo Badra, Assessoria de Comunicação e Comércio Ltda. — cuja razão social confunde a atividade jornalística com a comercialização de notícias. Ela ganhou notoriedade com a publicação de informações exclusivas em sua coluna, na verdade uma página diária com cerca de 100 pequenas notas, encimadas por títulos como *outros tchans, petiplá, ti contei.*

DÓLARES E ALGEMAS

Foi aí, na confusão entre comércio e jornalismo, que surgiu outra personagem importante na história: o colaborador de Consuelo, Vicente Limongi Neto — que costuma assinar artigos favoráveis ao governador Paulo Maluf na imprensa local e é informante da *Tribuna da Imprensa* em Brasília. Segundo versão corrente, há dois anos ele teria proposto ao IBC um contrato de 12 mil dólares mensais para que algumas colunas sociais, entre as quais a de Consuelo Badra, passassem a publicar notas favoráveis à administração do embaixador Octavio Rainho à frente do IBC.

Limongi Neto apareceu na história, depois das denúncias de ambas as partes, disposto a fazer mais confusão. Distribuiu notas aos jornais acusando práticas irregulares na comercialização de café e apresentou uma fantástica versão para o envolvimento de Octávio Rainho Jr. na briga Consuelo versus Venancinho. O filho do presidente do IBC teria emprestado a algemas para prender as mãos de Consuelo durante o seqüestro e, mais: quando morava na França, o jovem Rainho teria se apresentado como voluntário para matar o terrorista Carlos, o *Chacal*.

Bobagens à parte, os jornais de todo o País abriram grandes espaços para a briga, mas só até o momento em que começaram a aparecer versões mais contundentes para a questão entre Consuelo e Venancio, filho de um poderoso empresário do ramo imobiliário local, Antônio Venancio da Silva, que chegou à Capital nos seus primórdios, apenas com a bagagem e anos depois tornou-se um dos homens mais ricos de Brasília, sendo conhecido como o "Barão do Cerrado".

Como foi dito, a questão entre Consuelo e Venancinho abre mais uma vez a discussão sobre a agressão à mulher, já que a colunista, sem dúvida, foi vítima de uma violência. Mas o caso tende a morrer no arquivo de algum distrito policial, encobrindo, também, o tipo de jornalismo que é praticado pelo colunismo social atualmente, onde não são raras as denúncias de tráfico de influência e de favorecimentos. Até aí — e infelizmente já era previsível que a coisa toda ficasse restrita ao simples escândalo social — a discussão não avançou. Gente fina, realmente, é outra coisa.

Severino Goes

MEDICINA

A nova experiência na Santa Casa: o diálogo

Um médico e um grupo de 23 estagiários de medicina tentam, em Porto Alegre, solidificar um novo método de atendimento ao paciente, que tem no diálogo médico-paciente a sua base principal. Eles entendem que não deve existir uma relação de poder do médico sobre o paciente, uma predeterminação do que um e outro é, da sabedoria absoluta do médico, para que realmente haja uma boa assistência. Na enfermaria 37 da Santa Casa de Misericórdia o gastroenterologista Milton Abramovich, 38 anos, procura aplicar os conhecimentos de uma experiência de dois anos e meio de estágio na Travistok Clinic, de Londres, na Inglaterra, de onde voltou há dois anos.

Uma das maiores deficiências da Santa Casa — um hospital que atende a classe mais necessitada da população — é o atendimento ambulatorial. O comum de acontecer é que quando o paciente não fica em alguma enfermaria — por não apresentar lesão ou por poder ser tratado em casa —, é que seja mandado embora ou esquecido. O atendimento que desenvolve a enfermaria 37 é no sentido de dar uma assistência domiciliar e global ao paciente e aos seus familiares, pois são em número elevado aqueles que só chegam até o ambulatório.

Um dos principais pontos de sustentação da 37 é o grupo de trabalho que reúne 9 pessoas do 2º ao 6º ano de medicina. Ele formou-se pela necessidade de dar continuidade à filosofia deste trabalho, que se apóia no respeito mútuo, para as novas turmas que entram na enfermaria.

Conversa em grupo

— Dona Claudete, este é o grupo que trabalha aqui na enfermaria e aquele é o doutor Milton. Como eu já tinha lhe dito antes, nós gostaríamos que a senhora contasse o que está sentindo e como chegou até aqui...

Assim começa a reunião de apresentação da paciente da enfermaria 37, que interna 23 mulheres, e tem uma "sala de aula" onde se realizam as reuniões. Sentados em círculo, os 23 participantes do grupo entrevistam cada paciente, que entra na enfermaria, sobre a sua vida, sua doença, como começou, quais os sintomas, as suas preocupações, onde mora, suas atividades, sua relação com a família, etc.

Antes de dona Claudete ser apresentada, o estagiário responsável pelo seu caso havia contado como fora a conversa com a família da paciente e o que ele pôde sentir do nível de relacionamento deles. No início, dona Claudete está um pouco tímida, conserva as mãos apoiadas sobre os joelhos e a cabeça meio abaixada. Mas no decorrer da reunião ela se descontrai e acaba conversando e respondendo naturalmente a todas as perguntas. A reunião não é demorada e quando o paciente sai, Milton Abramovich discute, junto com os estudantes, o que eles constataram na paciente.

Todas as terças-feiras um doutorando e uma médica residente reúnem-se com todas as pacientes para conversarem sobre assuntos diversos. Elas chegam aos poucos, vão sentando-se em círculo e se apresentando. Dizem, quase sempre formalmente, o nome completo e onde moram:

— Eu não sei o que está acontecendo aqui, é a primeira vez que estou aqui...

— Mas o que a senhora está achando?

— Não sei.

— A gente está aqui para conversar um pouco, se conhecer mais, esquecer um pouco da doença, falar das coisas que a gente gosta...

Uma delas se impacienta e interrompe o diálogo:

— É incrível como tem gente de longe e no fim tudo se encontra aqui...

Preferência pela roça

As pessoas que chegam até a Santa Casa são pobres e a grande maioria mora na Grande Porto Alegre ou no interior do Estado. Quase todas já trabalharam na roça e gostam de conversar sobre terras, hortaliças e receitas caseiras.

— Eu não posso estar sem uma horta para me entreter. Na cidade há pouco lugar mas dá para ter um tempero, uma salada...

— É, o principal papel é o do médico curar as pessoas...

— Mas o que as senhoras achariam se tivesse só médico no mundo?

— Pois é, daí como é que a gente ia sobreviver? Tem que ter o colono e tem que ter quem trabalhe lá fora que é para nós poder sobreviver...

— A senhora acha que as pessoas que estão lá fora são bem protegidas?

— Não são, não. Deviam ser muito mais protegidas. Não por vocês, mas por pessoas que eu não vou citar os nomes aqui. A gente não pode falar demais, podem até estar gravando...

— Será que se fosse, bom tivesse todas as coisas necessárias, as senhoras ficariam lá, ou viriam para a cidade?

Todas responderam que preferiam viver na roça, que é muito melhor morar no interior e trabalhar no campo.

Os diálogos são estabelecidos de uma maneira bastante simples com as pacientes, devido ao seu grau de instrução, mas se consegue que elas pensem, falem e se posicionem sobre os problemas sociais, suas dificuldades financeiras, suas angústias e suas alegrias. No fim, elas são estimuladas a continuar dialogando entre si e com os estagiários sempre que necessitarem.

Um dedo amputado

Desde junho de 1979, quando foi selecionado o primeiro grupo de 23 estagiários — as seleções são feitas em janeiro, julho e dezembro, entre estudantes de todo o Estado —, a enfermaria 37 transformou-se num centro de estudos, pesquisas e debates junto aos pacientes. No começo do ano passado, no entanto, foi necessário transferir da enfermaria do antigo local — um velho porão que ameaçava desabar — para uma clausura das irmãs, transformada em laboratório, arquivo e sala de prescrição.

Uma das outras atividades da enfermaria 37 é a que reúne o grupo de estudos Balint — trabalho desenvolvido na Inglaterra por Michael Balint e sua mulher Enil, outra experiência que Milton Abramovich trouxe de lá. Ele consiste em analisar o desempenho dos participantes no atendimento aos pacientes. A cada semana, um dos integrantes do grupo — que tem médicos e estudantes — apresenta um caso que é debatido e analisado pelo grupo.

No mês passado, acompanhamos o relato de um estudante sobre a amputação de um dedo no Hospital de Pronto Socorro. O paciente chegou com o dedo pendurado e o médico decidiu amputar.

O estudante relatou suas dúvidas e o seu nervosimo durante o acompanhamento da decisão do médico. Sua insegurança impediu-o de conversar com o paciente, contou, e foi muito questionado por isso durante a avaliação. O grupo tenta, também, mostrar-lhe uma melhor maneira de agir e contesta algumas de suas atitudes. Pergunta sobre o paciente é sua opinião, pede para que se autoavalie. Enfim, as reuniões acabam por dissecar todas as dúvidas e as angústias em relação ao desempenho junto ao paciente.

Vera Maria Moreira

Fotos de Daniel de Andrade

Abranovich e o Grupo da Enfermeira 37

Colha a certeza do preço seguro.

Quando você se associa a uma Cooperativa como a Cotrijuí descobre o quanto vale a união de mais de cento e vinte mil pessoas em torno de suas reivindicações.

O valor que você obtém por seus produtos é sempre melhor, porque não existem intermediários. E os benefícios que resultam da ação da Cotrijuí constroem um ideal de trabalho que se expande em mais vantagens para seus associados. O Brasil e você colhem a cada safra a certeza dessa ação. E os resultados do cooperativismo garantem vida mais segura, buscando mesa farta para todos.

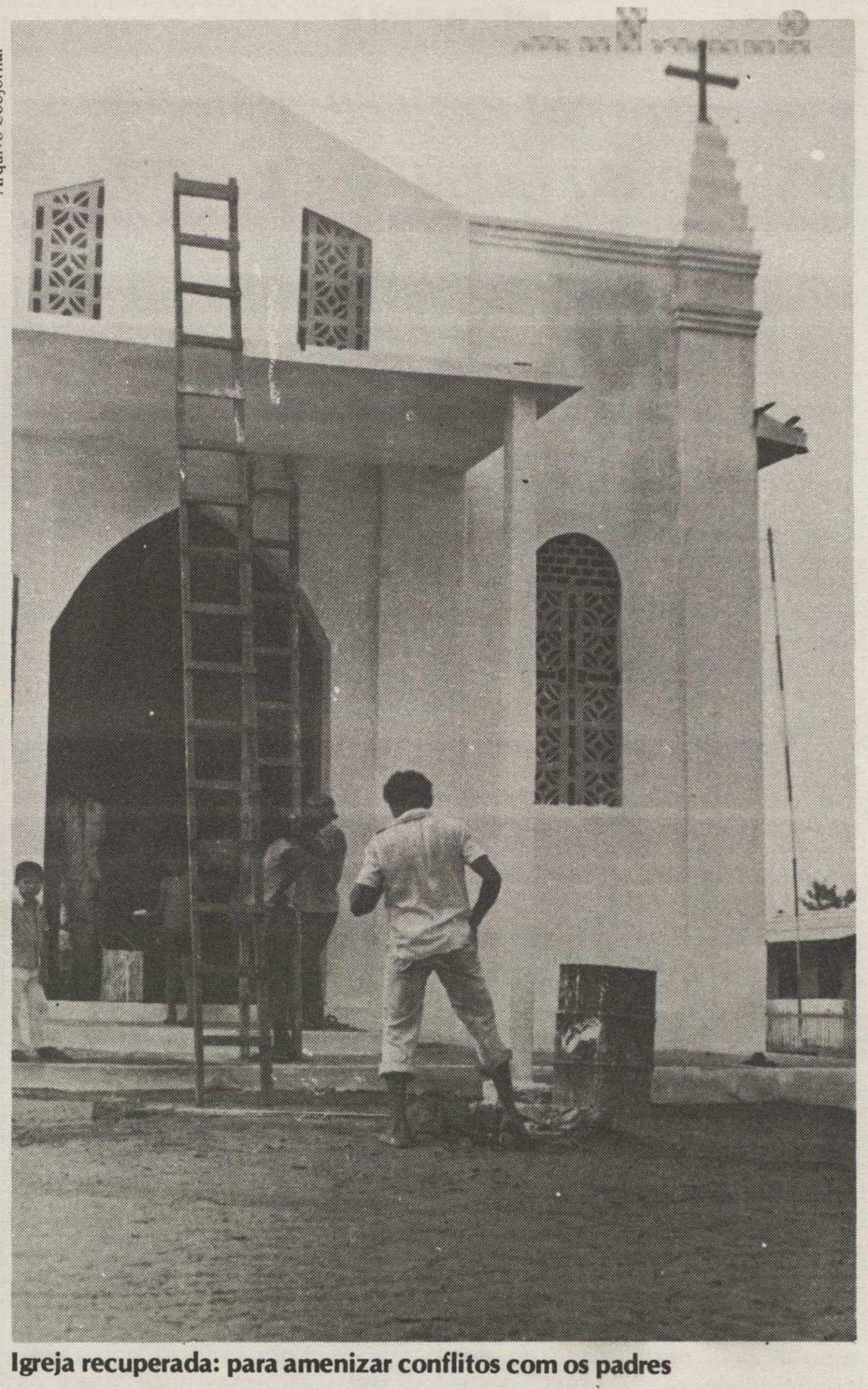
Venha com a gente. Comercialize os seus produtos com maior segurança e ganhe mais com os benefícios da união.

COTRIJUI

A mão
e a idéia do homem.

Ambulatório: para diminuir a influência da igreja entre os posseiros.

Arquivo Coojornal



Igreja recuperada: para amenizar conflitos com os padres

AMAZÔNIA

Os padres franceses e o fracasso da colonização

Guilherme Augusto

A prisão dos padres franceses Aristide Camiou e François Gouriou teve o dom de atrair os olhos da opinião pública outra vez para a questão fundiária na Amazônia, onde personagens, leis e instituições confundem-se num objetivo único: a posse da terra. Cada hectare da imensa região amazônica é disputado ferrenhamente num conflito que resultará no que o governo convencionou chamar de "ocupação amazônica". Num extremo, está o proprietário, protegido e amparado pelas providências legais, e o homem sem terra, o posseiro, que para usar e dispor de um pedaço de terra coloca em risco sua própria vida, na verdade, de escasso valor naquelas regiões.

Para entender estes conflitos que são 49 para o Governo e mais de 900, segundo a Igreja, é necessário recuar alguns anos na história recente da Amazônia. Em outubro de 1966, o Governo Federal decretou a falência da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea), órgão criado em 1953, impondo em seu lugar a Supertintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), inaugurando uma nova política econômica com relação à economia e a sociedade da região. Em seguida, em 1970, por recomendação da FAO e do Gera (Grupo Interministerial de Trabalho sobre a Reforma Agrária), foi fundado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Surgido num momento em que o "milagre brasileiro" sofre o baque da seca no nordeste, coube ao Incra a realização de uma reforma agrária no Brasil, a promoção da colonização particular e a execução da colonização oficial e do desenvolvimento no campo através do cooperativismo e da eletrificação rural. Para cumprir esta missão, o ponto de partida deveria ser o processo discriminatório, ou seja, estabelecer o que é devoluto -- terras que não estão no patrimônio particular nem no patrimônio público e não são de uso comum da comunidade — do que é particular.

Nove meses depois de sua criação, a tarefa, que já não era fácil assumiu proporções gigantescas: um decreto-lei determinou como de jurisdição da União as terras devolutas situadas nas faixas laterais de 100 quilômetros das rodovias federais existentes e planejadas no Programa de Integração Nacional (PIN), tornando o Incra, sem exagero, o maior proprietário rural do mundo, com 68% da Região Norte e 46% da Amazônia Legal sob seu domínio. O fato gerou críticas e insegurança, afinal após 11 anos de funcionamento, o que Incra realizou em termos de titulação de terras pode ser considerado um fracas o.

Há dez anos chegou a Belém o agrônomo Delmiro Santos para realizar a discriminação de todas as terras do Estado do Paraná em 60 dias. "O prazo era curtíssimo e o Incra acabou não discriminando nem um quinto do Estado", diz hoje Delmiro Santos. Provavelmente, se esta discriminação fosse efetivamente feita, os conflitos de terra não teriam assumido as proporções atuais, pois de posse de um mapa o órgão poderia controlar toda a região e dirigir os que chegavam em busca de terra para as áreas devolutas, como, aliás, dissera o então presidente, General Emilio Médici: "Terra sem homens para homens sem terra".

POLÍCIA CONTRA COLONOS

O que aconteceu e acontece, no entanto, é que colonos vindos de todas as partes, sem orientação, acabam ocupando espaços que julgam sem dono mas, na verdade, existem para fins especulativos. O dono fatalmente reivindica sua posse e recorre ao Incra que, por sua vez abandona sua função mediadora e exerce o papel de polícia. Recorre à Justiça, que fornece, via de regra, a liminar de reintegração, e ao aparato das corporações militares.

Foi o que aconteceu no recente episódio de São Geraldo do Araguaia, no sudoeste do Pará, resultando na prisão e enquadramento dos padres franceses e mais 13 posseiros. Camiou e Girou são acusados de incitamento dos posseiros para que resistissem a uma expedição de funcionários do Grupo Executivo de Terras do Araguaia/Tocantins (Getat) e agentes da Polícia Federal, que atendiam ao pedido de Socorro de um proprietário de castanhais da região. No tiroteio entre posseiros e a expedição, morreu um funcionário do proprietário — que os posseiros afirmam ser pistoleiro profissional, e saíram feridos dois policiais e um empregado do Getat.

Este é um exemplo de como um órgão do Governo abdica da função para a qual foi criado e torna-se uma instituição policial, afinal o Getat convocou a Polícia Federal para expulsar os posseiros, sem estar de posse de qualquer documento da Justiça que autorizasse a ação e, igualmente tão grave, sem qualquer plano de reassentamento dos colonos em outro palmo de terra. Ainda mais que o Getat, ligado diretamente ao Conselho de Segurança Nacional, foi criado justamente porque o Governo reconheceu a incapacidade do Incra para agir neste sentido. O episódio pode até comprometer a imagem do órgão, ainda mais que os padres ficaram presos em suas dependências.

Além disso, o próprio Sindicato Rural de Marabá, que congrega os proprietários locais, divulgou um memorial pedindo o afastamento do Presidente do Getat, Iris Pedro de Oliveira, acusando-o de conivência com a invasão e ocupação dos castanhais, fonte de emprego e um dos principais produtos de exportação do Pará, e de não estar fornecendo títulos definitivos de posse com a rapidez desejada.

Se para estes, os títulos demoram, para outros eles estão simplesmente superpostos. A história é antiga. Em 1945, o Governo do Pará cedeu uma faraônica faixa de terras para a instalação de um loteamento da Fundação Brasil Central, na região do Araguaia e Xingu, calculada em 50 milhões de hectares. O projeto fracassou e muitos títulos foram revendidos.

Em 1961, o Governo anulou a doação, mas não pediu o cancelamento dos registros. Com isto, os novos títulos expedidos acabaram chocando-se contra os já existentes, sendo que chegou a funcionar uma verdadeira indústria clandestina de expedição de títulos falsificados aos grileiros.

A lei reconhece como posseiro, aquele que está há um ano e um dia numa terra devoluta e tirar dela o seu sustento, mantendo cultura efetiva. Mas, para ser considerado posseiro e fazer jus à propriedade da terra e não invasor, o colono tem que ter uma capacidade de vidência ou sorte fora do comum, para não ocupar uma terra particular.

A PRESENÇA DO EXÉRCITO

Entre 1972 e 1975 o Exército foi a autoridade máxima na região, afinal combatia a guerrilha. Para tanto foram mobilizados cerca de 10 mil homens. Como não conheciam a região, os militares recorreram à experiência de alguns lavradores — chamados **bate-paus** — que, cooptados, tiveram uma importante função de orientação e informação, contribuindo para o êxito da missão. Alguns oficiais acharam por bem premiá-los com lotes de terra o que, além disso, disseminia uma imagem favorável do Exército de justiça e generosidade e estimularia o surgimento de lideranças reconhecidas. Foi quando começou a se evidenciar a liderança de Sebastião Rodrigues de Moura, o **Curió** , oficial do Exército. Alguns oficiais chegavam a tomar partido em favor de posseiros para evitar conflitos sociais.

Hoje, sem a presença do Exército, as escaramuças de proprietários são cada vez mais freqüentes. Quando houve o episódio de São Geraldo, as autoridades e proprietários identificaram métodos de guerrilha no ataque. Alguns dos posseiros presos foram guias do Exército no período que se combatia a guerrilha. Apreenderam por observação ou instrução dos oficiais os métodos e as táticas de combate nas selvas. Em 1976, em Conceição do Araguaia, 40 posseiros atacaram um destacamento da PM e, durante os interrogatórios, admitiram e usaram conhecimentos das manobras de combate do Exército. Na época, o bispo de Conceição, dom Estevão Avelar foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional junto com os posseiros, mas, afinal, todos acabaram absolvidos.

A suspeita de que o clero é responsável pelo que está acontecendo é aventada pelo Governo e os proprietários em pronunciamentos oficiais, como o do senador Jarbas Passarinho, em manifestos e panfletos. Nas verdade, a atuação da Igreja é crescente na região, em defesa dos posseiros, transmitindo conhecimentos, esclarecendo dúvidas e dando apoio moral à luta pela terra. Sem meios de expressarem suas aspirações, os posseiros encontram na Igreja espécie de canal livre.

A Igreja defende-se, dizendo que não abre mão de estar ao lado dos explorados. Há pouco, a CNBB lançou uma nota dizendo que "entre defender o direito dos posseiros e incitá-los à violência há uma diferença", diferença esta que o Governo não distingue. A nota diz ainda que entre início de 1977 e julho de 1981, cerca de 45 posseiros a agentes de pastoral, inclusive três advogados, foram assassinados, sem que os crimes fossem resolvidos de forma conclusiva.

Uma das razões para a criação do Getat, foi a tentativa de anular a presença da Igreja ali. O Getat e o 2º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército, instalaram um ambulatório médico em suas dependências, para atentar à população. Ao mesmo tempo, **Curió** tomou a iniciativa de aproximar-se dos religiosos franceses presos em Belém, talvez buscando uma aliança para amenizar os conflitos, enquanto o Getat e o 2º BEC promovem encontros estranhos à missa convencional numa pequena igreja atingida pelas cheias e agora recuperada.

juska

DOCE CONSTITUINTE

O Restaurante Doce Vida entra na luta da Constituinte. Simon, Lula, Colares, Marchezan, Guazzelli e Brizola são algumas das saborosas sugestões para as eleições de 82 do novo cardápio do Doce.

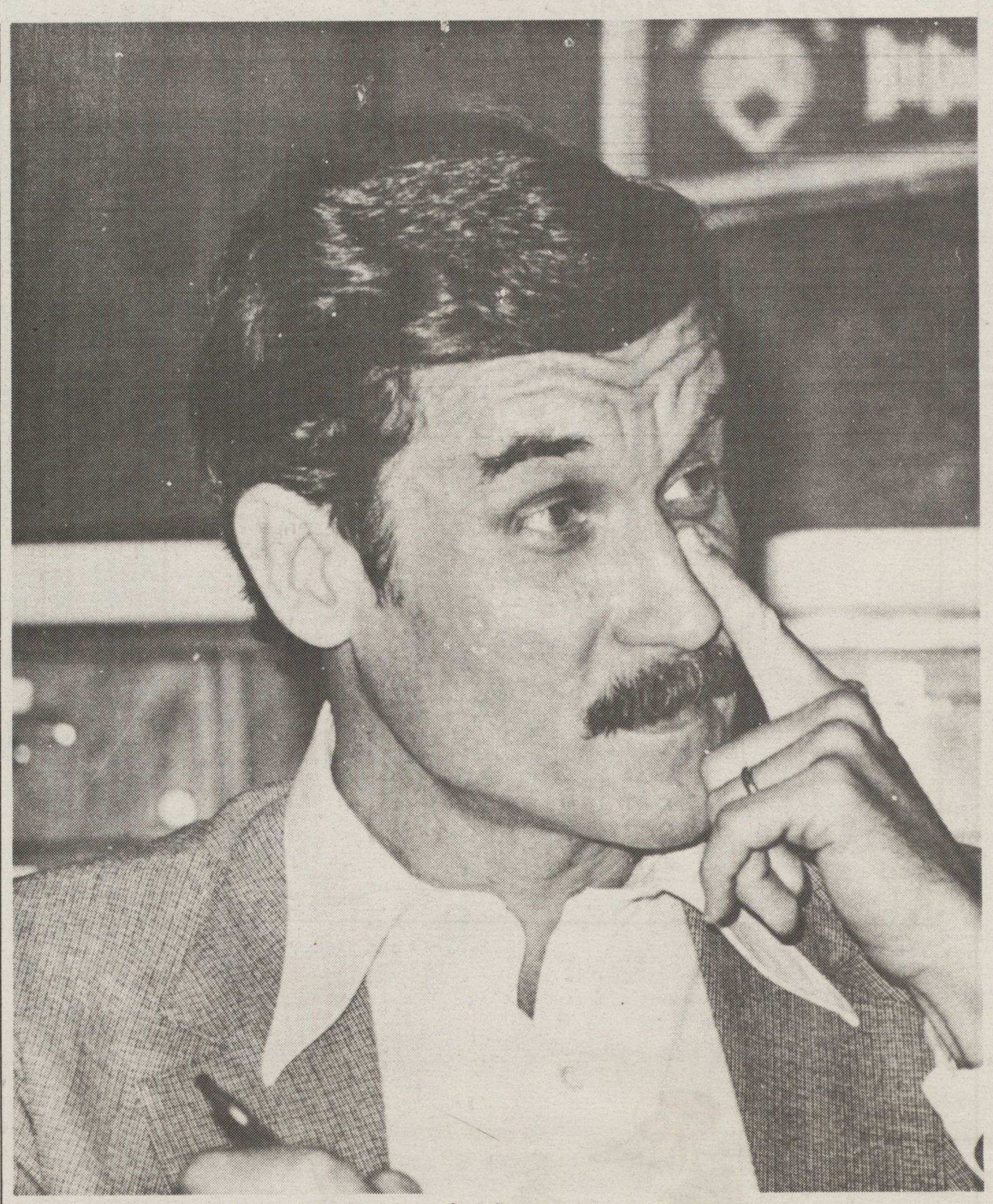
Doce Vida,onde a Ideologia é o têmpero mais forte

O BRILHO DO ALEGRE PORTO
REPÚBLICA, 163

"Estamos envelhecendo

O empobrecimento do Rio Grande do Sul é causado apenas pelo Poder Central ou, mais do que isso, pela falta de competência dos governos do Estado?

Fotos de Danial de Andrade



Carrion: uma nova política econômica pode salvar o meio-ambiente

"O espa¸o para a economia gaúcha é tão grande que até me assusta". Essa é uma das conclusões a que chegou o economista Francisco Machado Carrion Jr.. Respondendo às constantes alegações de que a crise econômica do Estado é apenas resultado da crise do País e da crise mundial, Carrion diz que os governos tem sido submissos, despreparados e sem qualquer imaginação. Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e colaborador do grupo que prepara um programa de governo para o PMDB ele é, também, um dos mais requisitados conferencistas gaúchos, sua agenda está tomada até o fim do ano. No seu último livro — *RS: Política Econômica e Alternativas* (leia crítica na página de livros) — Carrion saiu dos ensaios convencionais e foi a detalhes: enumerou 120 alternativas concretas, abrangendo da agricultura e indústria ao meio-ambiente e educação. Até certo ponto, o trabalho pode servir a outros estados que eventualmente venham a ter governos de oposição a partir das eleições de 82. "O ótimo nacional se constrói a partir do ótimo regional", diz.

Sua pregação nesse sentido não é de agora. Há tempos que Carrion vem afirmando que uma economia periférica — como a do Rio Grande do Sul — quanto mais se abre, mais perde em valor agregado. Para um melhor desenvolvimento e uma disparidade de renda menor, afirma ele, um dos caminhos mais importantes é uma maior integração regional. Nesta entrevista ao **Coojornal,** depois de explicar algumas alternativas que propõe, ele denuncia: "estamos envelhecendo prematuramente".

— O que é que o levou a publicar sugestões concretas num livro de economia?

— Se eu fosse me manter dentro da tradição latina, dentro da prudência tradicional, eu apenas daria quatro grandes objetivos gerais, que dei no trabalho: procurar uma política de desenvolvimento não só no sentido de crescimento; respeito ao meio-ambiente; diminuição da disparidade de renda pessoal e regional; e que as decisões econômicas sejam tomadas a partir do processo democrático, e não na base de resoluções do Banco Central. Mas fui adiante. Apresentei 14 proposições mais gerais, como, por exemplo, a de desestimular um produto quando chegar a 20% de participação na produção primária. Feito isso, não teria porque me expor a uma crítica mais dura por entrar em particularidades. Se o objetivo era sair do lugar comum, já teria saído nesse momento. Na verdade, achei que caberia pôr em discussão pública, fazer um contrato com a comunidade do Estado. Cheguei a alinhar 300 proposições, mas resolvi ficar com essas 120 do livro. Elas são prioritárias dentro de uma certa ordem, mas longe de mim pensar que são as mais importantes. São, isso sim, exemplificações concretas, factuais, viáveis de como se poderá alterar significativamente a economia gaúcha mesmo ela permanecendo dentro de uma economia capialista brasileira, mesmo tendo todas as dificuldades institucionais de um país onde não existe a Federação, apesar de prevista constitucionalmente, e mesmo que dentro do Mundo ou do Brasil esteja numa posição pouco vantajosa.

— Este trabalho pode ser entendido como um ensaio de programa de governo?

— Acho que é um subsídio importante. Mas acho que um programa de governo é alguma coisa a mais, deve partir de um partido. Quer dizer, supõe um mínimo de consenso partidário, público, exige mais debates.

— Até onde existe autonomia para o Rio Grande do Sul adotar medidas que estanquem o esvaziamento de sua economia?

— O propósito fundamental do livro é mostrar que existe um espaço não só grande, mas amplo para a economia regional se refazer. Por exemplo: a diminuição do coeficiente de abertura (*) da economia gaúcha, reduzindo dos atuais 50% para os níveis do início dos anos 70, inferior a 30%. Eu acabo de entregar à Federação das Indústrias um trabalho de 800 páginas em que estudo município por município do Rio Grande, sub-setor por sub-setor, mais de 1.000 sub-setores industriais. Apresento tudo que se importa de outros estados, de outros países. Por exemplo: este ano o Rio Grande está tendo uma importação dos outros estados da ordem de um trilhão de cruzeiros, sendo que um terço disso poderia ser produzido internamente.

— Pode-se especificar um caso em que isso é bem claro?

— O caso das confecções. O valor de importação de automóveis já vem declinando, mas a importação de confecções subindo, praticamente a valor igual ao de automóveis, que é o terceiro produto de importações do Rio Grande. E o Estado foi exportador de confecções. Bem, o Rio Grande é produtor de lã, aliás, exportador de lã. E é produtor de fio sintético e exportador também. O que nós exportamos de fio sintético passa do valor da exportação de lã. Então, se nós tivéssemos uma política industrial, que inexiste, se nós pegássemos toda essa pesada máquina financeira que o Estado tem, formada por várias instituições de crédito e dimensionássemos, para dar um exemplo completo, para este setor, nós estaríamos eliminando o segundo maior deficit da nossa balança comercial.

> **"Esse negócio de que acumulação de capital se faz a nível nacional é folclore"**

— Isso pode ser feito através de uma decisão política local?

— Tem que ser feito. O Rio Grande não tem política industrial e esse é um exemplo. Vou dar outro: eu falo, por exemplo, em desestimular as monoculturas. Existem várias fórmulas para impedir que um produto ultrapasse a participação de 20% do produto agrícola regional. É claro, vamos devagar, quem dá crédito para a soja em primeiro lugar é o Banco do Brasil. Mas, em segundo lugar é o Banco do Estado, em terceiro lugar até a Caixa Econômica Estadual financia lavouras em certos municípios. E o Banco do Estado tem efeito, tem representatividade.

— Essa máquina financeira do Estado pode ser insuficiente para dirigir uma política agrícola.

— Mas podemos ter um conjunto de mecanismos. Tem a rede de encilagem do Estado. No momento que eu começasse a dificultar o encilamento de um produto que não nos interessa cultivar em excesso e estimular outros produtos, essa rede seria direcionada. Teria a Secretaria da Agricultura, é evidente que ela exerce um papel na economia. Ela poderia estimular outras culturas e desestimular certos produtos. Teria, ainda, a política de estradas, investir naquelas que interessar mais em função de determinados produtos. Faltam duas coisas, no meu entender, para que tenhamos uma política regional: uma, é preparo — a maioria das nossas administrações não tem tido preparo para administrar a economia do Rio Grande —, em segundo lugar falta ter imaginação também.

— O que se alega sempre é que nada pode ser feito sem uma reforma tributária.

— Bom, o problema de reforma tributária. Nós dizemos que nós não podemos realizar uma reforma tributária, que nós temos que esperar uma decisão federal. Vamos devagar, em primeiro lugar o Confaz (Conselho Fazendário Nacional) é uma ficção, uma ficção consensual. Existe Confaz enquanto todos os estados respeitarem o Confaz. O Rio Grande do Sul pode resolver, por exemplo, não taxar produtos essenciais e passar a taxar produtos supérluos. Mas está taxando alimentação operária.

— E os mecanismos para essas alterações?

— O Estado pode simplesmente modificar as alíquotas do Imposto de Circulação de Mercadorias, mas para isso precisa usar a independência federativa que a Constituição prevê. A unanimidade é essencial ao Confaz. Se houver um Estado adverso ele desaparece e se transforma no que realmente é, uma ficção. Bem, pode alguém argumentar que colocar alíquotas específicas nos produtos vai criar um problema muito complicado de guias. Bom, antes de problema complicado de guias do que o esfacelamento da economia.

— Há pouco tempo o presidente Figueiredo pediu que se esperasse três anos para dar folga à economia. Os Estados terão que esperar?

— Já ouço isso há muito tempo. O problema é de readquirir um direito que eles tem. Eu sou menos de esperar a devolução do que de exigir a devolução, provocar ela, inclusive. O Estado não provoca essa devolução na medida em que se submete ao regime central. Quer dizer, a limitação da nossa política econômica decorre mais de autocolonização do que colonização externa. É preciso acentuar o seguinte: estou cansado de ouvir que o processo de acumulação de capital se faz a nível nacional. Não, o processo de acumulação se faz a todos os níveis, a começar pelo nível municipal. Agora, o grande processo de acumulação se faz exatamente é nos países desenvolvidos mesmo. Não é o Brasil que vai ter. É o sistema financeiro dos países desenvolvidos. Então, esse negócio de dizer que o Estado não pode buscar uma política própria porque não é nele que se faz a acumulação de capital é uma ilusão de ótica. Temos que fugir desse folclore conceitual.

> **"O que o Estado precisa é de sustentação pública, uma gestão escolhida pelos gaúchos"**

— Isso em relação à receita estadual, à sua economia. Mas em relação à renda, o que o Estado pode fazer para modificar a distribuição?

— É o ponto mais difícil de mudar na economia do Rio Grande do Sul, reco-

*Relação de dependência da economia às exportações de importações

prematuramente''

nheço. Como fazer se o Estado não tem o Imposto de Renda? Bem, há soluções. O ICM por exemplo, hoje, reflete o seguinte: quem ganha até dois salários-mínimos, paga aproximadamente 10% do que ganha em ICM, e quem ganha mais de 25 salários-mínimos paga em torno de 2% do que ganha em ICM. Então, em primeiro lugar, tenho um instrumento extremamente importante que é o ICM. Mais: tenho uma previsão constitucional que é o imposto sobre a contribuição de melhorias, que o Rio Grande do Sul não usa, por quê? Porque as obras públicas beneficiam as classes médias e altas. Atualmente, ela não pode ser superior ao custo da obra e não pode ser superior à valorização do bem, mas, na prática, o que se observa é o seguinte: na maioria das obras públicas, as obras valorizam mais as propriedade do que elas custam. Então, toda vez que uma obra pública atingisse uma camada média de alta renda, a contribuição de melhoria seria usada para transferir recursos para outras áreas de renda menor. E isso poderia ser aplicado também no setor rural. E tem mais: o Estado absorve hoje 15% da população ativa.

— Política salarial como forma de redistribuição?

— Uma política salarial semelhante a da Alemanha, por exemplo, onde a diferença entre o maior salário e o menor salário nunca ultrapassa de 15 vezes, seria mais um instrumento, um efeito que atingiria toda a economia. Bem, seguindo, em quarto lugar, a despesa pública seria extremamente importante como instrumento de desconcentração de renda. Exemplos: no ano passado eu coordenei um trabalho entre Universidade e Secretaria da Fazenda, no qual a análise de mais de 10 mil concorrências mostrou que uma empresa apenas recebe aproximadamente 15% das compras do Estado, que 21 empresas recebem 50% das compras do Estado. Mais: Caxias, que contribui com 5% do ICM gaúcho, recebe um pouco mais que 1% da despesa pública, e Porto Alegre que contribui com 20% do ICM está recebendo em torno de 80% do gasto público.

— Mas ainda quanto a uma política salarial do Estado, para complementação salarial, elevação de nível, ele precisaria de uma receita tremendamente melhor.

— Está certo, mas isso pode ser feito simultaneamente. Com uma política econômica correta, pode-se duplicar a arrecadação do ICM, nós arrecadamos hoje a metade do que deveríamos arrecadar. Em segundo lugar, política salarial não significa apenas elevar a base, pode-se também comprimir o cume da pirânide.

— Essa sua nova política econômica incluiria crédito fundiário para se comprar uma propriedade rural assim como há crédito paa se comprar casa própria. O Estado teria sustentação financeira para isso?

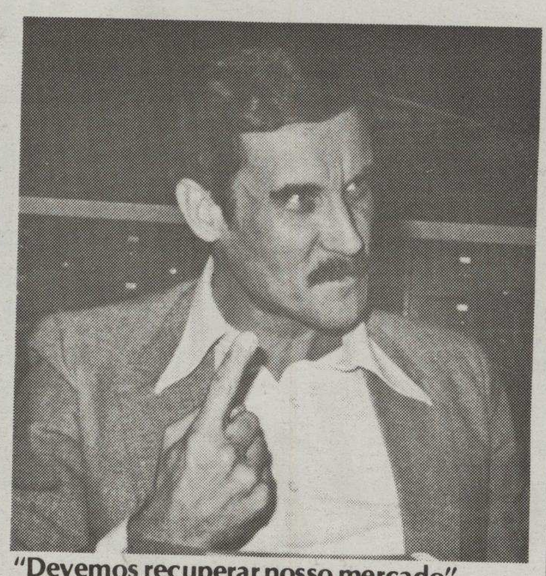
— A sustentação financeira ele vai obter com a própria nova política econômica. O que o Estado precisa é de sustentação pública, uma gestão pública escolhida pelos gaúchos. Aí, chega uma hora em há até uma pressão sobre os bancos de fora. Vejamos o crédito rural, hoje. Os bancos são obrigados a aplicar 25% dos recursos em crédito rural. O que a maioria dos bancos de fora do Estado? Captam no Rio Grande do Sul, aplica uma parte aqui e vai cumprir a meta do Banco Central no seu estado de origem, onde aplica o resto. O que vamos fazer? Vamos sentar à mesa com esses banqueiros e dizer que eles precisam aplicar aqui. E é seguro que se eles resolverem engrossar, quem perderão serão eles. O Rio Grande do Sul tem uma larga tradição regional. É preciso ficar claro que ainda existem espaços para a economica gaúcha. Eu até diria o seguinte,

''Daqui a duas décadas poderemos estar com crescimento populacional negativo, coisa de país velho''

que os espaços são tantos que até me assustam.

— Com uma nova política econômica, arrecadando mais, o Estado poderia investir mais, certamente. Nesse ponto, você vai a alguns detalhes, como "almoço escolar". Qual a diferença desse "almoço" para a merenda escolar atual?

— Para a merenda escolar, o Estado tem montado toda uma estrutura física, fogão, instalações, pessoal responsável,



"Devemos recuperar nosso mercado"

mas a evasão nos 1º e 2º anos vai a praticamente 50% dos alunos. Com um pouco de investimento a mais, recursos mínimos, poderia se dar almoço. A merenda resolve por duas horas, depois a subnutrição impede melhor aproveitamento escolar. O almoço resolveria vários problemas: a mulher seria liberada desse trabalho, ela poderia deixar a criança na escola todo o dia. É uma instalação que o Estado tem. Construir novas creches? Por que não usar as próprias escolas? Porque não dar almoço escolar em vez de merenda?! Teria um impacto de aproveitamento inclusive físico muito maior para a criança.

— Vista de outro ângulo, uma política econômica mais independente não vai esbarrar na concorrência por outros mercados?

— Em primeiro lugar, a grande disputa não é do mercado lá fora, é do nosso mercado, que nós perdemos. Em segundo lugar, hoje as condições para isso são muito melhores do que eram antigamente, porque se elevaram os custos dos transportes. Hoje a possibilidade de substituir importações é muito maior.

— Isso não levaria o Estado a se limitar a uma economia fechada?

— Não é um problema de fechar a economia, eu inclusive estou propondo manter o coeficiente de abertura de 10 anos atrás. Trata-se de restituir à economia uma posição que se não era excepcional era menos grave que atualmente. Eu sou realista também politicamente. Acho que é muito mais fácil tornar viável administrações alternativas a nível de Estado do que a nível Federal. Construir-se uma nação é chegar ao ótimo nacional a partir do ótimo regional.

— Seria importante, então, que outros estados viessem a ter a mesma visão regional?

— Extremamente importante. Um Estado denunciar um convênio do Confaz, a brigar para ficar com seus recursos, é duro, admito, embora ache que se pode conseguir. Agora, com cinco ou seis estados com política similar o quadro é outro, aí vira café pequeno e os espaços para a economia até me assustariam.

— Há no seu livro, também, uma preocupação com o meio-ambiente. O que é uma nova política econômica poderia prever nesse sentido de preservação?

— É um dos pontos que considero fundamental. Mesmo uma alteração visando apenas objetivos econômicos indiretamente chegaria a resultados positivos neste aspecto. Vou dar dois exemplos: o que mais tem degradado o meio ambiente no Rio Grande do Sul tem dois nomes, é a monocultura e a crescente especialização em bens intermediários. Quer dizer, se nós atingíssemos estes dois objetivos econômicos — inverter este quadro — nós estaríamos extirpando duas raízes que são as principais da contaminação. E o resto é responsabilidade pública, responsabilidade que pode ter o nome de Borregard, de Pólo Petroquímico, de Distrito Industrial de Rio Grande — irresponsabilidades gritantes.

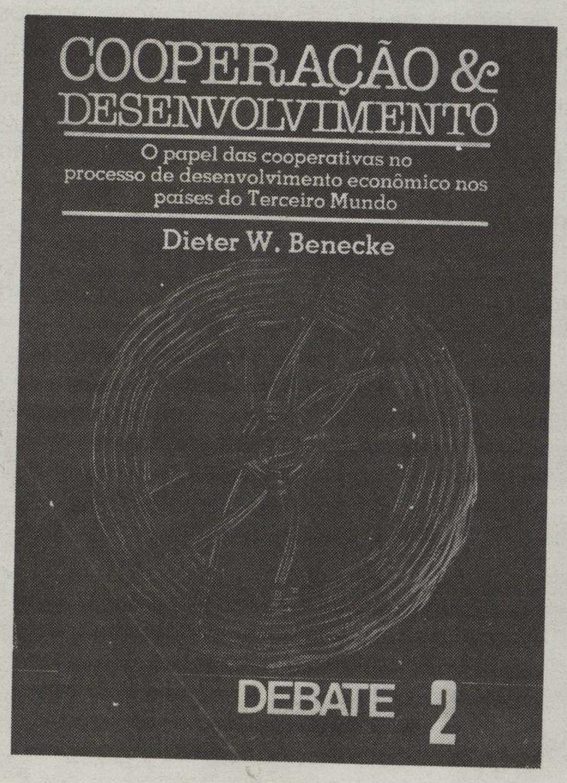
— Para encerrar, sete milhões de pessoas é um bom número se nós considerarmos que a Alemanha, numa área praticamente igual, tem 60 milhões?

— Em primeiro lugar isso mostra que o problema da terra no Rio Grande não é tão grave como se diz. E tem outra coisa: o nível de renda per capita no Rio Grande não é dos mais baixos. Essas condições facilitam uma nova política econômica, porque o Rio Grande do Sul já é um mercado. Então, este fato de nós termos essa população — já é uma população respeitável — permite a nível de bens de consumo de massa um mercado para sua produção. Esse fato, o mínimo populacional, é um fato importante, mas que até agora não foi considerado. Tanto que não nos perguntamos sobre as migrações. E o crescimento da população está caindo. Chegamos a um ponto tal que a falta de satisfação pelo desempenho da economia é tão grande junto aos gaúchos, que nós estamos entrando num momento em que a taxa de crescimento demográfico está chegando a zero. Daqui a duas décadas poderemos estar com crescimento negativo, coisa de país velho e desenvolvido. Nós estamos envelhecendo prematuramente, sem ter atingido o desenvolvimento. É o mesmo que um camarada ignorante envelhecer.

As cooperativas nos países subdesenvolvidos

O que uma cooperativa pode fazer na economia de um país do Terceiro Mundo? As cooperativas podem realmente contribuir para a mudança de estruturas econômicas? ''Cooperação e Desenvolvimento'' é um raro livro sobre o papel das cooperativas, analisando estes assuntos em profundidade. São 240 páginas de informação e análise sobre a importância deste sistema econômico para a estratégia de crescimento de um país como o Brasil.

O autor, Dieter W. Benecke, aprofunda estudos sobre a economia dos países em desenvolvimento; o que se pode esperar das cooperativas neste processo; os fatores positivos e negativos da atividade cooperativa; o Estado controlador da atividade cooperativa; a busca de novos caminhos para superar o fracasso da política de desenvolvimento nos países capitalistas e socialistas.



Uma co-edição COOJORNAL e ASSOCENE

Preencha o cupom anexo e remeta-o junto com vale-postal ou cheque, para a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre — Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — 90000 — RS.

Solicito enviar...exemplar(es) do livro ''Cooperação e Desenvolvimento'', ao preço unitário de Cr$ 500,00 cada.

Nome:_____

Endereço:_____

Cidade:_____

Estado:_____ CEP:_____

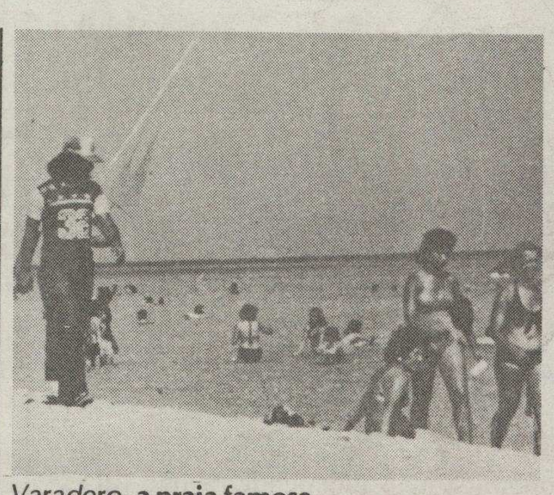
Cabaré Tropicana, **luxo e calor para turista europeu**

La Floridita, **o restaurante preferido de Hemingway**

Habana hoy

Turismo na ilha comunista, com carnaval, praia e bons restaurantes

Fotos Eduardo Tavares



Varadero, **a praia famosa**

Carnaval na *Malecón,* com passistas e colorido à Brasil

Alegorias das *comparsas,* as escolas de samba cubanas

Passados quase 20 anos do bloqueio imposto a Cuba pelos Estados Unidos e a maioria dos países latino-americanos, a descontração do povo cubano é mais intensa que em qualquer país do Caribe ou América Central. É certo que ele ainda não tem acesso às delícias do supérfluo, mas não tem, por outro lado, motivos para ranger os dentes por força de crises econômicas. Há muito anos os cubanos não sabem o que é inflação. Sua moeda, o peso, se mantém estável em relação ao dólar e até vale um pouco mais. A ilha oferece um médico para cada 626 habitantes, 5 leitos hospitalares por mil cidadãos e um em cada 2,8 habitantes estuda permanentemente. A espectativa de vida é de 74 anos para mulheres, 71 anos para homens.

Não se vê repressão policial ostensiva. Fora os guardas de trânsito, não se distinguem uniformes pelas ruas. Os turistas são respeitados e, apesar da paranóia de brasileiro, os cubanos não colocam agentes secretos nas pegadas dos visitantes, apesar de uma sempre possível invasão patrocinada pelos Estados Unidos.

E o turista se diverte em Havana. Ou conhecendo as atrações mais caras, para visitantes, ou ao próprio nível das noitadas nativas. Fabricantes do melhor rum do Mundo (a 5 pesos uma garrafa de boa qualidade), eles apreciam em demasia a cerveja (a "polar" custa 1,20) e consomem largamente vinhos procedentes da Bulgária (este, mais caro, a 9 pesos a garrafa).

Os salários na ilha variam, para o trabalhador, de 70 a 300 pesos (algo em torno de Cr$ 8 mil a Cr$ 33 mil), mas o custo de vida é barato para nossos padrões: a passagem de ônibus equivale a Cr$ 5,00 e ingressos de cinema e teatro são padronizados em 1 peso.

AS ATRAÇÕES

Em julho, último período de férias dos cubanos, vários cinemas exibiam em todo país o filme *Gaijin,* brasileiro, de Tizuko Yamasaky. O Ballet Nacional de Cuba apresentava *Copélia* e as rádios executavam, entre outras, músicas de Chico Buarque, Roberto Carlos e... Nelson Ned.

Jornalistas norte-americanos que estiveram na ilha afirmaram recentemente que ela tem alguns dos melhores restaurantes do Mundo. Indicaram o *El Conejito,* o *El Pateo,* o *Las Ruinas* e o célebre *La Floridita,* imortalizado por Ernest Hemingway, freqüentador assíduo.

Os espetáculos mais suntuosos se vêem no *Cabaré Tropicana,* no *Parisién* do Hotel Nacional e no *Copa Room* do Habana Riviera. Nas boates a agitação é por conta de bandas de rock européias e norte-americanas, mas surge sempre o ritmo quente de rumbas, merengues e congas. E não há, na ilha, comunista que resista ao carnaval. Depois de esfriado por muito tempo ele voltou, este ano, com toda força. A avenida Malecón (a principal de Havana) virou reduto da gandaia. Desfilaram as *comparsas* (espécie de escolas de samba) apresentando o máximo de colorido, desfilaram mulatas em fantasias minimizadas e com muito ritmo.

COMO CHEGAR LÁ

As delícias do turismo em Cuba não se restringem a Havana. Nos fins de semana, a população verdadeiramente migra para as 137 praias do País. *Varadero* é a mais conhecida. Paraíso dos milionários norte-americanos antes da Revolução de 1959, *Varadero* é a típica imagem do Caribe. Mar azul, areais brancas, amplos gramados e coqueirais conquistam de imediato turistas franceses, escandinavos e canadenses. A mansão onde vivia o ex-ditador Fulgêncio Batista é hoje o hotel *Vila Quatro Palmas,* e a casa de Fidel Castro, branca, grande é iluminada por holofotes. Nas demais praias, o turista encontrará uma rede hoteleira bem estruturada, vilas, casas e apartamentos. E facilidades para caça submarina, lanchas, winsdsurf, quadras de tênis, vôlei, golfe, futebol e basebol — o esporte nacional cubano.

Para os brasileiros que se encontram no Exterior é fácil chegar a Cuba se estiver num dos países de origem das empresas aéreas Ibéria, Air Canada, Aerorlot, Mexicana, Sabena, Interflug ou CSA. Se o ponto de partida for o Brasil, o primeiro procedimento é dirigir-se a Lima. Na capital peruana solicita-se à embaixada Cubana um "visto volante" e se compra passagem pela Cubana Aérea de Aviación, que faz um vôo semanal a Havana, com escala no Panamá. Se a passagem for da Cubana, 641 dólares ida-e-volta, ganha-se três dias gratuitos de hospedagem, desde que a permanência seja de 17 dias. Os melhores hotéis, como o *Habana Libre* e o *Nacional* cobram entre 34 e 36 dólarers/dia por casal. Agora, se o brasileiro quiser jantar no *La Floridita,* onde Hemingway costumava beber, vai pagar Cr$ 8 mil o casal, mas comerá lagostas da melhor qualidade. Em restaurantes mais modestos gasta-se de 4 a 6 pesos com carne de coelho, porco ou galinha.

Oficialmente, um peso vale 1,2 dólares, mas o estrangeiro é abordado freqüentemente por propostas de câmbio negro. Neste mercado paralelo, o dólar vale 2 pesos. E 2 pesos é o preço da "hora" nos motéis cubanos, as *posadas.*

Na hora do regresso deste país de 110 mil quilômetros quadrados e 9 milhões de habitantes, o "visto volante" significa a não-carimbagem do passaporte — o que livra o viajante de embaraços na chegada ao Brasil. Na bagagem podem vir caixas pequenas de charutos (7 pesos), ou maiores — *Romeu e Julieta* — que valem 26 pesos.

Marina Wodtke

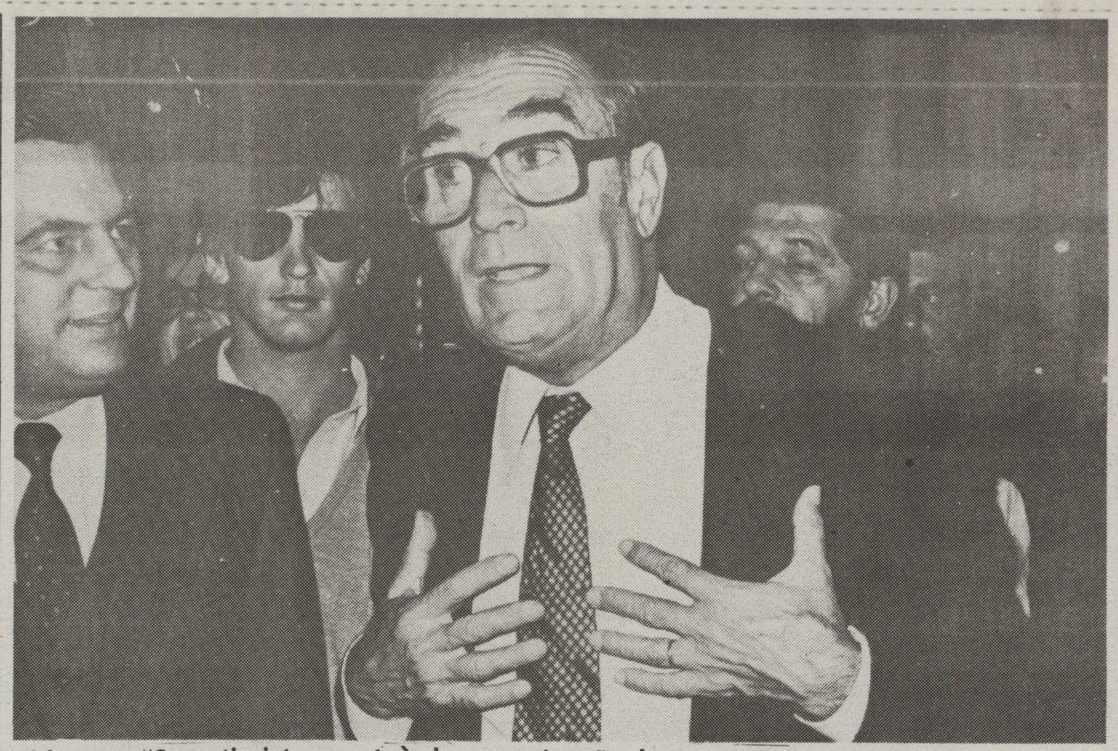
Dia-a-dia em Havana: trabalhadores ao fim de jornada...

e crianças nas praças da cidade, com saúde e educação

A CONVERGÊNCIA DOS URUGUAIOS

O mais conhecido político do Uruguai no exílio, Wilson Ferreira Aldunate, atraiu muita gente a Porto Alegre e disse que a ditadura já não tem sustentação

Fotos de Daniel de Andrade



Aldunate: "Sou otimista quanto à democratização do meu país"

O entusiasmo dos patrícios em três dias de vigília, *carajo!*

Nos três dias que esteve em Porto Alegre, a convite da Assembléia gaúcha, em meados de setembro, o ex-senador uruguaio Wilson Ferreira Aldunate mal encontrou tempo para descansar. A todo instante, grupos de uruguaios transformavam o saguão do sóbrio Hotel Plaza San Rafael em autênticos e emocionados comícios, onde não faltavam faixas e palavras de ordem. Ao todo, Ferreira Aldunate foi procurado por aproximadamente 500 patrícios, entre os que estão exilados na América Latina e os que vieram especialmente para vê-lo.

Exilado na Inglaterra desde o golpe militar de 1973, Ferreira Aldunate é um dos mais destacados políticos uruguaios. Foi o mais votado nas eleições presidenciais de 1971, mas acabou perdendo para Juan Maria Bordaberry, porque o sistema eleitoral determina que o candidato deve pertencer à legenda mais votada. Aos 62 anos, líder do Partido Blanco, Ferreira Aldunate recebeu uma série de recomendações do Itamaraty, entre as quais não dar entrevistas à impresa sobre política. Informalmente, ele falou aos repórteres Alexandre Castro e Rafael Guimaraens sobre a situação atual de seu país e suas esperanças de um dia voltar ao Uruguai:

Sobre a confiabilidade da promessa dos militares de abertura:

"É um erro manifestar-se nesse tema de abertura democrática no Uruguai com base em promessas. Eu sou um político que se move através de atos políticos. Sobre esses problemas da confiabilidade ou não das promessas eu nem me indago. O que me pergunto é quais são as circunstâncias políticas, econômicas e sociais que estão determinando a atual situação do Uruguai. E sou otimista quanto à progressiva democratização do meu país".

Sobre o enfraquecimento do regime: "O plebiscito de novembro de 1980 (quando foi rejeitada a proposta de constituição do governo militar) é um fato que altera todo o curso da história no Uruguai. O governo cometeu o erro de fazer falar a maioria silenciosa. Geralmente se fala em nome dela; se diz representá-la. Mas ali a maioria silenciosa foi consultada, e falou.

"Quando um uruguaio, hoje, toma um ônibus, ou se senta num café, ou assiste uma partida de futebol e olha ao redor, sabe que de cada três pessoas que o rodeiam duas disseram "não" ao regime militar. Então há uma real sensação de maioria, que alterou a postura psicológica, moral do homem comum. O regime não alterou suas normas; mas o povo fala mais que antes. O regime não se tornou mais brando; mas o povo tem menos medo. Há o princípio da ação e reação: assim como o povo se sente mais forte, o governo se sente mais débil. Cada vez que o governo olha o povo, sabe que este povo que o rodeia disse "não".

Sobre a manifestação dos jovens: "Todo regime, para se manter, necessita de uma ou outra forma de um sistema de adesão; e se não de adesão ao menos de aceitação pacífica. E isso se tentou no Uruguai, não somente controlando a totalidade dos meios de informação — rígida, férrea censura à Imprensa — mas através de um apoderamento do sistema de educação em todos os níveis. Expulsaram uma enorme porcentagem dos professores, e conseguiram como primeiro resultado mediocrizar todo o sistema, destruir o nível cultural. Nas universidades, nossos militantes tinham enorme dificuldade para o recrutamento de novos militantes — não só porque essa tarefa era reprimida de maneira terrível, como porque os que chegavam às universidades pareciam uns zumbis, uns robôs destituídos de toda preocupação com o que não fosse estupidez.

"E no entanto chegamos ao plebiscito e podemos individualizar como votaram os jovens (devido ao fato de que os jovens tem títulos eleitorais com números mais altos; e nas circunscrições em que predominavam os números altos a maioria de "não" foi três vezes maior). Os jovens, vítimas desse aparato deliberadamente mediocrizante e destrutivo, foram os manifestantes mais duros contra o regime".

Sobre a possibilidade de semelhança do processo de abertura uruguaio ao brasileiro: "Não sei, nada é comparável. A realidade geográfica e social é diferente; a realidade política distinta. Cada país tem sua singularidade não transferível. No Uruguai — que é o único tema sobre o qual me atrevo a opinar — vejo muito claro que se desencadeou um processo absolutamente irreversível, em cujo desenvolvimento não entra somente a vontade eventual do governo de sair do atual sistema, mas também a vontade popular de destruí-lo. É do jogo desses fatores que vai sair algo que necessariamente é democratizador".

"Ademais, o regime está oco espiritualmente. Assim como um regime não se mantém só pela força, precisando de alguma forma de consenso para governar, quem exerce o poder autoritário precisa também ter alguma convicção, necessita alimentar uma esperança. Mas, no Uruguai, se tem destruído valores tradicionais mas não se tem conseguido nenhum novo objetivo, nem sequer pequenos objetivos".

Sobre o exílio em massa após o golpe militar: "Nós não sabemos ao certo quanto são os exilados. Mas não são nunca menos de 300 mil — e isso é mais que 10% da população. É uma sangria incrível, uma tragédia nacional autêntica, porque são 10% selecionados da população, são os jovens, os operários especializados os intelectuais, os músicos, os artistas, os professores de universidade, os jovens, fundamentalmente os jovens".

"E muito difícil distinguir o exilado político do exilado econômico. É sempre um núcleo minoritário o que se vai porque se põe em risco sua liberdade, sua segurança, sua vida. A grande massa de exilados está constituída por gente que abandona seu país por uma mescla de muitas coisas, fatores políticos e econômicos. Saem a buscar o trabalho — fenômeno econômico típico — que não encontram em seu país. Ou saem para buscar o salário mais alto que o seu país não paga. Uma corrente migratória assim, sempre houve no decorrer da história. O Uruguai, pequena praça, natualmente oferecia, para um operário especializado, menos oportunidades que São Paulo ou Buenos Aires. Mas há fatores espirituais que atam um homem ao lugar onde nasceu. E foram eles que começaram a falhar..."

Autógrafos para Montevidéu

Sobre o retorno dos exilados: "Voltará essa gente? Eu não sei. Sei que não poderemos trazê-los de volta todos. Quem, fora da fronteira de seu país, conseguiu um teto e um trabalho e tem filhos que nasceram no lugar onde vivem agora, está definitivamente perdido para a comunidade nacional. Mas estou seguro que uma alta porcentagem dos exilados voltará, fundamentalmente porque o Uruguai é muito pequeno. E quando um país é muito pequeno e frágil as relações do indivíduo com a pátria são muito intensas. O ingrediente está não tanto no que a pátria pode lhe dar em prestígio, em força, em orgulho pessoal, mas no que ele deve à pátria para ajudá-la a construir-se e preservar-se. Eu tenho percorrido o mundo inteiro e encontrado milhares de uruguaios, e há entre eles uma surpreendente, uma enrome percentagem desesperada por voltar".

Sobre a crise da economia uruguaia após o golpe militar: "A construção do Uruguai, desde a sua independência, custou 720 milhões de dólares — isto é, da independência até o início do processo Pacheco/Bordaberry, o Uruguai acumulou uma dívida externa de 720 milhões de dólares. Hoje o Uruguai deve 3 bilhões de dólares. Isso em oito anos, e com a diferença de que não investimos nesse período. Ao contrário, nós desinvestimos, porque os investimentos não conseguiram compensar a taxa de amortização do capital nacional. Nós usamos o endividamento para pagar os atos correntes de administração; pagamos saldos com a dívida externa".

"No momento em que as maiores potências do mundo usam o mais desesperado protecionismo, o Uruguai resolve liberar o mercado. Isso não é uma medida antinacional: isso é meramente estupidez, não se pode medir-se em termos racionais. O Uruguai é exportador de frutos cítricos — tem uma das maiores produções de limões, por exemplo — e no entanto importa suco de limão. No Uruguai se importa farinha de pão; se importa Coca-Cola da África do Sul. O Uruguai importa absolutamente tudo e vai desmantelando sua débil indústria, porque, claro, tem que respeitar as leis de mercado... O Uruguai não encontra mercado para sua carne, e em troca abre suas portas para farinha de pão alemã. Paralelamente, e esse é o dado mais importante de todos, o salário real do trabalhador, na cifra do governo, está baixando desde 1971; hoje é 56% do que era em 1971. E como em nenhuma economia do mundo se paga a um operário não especializado o suficiente para que possa viver com a metade do seu salário e utilizar a outra metade para outras coisas, é evidente que há no Uruguai um setor da população que começou a não comer o suficiente".

O Brasil e o golpe de 1973

Para os uruguaios, o dia 27 de junho de 1973 amanheceu com o velho prédio do Congresso Nacional cercado por tanques. Estava dissolvido o Parlamento, por ordem do próprio presidente Juan Maria Bordaberry, eleito dois anos antes, e interrompida a democracia uruguaia, "a mais estável do continente", conforme supunham seus políticos. Os tradicionais partidos Blanco e Colorado, este a que pertencia o presidente, foram colocados em recesso e iniciou-se uma violenta perseguição aos oposicionistas.

Entre os milhares de uruguaios que evadiram-se do país, o mais ilustre foi, sem dúvida, o senador Wilson Ferreira Aldunate, o candidato mais votado nas eleições presidenciais de 1971 — Só perdeu porque a legenda de Bordaberry obteve mais votos. Chegando em Buenos Aires, Ferreira Aldunate concedeu uma entrevista ao repórter brasileiro Eric Nepomuceno, acusando o Brasil de participação no golpe.

Na entrevista, publicada na edição de 4 de julho de 1973 do *Jornal da Tarde,* e transcrita no livro *Caderno de Notas,* de Nepomuceno, Ferreira Aldunate diz: "A intervenção começou em fevereiro, de maneira indireta. E no dia 28 de junho, um dia depois do fechamento do Congresso, de maneira direta. O Uruguai não tem dinheiro, mas o Brasil tem — e envia milhões de dólares. O fornecimento de veículos leves e pesados ao Exército uruguaio vinha sendo cumprido, em boa parte, pela indústria brasileira. Mas, não é a isso que me refiro. Falo de veículos de placa brasileira, ou seja, que pertencem ao Exército brasileiro, e que cruzaram a fronteira nos últimos dez ou doze dias".

KARPOV X KORCHNOI

Geniais, inimigos ferozes, os dois enxadristas disputam mais que uma grande decisão pessoal. Eles representam as idéias de EUA e URSS, cercados de espiões

Luiz Eduardo Achutti

Num tabuleiro, na Itália, o jogo das superpotências

Rafael Guimarães

A mais recente batalha da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética está em franco desenrolar. Sentados frente à frente, separados pelo tabuleiro de xadrez, os soviéticos Anatole Karpov e Viktor Korchnoi voltam a disputar o título de melhor enxadrista do mundo. O palco é o Ducado de Merano, um pacato e sofisticado balneário de água doce do norte da Itália, para onde voltam-se interesses bem maiores do que os meramente esportivos. O Politburo confia no lídimo representante do poderio soviético, o atual campeão Karpov, um economista de 30 anos, membro do Partido Comunista. Já o Departamento de Estado americano aposta tudo no dissidente Korchnoi, um professor de História de 49 anos, exilado na Suíça, cuja vitória representaria uma desmoralização para os russos.

Certamente, o xadrez não pode ser comparado a outras competições entre EUA e URSS pela supremacia mundial, como a corrida armamentista ou a conquista espacial. Mas ninguém duvide que as vitórias no tabuleiro rendem polpudos dividendos em termos de imagem externa e interna. Basta lembrar que em 1972, quando o temperamental Bobby Fischer ameaçou abandonar o *match* contra o soviético Boris Spassky pelo título mundial, o próprio secretário de Estado Henry Kissinger apressou-se em telefonar a seu compatriota rogando-lhe que fosse até o fim. Para alegria de todos, felicidade geral da Nação e alívio na Casa Grande, os apelos de Kissinger alimentaram o ego de Fischer que, saciado, respondeu: "Eu jogo!". E, utilizando todo o seu talento, temperado com uma boa dose de catimba — que, em xadrez, consiste em tossir e tamborilar os dedos para atrapalhar a concentração do adversário —, acabou derrotando o *gentleman* Spassky. De regresso à América, Fischer foi recepcionado pelo próprio presidente Richard Nixon, numa solenidade aos moldes da que homenageou a Seleção Canarinho de 1970. Depois que Fischer parou de jogar — comenta-se que ele está preparando sua volta — não surgiu outro americano capaz de opor resistência à forte escola soviética. O mais destacado enxadrista em atividade nos EUA é o dissidente tcheco Kavalecky.

NAPOLEÃO E LENIN

Portanto, comprova-se que nenhum outro esporte consegue pesar tanto na correlação de forças internacionais como o xadrez, um jogo cujas origens permanecem misteriosas. Sabe-se que ele foi inventado em algum canto da China ou da Índia há mais de dois mil anos e que suas regras permanecem inalteradas, salvo um ou outro detalhe menor. A História registra que nos primeiros séculos a Igreja católica espanhola proibiu que seus padres praticassem xadrez assim como, hoje em dia, o aiatolá Khomeini mantém a mesma proibição aos islamitas. O motivo é o mesmo: o xadrez vicia.

E viciou pelo menos duas grandes figuras da Humanidade, como Napoleão Bonaparte, instaurador do capitalismo, e Lênin, construtor do socialismo. Aliás, há quem como o advogado Werner Becker, presidente da federação Gaúcha de Xadrez, defenda seu conteúdo eminentemente democrático: "Muito simples: o peão, que na sociedade enxadrística corresponde ao proletário cresce de importância no decorrer do jogo. Tanto assim que, nas partidas de maior qualificação, só ganha o jogo quem consegue fazer com que um de seus peões atravesse o tabuleiro e seja coroado, assumindo a motibilidade de qualquer uma das outras peças e tornando-se fundamental para colocar o rei adversário em xeque".

Napoleão Bonaparte costumava impingir sucessivas derrotas a seu oficialato. O adversário mais forte que encontrava pela frente era o Marechal Michel Ney, seu braço direito em Waterloo que, mesmo assim, geralmente perdia. Não se pense que o fiel Ney amolecia o jogo para agradar o amigo. Pelo contrário. As partidas de Napoleão que chegaram até nossos dias revelam-no um enxadrista acima da média. Lênin idem. Ele costumava participar de torneios oficiais da Rússia, em meio às conspirações para derrubar o regime czarista e implantar a ditadura do proletariado. Um de seus parceiros prediletos era o célebre autor de *A Mãe*, Máximo Gorki. Certa vez, Lênin confidenciou a amigos que o xadrez estava atrapalhando sua militância política a ponto de exigir dele uma definição. Entre os peões do tabuleiro e os operários das fábricas, preferiu a luta de classes, mas nunca deixou completamente o xadrez.

O RÁDIO TRANSMITE

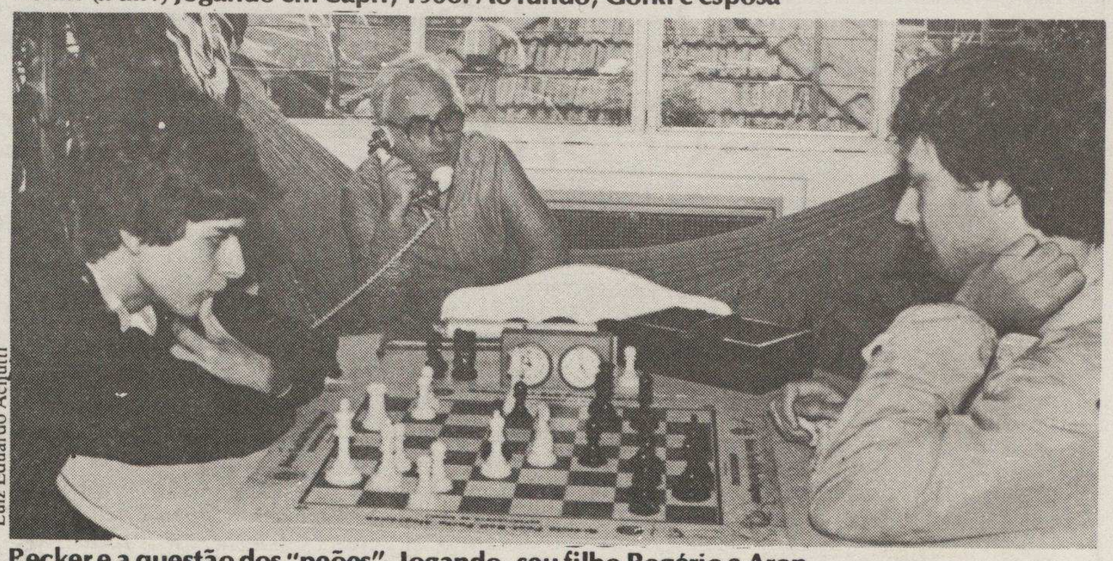
Vários generais da II Guerra, tanto os aliados como os do Eixo, eram fanáticos enxadristas, dando razão aos chavões que costumam relacionar batalhas com partidas de xadrez. Fidel Castro também, mas os russos não têm nada a ver com isto. É que Cuba tem uma larga tradição neste esporte, tanto que um dos maiores jogadores ocidentais de todos os tempos, só comparável a Bobby Fischer, foi cubano. Trata-se de José Raul Capablanca, que viveu entre 1888 e 1942, sagrou-se campeão nacional com 12 anos e manteve o título mundial por sete anos consecutivos. Atualmente, Cuba tem mais de uma dezena de Grandes Mestres, mais que a América do Sul inteira.

O xadrez é um esporte nacional na União Soviética. As emissoras estatais têm o hábito de transmitir pelo rádio *flashes* das grandes decisões, com audiência absoluta, como ocorre na final Karpov-Korchnoi. Aliás, é soviética também a campeã mundial feminina, Maia Chiburdanize, de apenas 20 anos, que pouquíssimos homens são capazes de vencer. No leste e norte europeu, a paixão pelo xadrez é grande. Nas Universidades americanas é difícil encontrar alguém que, pelo menos, não tenha noções básicas das regras do jogo. Na América do Sul, destaca-se a Argentina que ao menos uma vez por ano promove torneios com Mestres Internacionais. Com um quarto da população brasileira, a Argentina tem 20 vezes mais enxadristas, o que prova, também, o nível incipiente do xadrez tupiniquim que perde

Arquivo W.B.

Lenin (à dir.) jogando em Capri, 1908. Ao fundo, Gorki e esposa

Luiz Eduardo Achutti



Becker e a questão dos "peões". Jogando, seu filho Rogério e Aron

até para Paraguai e Chile.

"Culpa do monopólio do futebol", explica Werner Becker. "Aliás o monopólio é uma tradição nacional, desde o capital financeiro na colônia até a cultura do café na república. O xadrez é um esporte barato — um conjunto simples custa menos que uma bola de futebol. O problema é que ele requer tranqüilidade e concentração, características difíceis de encontrar num país com tantos problemas. Se o Brasil valorizasse mais o xadrez, um cara como o Mequinho teria a mesma importância de um Pelé ou de um Garrincha".

Henrique da Costa Mecking, o Mequinho, foi campeão brasileiro quando tinha apenas 13 anos e sul-americano com 15. Obteve o título de Grande Mestre — é o único brasileiro a atingir o maior degrau na hierarquia do xadrez — e passou seis anos enfrentando os maiores jogadores do mundo até que entrou em parafuso. Só recuperou a razão no ano passado, quando aderiu ao misticismo. Ele prepara-se para disputar o Campeonato Sul-Americano, mas pouca gente acredita que consiga jogar como antes. "Faltava ao Mequinho o sentido coletivo", diz Becker. "Necessariamente a prática do xadrez deve ter como complemento outra atividade social ou cultural. É uma pena porque ele era um gênio, mas acabou vendendo a imagem de que o enxadrista é uma pessoa com problemas psicológicos. A culpa é dos problemas psicológicos, não do xadrez".

AMANTE À ANTIGA

A conduta dos grandes enxadristas provam o contrário. Spassky, por exemplo, era tido como um imbatível conquistador de corações do tipo amante à moda antiga. Korchnoi segue-lhe os passos, mas não tem a sofisticação de Spassky. Já Bobby Fischer detesta as mulheres, "porque não sabem jogar xadrez". E Karpov, recém-casado com uma meiga russinha, faz o gênero bem comportado. Becker contesta quando afirmam que o xadrez é um excelente exercício para desenvolver a capacidade de jogar xadrez. "Não, ele desenvolve a capacidade da análise global das coisas, tal é sua complexidade. Até hoje, os computadores eletrônicos não conseguiram vencer a um jogador forte, provando que o xadrez não é um mero jogo de cálculo". Ele suspeita até que os regimes de força não apreciam esportes que façam pensar e cita um exemplo próprio. "Este ano, tentamos fazer um intercâmbio com enxadristas uruguaios, mas o Governo de lá proibiu em cima da hora, certamente por razões políticas". Explica-se: Becker é procurador e compadre do jornalista Luiz Claudio Cunha, testemunha ocular do seqüestro dos uruguaios Lilian e Universindo.

Ele constata também a simpatia que o PT encontra entre os jovens enxadristas, citando o exemplo de seu filho Rogério, de 19 anos, bicampeão gaúcho, e de Aron Antunes Correa, de 16 anos, vice-campeão, que praticam xadrez seis horas por dia, conhecem a vida dos principais jogadores do mundo e participam de torneios em todo o país.

Segundo os entendidos, existem duas grandes escolas do xadrez, cuja distinção não é tão perceptível como a do futebol-força e futebol-arte, por exemplo. Becker explica: "O xadrez soviético é mais complexo, mais dialético, fruto de uma experiência coletiva, transmitida de geração para geração. É uma tradição anterior à própria Revolução Bolchevique. O Karpov, por exemplo, além de seu talento próprio e suas idéias originais, recebeu um somatório de experiências. O xadrez ocidental é linear, lógico-formal, baseado principalmente na criatividade pessoal. Fischer foi um gênio, mas é produto de uma concepção capitalista do conhecimento, individualista. Qual é o melhor? É o mesmo que perguntar qual o melhor sistema, o capitalista ou socialista. Só daqui há décadas a Humanidade encontrará uma resposta".

Bate-boca com a embaixada e cenas de ciúmes

Anatole Karpov e Viktor Korchnoi odeiam-se. O dissidente chama o campeão de "canalha". Karpov retruca: "Ele é um pobre diabo". As brigas pessoais são comuns no xadrez, um esporte que acarreta um desgaste psicológico correspondente ao do boxe, em termos físicos. E, quando existe o componente político, a raiva aumenta. Karpov, que coloca todo o seu talento a serviço do Estado soviético e tem um livro editado na URSS sobre o lazer na sociedade socialista, critica Korchnoi por jogar e receber homenagens em países como a África do Sul e o Paraguai.

Para Korchnoi, ganhar de Karpov seria a vingança ideal contra o Governo soviético. Ele costuma dizer que optou pela liberdade mas não se julga um anti-socialista. Apenas acusa o Governo da URSS de anti-semitismo, argumentando que, por ser judeu, não desfrutava das regalias dedicadas a outros enxadristas. Ele esquece que um dos mais destacados Grandes Mestres soviéticos, orgulho nacional é o judeu Lev Polugaiévsky. Exilado na Suiça e adotado pelos americanos como representante oficial do *mundo livre,* Korchnoi quer repetir a façanha de Alexander Alekhini na década de 30 que exilou-se na França e sagrou-se campeão mundial, batendo o grande José Capablanca. Como era pró-nazista, Alekhini acabou assassinado pela polícia secreta inglesa.

Na primeira tentativa, há três anos, numa praia das Filipinas, Korchnoi não foi feliz. Acabou batido por seis a cinco — nas decisões, ganha quem obtém seis vitórias — após 32 partidas e mais de dois meses de disputa. Korchnoi tentou desculpar-se explicando que um membro da delegação soviética, o parapisicólogo Vladimir Zoukhar, tentava hipnotizá-lo durante as partidas. Ele chegou a contratar dois iogues indianos como antídoto, mas não funcionou. Além disso, queixou-se que não tinha tranquilidade para pensar no jogo, preocupado com a esposa que o Governo soviético impedia de sair do país. Agora, no entanto, a URSS liberou a mulher e o filho de Korchnoi, que cumpria pena por crime comum.

CENA DE CIÚME

Os dois estiveram em Porto Alegre no ano passado, a convite de Werner Becker, numa promoção do Grêmio Futebol Portoalegrense. Korchnoi veio em agosto, acompanhado da fiel secretária, a dissidente checa Petra Lewerik. Os dois ficaram em quartos separados no hotel, mas Petra não deixou dúvidas quanto à natureza de suas relações ao patrocinar uma constrangedora cena de ciúmes quando Korchnoi, sempre atencioso às mulheres, mantinha um agradável colóquio com uma jornalista gaúcha.

"Korchnoi deu uma demonstração de profissionalismo, pois perdeu o avião da escala que fez em Foz do Iguaçu, vindo da Argentina, e encarou uma torturante viagem de táxi aéreo por sua conta para honrar o compromisso, livrando-me de uma situação embaraçosa, conta Becker". "Quando anunciei sua vinda, todo mundo me gozou, principalmente quando fomos esperá-lo no aeroporto, com toda a festa preparada. Tive que pedir ao gaúcho Francisco Trois, campeão sul-americano, para substituí-lo nas partidas simultâneas mas, com todo o respeito ao Trois, grande jogador, seria o mesmo que anunciar a Jane Fonda e apresentar uma estrela da Globo. No fim, Korchnoi chegou a tempo".

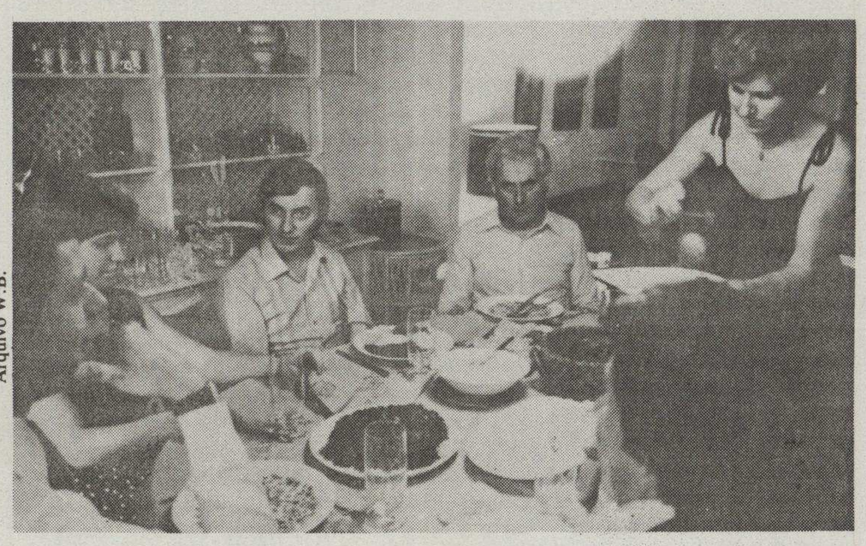
Pela idéia que se tinha de Karpov, uma máquina humana, segundo a imprensa internacional, ele deixou uma impressão mais simpática entre os gaúchos, mesmo usando abrigo Adidas e cobrando o dobro de Korchnoi. Revelou-se uma pessoa afável, de boa conversa, que só evita falar de três coisas: de Korchnoi, do jovem enxadrista Kasparov, de apenas 18 anos, que começa a pisar-lhe os calcanhares, e de política. "Acharia uma deselegância se o senhor falasse de política no meu país", disse ele antes que Becker entrasse no assunto. Becker lembra-se também das dificuldades que a Embaixada brasileira de Buenos Aires e a Embaixada soviética de Brasília colocaram para a vinda do campeão.

"E MEU PASSADO?"

"A embaixada do Brasil em Buenos Aires, onde foi feito o contato com ele, pediu atestado de saúde dele e da esposa, o que representa uma humilhação, tratando-se de um campeão mundial. E a embaixada da URSS fez uma série de exigências burocráticas e não respondeu ao meu pedido. Quando ele estava almoçando uma feijoada em minha casa, tocou o telefone e era Boris Lisinsky, funcionário da embaixada. Ele perguntou como Karpov tinha chegado. Respondi 'de avião', sentindo o tom de cobrança. Boris disse que o embaixador queria falar com ele. Passei o telefone ao Vladimir, secretário de Karpov, que falou durante 22 minutos em conversa não muito amena. No final, desligou e falou em russo com o Karpov. Perguntei se estava tudo bem e ele levantou o polegar, enquanto acalmava a esposa, como que dizendo: 'Deixa eles'. Pelo meu passado, não esperava ser chamado à atenção pela Embaixada soviética".

O início das disputas em Merano está sendo uma repetição dos torneios anteriores, ou seja, o encontro entre corpulentos agentes da CIA e da KGB que fazem parte das delegações de Korchnoi e Karpov. Comenta-se até que Petra é ligada à CIA e que Vladimir, secretário de Karpov, pertence à KGB. No mais, é uma guerra de nervos. Korchnoi chegou a pedir uma cápsula de vidro para abrigar-se de qualquer espécie de atentados das Brigadas Vermelhas, enquanto o parapsicólogo Zukhar apareceu de óculos escuros. Vale tudo, afinal isto não é apenas xadrez.

Arquivo W.B.



Arquivo W.B.

Korchnoi na simultânea em B. Aires (Becker é o terceiro). E Karpov na feijoada de Becker em Porto Alegre

O brique das idéias gostosas.

Móveis. Louças. Cerâmicas. Palhas. Livros.
Luminárias e aquelas coisinhas pra presente.

tempos modernos

AV. INDEPENDÊNCIA, 925 FONE: (0512) 25.4453

MÓDULO

O NOVO ARCEBISPO

À PAISANA NA CASERNA DO VELHO DOM VICENTE

Dom Cláudio Colling não mudará a linha da Igreja de Porto Alegre, mas seus hábitos fazem prever um tipo de abertura ao clero e à comunicação

No próximo dia seis de dezembro, quando passar a chefia da Arquidiocese de Porto Alegre a dom Claudio Colling, o cardeal dom Vicente Scherer irá tranqüilo para seu apartamento perto do retiro de Vila Betânia, em Porto Alegre. Afinal, após quatro anos de delicadas negociações envolvendo o Vaticano, o núncio apostólico no Brasil, dom Carmine Rocco, a CNBB e o próprio dom Vicente, ele garantiu, com a indicação de dom Claudio, a continuidade do trabalho pastoral e sobretudo da linha conservadora que impôs, com autoridade absoluta, à Igreja de Porto Alegre nos últimos 34 anos. Dom Vicente irá tranqüilo porque sabe que fundamentalmente muito pouca coisa mudará e principalmente porque conseguiu adiar por pelo menos sete anos a indicação de um bispo da chamada ala progressista para a Arquidiocese de Porto Alegre.

Dom Claudio Colling, de 68 anos, bispo de Passo Fundo desde 1951, não pode, entrentanto, ser classificado como um conservador da mesma estirpe do cardeal Scherer. O novo arcebispo de Porto Alegre, aliás, não gosta desta divisão entre conservadores e progressistas, "rótulos bolorentos", em sua opinião. Dom Claudio Colling já deu inúmeras demonstrações, nestes últimos 30 anos, de que é um homem essencialmente negociador, que busca a conciliação entre as partes "um homem que gosta de colocar pedacinhos de algodão entre os cristais, para evitar o atrito", como ele mesmo se define. Enfim, um civil na Igreja gaúcha, distante dos hábitos de caserna de Scherer e adepto de uma vivência mais paisana.

Foi assim na difícil questão surgida com as acusações do coronel Curió ao padre Arnildo Fritzen, ameaçado de enquadramento na Lei de Segurança Nacional por causa de sua atuação junto aos colonos acampados em Encruzilhada Natalino desde o final do ano passado. Segundo o relatório do coronel Curió, padre Arnildo teria insuflado os colonos contra as propostas do Governo, de remoção para o Mato Grosso. Dom Claudio, avisado pelo governador Amaral de Souza, através do secretário do Trabalho e Ação Social, Augusto Trein, soube com antecedência que o padre Arnildo seria mesmo enquadrado na LSN e foi informado até da data da prisão. Reagiu com veemência, mandando dizer ao governador que o relatório do coronel Curió era rancoroso e "demonstrava um certo ódio à Igreja".

O bispo de Passo Fundo alertou o governador para o fato de que a prisão do padre inevitavelmente levaria à radicalização e daria outra dimensão ao caso dos colonos acampados. Dom Claudio usou de todo o seu poder de persuasão junto às autoridades e sobretudo junto ao cardeal Vicente Scherer, que acabou dando entrevistas em Porto Alegre defendendo o progressista pároco de Ronda Alta. O processo de enquadramento do padre na LSN foi suspenso e, 20 dias depois, sem alarde, ele era oficialmente removido do acampamento.

Uma saída honrosa para Governo e Igreja, evitando-se o confronto direto, típica do negociador dom Claudio Colling. Nesse aspecto, um civil bem menos truculento que políticos como Paulo Maluf ou Antônio Carlos Magalhães.

Essa postura de conciliação, bastante diversa da intransigência característica do cardeal Vicente Scherer, certamente resultará em maior liberdade de ação para todo o clero gaúcho. Mas nem por isso deve-se esperar posições politicamente mais à esquerda dentro da Igreja do Rio Grande do Sul, a partir de dezembro. Homem moderado e prudente, dom Claudio Colling não irá incentivar, por exemplo, a criação de Comunidades Eclesiais de Base no Estado e manterá a filosofia assistencialista implantada pelo cardeal Scherer. Foi assim durante seus 30 anos de bispado em Passo Fundo.

Centro de uma região históricamente conflagrada por conflitos de terra desde a desapropriação da Fazenda Sarandi, no governo Leonel Brizola, nos anos 50, Passo Fundo, hoje com 120 mil habitantes, é a primeira parada dos colonos sem-terra expulsos de toda a região do Planalto. Há 30 anos a cidade tem sido um dos principais "centros exportadores" de mão-de-obra oriunda do campo para a colonização de Santa Catarina, oeste do Paraná e Mato Grosso. Nos últimos anos, a exemplo do que ocorre em todo o Estado, a população pobre de Passo Fundo tem aumentado rapidamente. Há aproximadamente 30 mil favelados e seis mil menores de 14 anos considerados tecnicamente carentes pela Igreja, espalhados em 32 "lugares de pobreza". Essa realidade, entrentanto, não deu lugar ao surgimento de uma Igreja progressista na cidade. A opção pelos pobres resume-se à iniciativas de caráter assistencial, como a criação de asilos, casas para mães solteiras, lar de menores e coisas do gênero, que bem podem caracterizar o tipo de trabalho pastoral preferido por dom Claudio. O novo arcebispo de Porto Alegre irrita-se com essas acusações, especialmente aquelas que apontam a inexistência da Comunidades Eclesiais de Base em Passo Fundo como resultado de sua posição conservadora:

— A CEB é uma coisa muito badalada mas eu acho que tem muita gente que não entende o seu significado. O que são as quase 800 capelas pequeninas que nós temos espalhadas pelo interior da diocese? São centro irradiadores de fé, culto e caridade, onde as pessoas se reúnem para rezar, conversar, refletir e se autopromoverem. Isso é uma Comunidade Eclesial de Base, só que nós não usamos esta denominação, que é nova e estranha para a nossa comunidade —, explica dom Claudio. Para ele, as Cebs foram criadas com o objetivo de "sair-se da rotina de um apostolado de massa, mais distanciado, como o praticado antigamente. Eu poderia reunir mil, duas mil pessoas numa igreja e falar durante horas para elas, mas a assimilação do que eu disser será muito pequenina. Então foram criados novos métodos de trabalho pastoral, que acompanham mais de perto as pessoas, que envolvem a comunidade todos os dias. Esse é o sentido da CEB.

Dom Claudio Colling acha que não há diferença entre as Cebs e os diversos Centros de Juventude mantidos pela Igreja nos bairros pobres de Passo Fundo: "Lá as crianças se reúnem, em vez de ficarem perambulando pelas ruas depois que saem do colégio, recebem um prato de comida, há professores que os ajuda nas lições, ensinam noções de higiene, etc. Temos mais de mil pessoas para alimentar, basta dizer que só a folha de pagamento dos funcionários da *Cáritas* em Passo Fundo ultrapassa a importância de Cr$ 1 milhão por mês. Então, como é que se pode dizer que a Igreja de Passo Fundo não dá atenção aos pobres?", pergunta o arcebispo. Um civil do PDS argumentaria melhor?

Um certo know how *em administração*

Se em termos de orientação geral as coisas continuarão iguais na Igreja gaúcha, o mesmo não se pode dizer em relação ao comportamento pessoal do novo arcebispo. Ao contrário do cardeal Scherer — um homem de gabinete e de grande lastro intelectual — dom Claudio Colling é um administrador dinâmico, um homem de ação. Em Passo Fundo, ele ficou famoso pelo seu ritmo de trabalho, mantendo um expediente médio de 16 horas diárias a serviço da Igreja. Foi com essa grande vitalidade pessoal, apesar dos seus 112 quilos, que dom Claudio praticamente participou de todos os acontecimentos importantes registrados na região, desde que lá chegou, em 1951.

Fundou quatro seminários, criou a Casa de Retiros, a Rádio Planalto e o Patronato de Menores. Reorganizou a Fundação Lucas de Araújo, organizou a Assistência Social Leão XIII, preparou todo o esquema de fundação da diocese de Erexim. Sua grande obra, ressaltada inclusive por seus adversários, foi o impulso decisivo que deu à hoje Universidade local — aliás um episódio que demonstra novamente sua habilidade como negociador.

Acreditando que Passo Fundo já comportava uma Universidade, dom Claudio tomou a iniciativa de criar a Faculdade de Filosofia, mesmo sabendo que parte da comunidade passofundense, ligada à Maçonaria e liderada pelo empresário Reisoly Santos, preferia a criação de uma Faculdade de Direito. Dom Claudio foi à Alemanha buscar recursos para a construção do prédio, cuja planta obteve praticamente de graça com um arquiteto amigo. Quando tudo já estava pronto e a polêmica em torno de qual faculdade deveria ser criada começava a vir a tona, dom Claudio mostrou-se cordato e despreendido, doando o prédio e o terreno aos adversários, com uma única condição:

a de que alguns padres pudessem dar aula na faculdade e que ela fosse necessariamente o embrião de uma Universidade, maior e mais completa. Hoje, a Universidade de Passo Fundo tem 12 faculdades e é um dos orgulhos da comunidade.

Apesar desse dinamismo, dom Claudio, reafirmando sua prudência, ainda não tem planos para o Arcebispado de Porto Alegre. A cidade ele conhece bem, pois durante todos os seus 13 anos como padre trabalhou unicamente na capital, tendo sido vigário dos bairros Menino Deus, São Geraldo (onde trabalhou ao lado de dom Vicente Scherer e onde nasceu a grande amizade entre ambos) e Glória, além de dirigir o programa radiofônico *A Hora Católica* e ter exercido a função de cura da Catedral Metropolitana. Ele prefere primeiro conhecer o terreno, principalmente as vilas surgidas nos últimos 30 anos na periferia de Porto Alegre:

— Não sou um homem absolutista, individualista. Vou me aconselhar com os três bispos auxiliares da capital, vou primeiro querer conhecer todos os padres que trabalham lá, as novas paróquias. Tenho idéia do volume de responsabilidades que enfrentarei, principalmente pelo grande número de problemas sociais surgidos com esses aglomerados humanos que aparecem diariamente nas grandes cidades. Vamos seguir a estrada existente e conforme as

Manoel Canabarro

De charuto na mão, um dos prazeres

Grazziotin, o companheiro de caçadas

Com os amigos, um bispo de boa conversa e apreciador de vinho

curvas iremos para a esquerda ou para a direita, sempre evitando os atoleiros e buracos —, resume ele.

Segundo o padre Osvino Both, de 43 anos, coordenador da pastoral diocesana de Passo Fundo e auxiliar direto do bispo, dom Claudio vai pautar sua ação em Porto Alegre pelos mesmos critérios que seguiu na região do Planalto:

— Ele é um homem que confia e estimula seus auxiliares, sempre diz que não devemos ter medo de errar. Demora bastante para tomar uma decisão, mas depois não abre mão dela, defende seus padres e auxiliares até o fim. Sofre muito quando alguém não corresponde à confiança que depositou nele. É um homem que não centraliza poderes, ao contrário, delega tarefas e deixa liberdade de ação aos auxiliares, preocupando-se apenas em dar as coordenadas gerais. E trabalha muito.

Na diocese sob responsabilidade de dom Claudio existem 44 matrizes e aproximadamente 800 capelas distribuídas nas 66 paróquias. De três em três anos, é certo que o bispo visita todas as capelas, sem exceção.

Vinho, pois não? E um bom charuto

Outra grande diferença existente entre o temperamento de dom Claudio Colling e o de dom Vicente Scherer é a comunicabilidade. Para a imprensa portoalegrense será muito mais fácil entrevistar o arcebispo, um homem loquaz, simpático e simples, bem diferente do inacessível cardeal gaúcho. Em compensação, as alocuções do programa *A Voz do Pastor,* que quando proferidas por dom Vicente sempre repercutem nacionalmente e ganham as primeiras páginas dos jornais, serão menos contundentes e mais desprovidas de caráter político. A primeira conseqüência disso é que o pensamento católico conservador, com dom Cláudio, perderá peso junto à opinião pública do país. Mesmo porque um "paisano", quando não mais realista que o rei, não costuma causar sobressaltos.

O ambiente de austeridade reinante na Cúria Metropolitana de Porto Alegre nestes últimos 34 anos vai liberalizar-se um pouco. O novo arcebispo é um homem mais moderno que dom Vicente: há muitos anos ele deixou de usar a batina, preferindo simples ternos de cor cinza e o tradicional colarinho eclesiástico. Dom Claudio fuma charutos, bebe uísque e vinho — comenta-se que possui uma invejável adega em sua casa de Passo Fundo — e em seus momentos de lazer gosta de retirar-se para o campo, onde joga cartas, conta piadas e eventualmente caça perdizes, usando uma velha espingarda *Flaubert* calibre 22. Esses hábitos, considerados pouco comuns para um chefe religioso, valeram a dom Claudio um rico, engraçado e maledicente folclore em Passo Fundo. Nos cafés da cidade, à boca pequena, não se aposta nos votos de castidade do bispo. Nem nos de pobreza. Dom Claudio é chamado, por seus adversários — que não chegam a assumir publicamente suas posições —, como "o bispo dos ricos", devido às suas inúmeras amizades entre a classe alta de Passo Fundo. Seu grande amigo e companheiro de caçadas, Tranquilo Grazziotin, diretor-vice-presidente da cadeia de lojas Grazziotin (43 lojas no Rio Grande, Santa Catarina e Paraná), repudia estas acusações com irritação:

— Dom Claudio é um homem pessoalmente pobre, vai sair daqui mais pobre do que chegou. Ele é um homem muito simples, que gosta de trabalhar e conversar com os humildes. Acontece que ele tem uma capacidade de trabalho muito grande, realizou muitas coisas importantes na cidade, e os invejosos não admitem isso.

Tranquilo Grazziotin, que chegou a Passo Fundo mais ou menos na mesma época que dom Claudio, mantém amizade intima com o bispo há 30 anos. Juntos, os dois freqüentemente retiram-se para a propriedade de um amigo, à margem do Rio das Antas, na região de colonização italiana da serra gaúcha, onde descansam, jantam perdiz frita ou assada, jogam cartas e conversam. Tranquilo Graziotin conta duas historinhas rápidas para reforçar suas afirmações sobre o bispo:

— Quando ele comemorou seus 25 anos de bispado, eu quis dar-lhe um presente à altura e perguntei o que ele precisava em casa. Dom Claudio não disse nada. Perguntei então à sua irmã, dona Maria Colling, e descobri que as chícaras, pratos e talheres usados na casa do bispo eram as mesmas de 25 anos atrás. Dei-lhe então um jogo de porcelana completo como presente.

A outra passagem foi-lhe confidenciada pelo próprio bispo. Durante a temporada que passou na Itália, participando do *Concilium Vaticano II,* dom Claudio viajava de avião todos os fins de semana para a Alemanha, onde tentava, junto a organizações católicas como a *Miserium,* conseguir recursos para os pobres de Passo Fundo. Nessa conversa, falando sobre a possibilidade de morrer numa dessas viagens, dom Claudio disse ao amigo: "Meu testamento está no cofre. Deixo minha aposentadoria para minha irmã e minha velha empregada e o resto que for encontrado lá dentro pode ficar para os que dizem que sou rico".

Conseguir recursos de entidades católicas alemãs é outra especialidade de dom Claudio. Foi lá que ele levantou, de uma só vez, seis milhões de cruzeiros para a construção da escola profissionalizante de Passo Fundo. De outra feita, trouxe consigo 70 toneladas de roupas para distribuir aos pobres da cidade. Na Alemanha, conseguiu ainda os recursos e equipamentos para o hospital São Vicente, o melhor de toda a região.

Quando não está descansando no campo ou caçando com seu amigo Grazziotin, dom Claudio passa os fins de semana numa granja da Mitra Diocesana de Passo Fundo, situada a 30 quilômetros da cidade, onde reúne alguns padres para conversar, lê os jornais e as revistas semanais, assiste o noticiário da televisão. De vez m quando vê o *Fantástico,* da Rede Globo, mas abomina o excesso de propaganda existente entre um segmento e outro do programa. Novelas, para dom Claudio, são coisa desconhecida:

— Se a gente começa a ver o primeiro capítulo não pára mais e eu não tenho tempo para isso.

Dom Cláudio, aliás, não gosta do tom e da temática de certas novelas, "onde os personagens casam e descasam a toda a hora, causando uma influência muito negativa nos telespectadores e contribuindo para a desagregação a família". Conservador? Sim, mas dentro do contexto do "público externo" ao analisar o desenvolvimento da cultura de massas.

Embaraços de ordem pública

Nestes 30 anos, dom Claudio viveu alguns momentos embaraçosos em Passo Fundo. O mais recente e rumoroso deles foi quando viu-se envolvido no escândalo da fraude do adubo-papel, há três anos. Quando o escândalo veio a público, dom Claudio foi visto e fotografado, ao lado de grandes fazendeiros e agricultores da região, prestando depoimento aos agentes da Polícia Federal que faziam o inquérito. O envolvimento de dom Claudio no caso do adubo-papel parece ter origem na lavoura de soja que ele mantém há muitos anos na granja da Mitra Diocesana. Como muitos outros religiosos do interior, o bispo de Passo Fundo planta soja e vende a produção para a cooperativa local, como forma de aumentar os recursos da Igreja. Até hoje, nada de concreto foi provado contra ele — como, de resto, contra nenhum dos grandes agricultores envolvidos no escândalo. Apenas uns poucos e pequenos agricultores foram punidos, abafando-se o caso. Um jornalista de Passo Fundo, que até o ano passado buscou, paciente e incansavelmente, informações mais detalhadas sobre o escândalo dá seu depoimento:

— Olha, eu fucei muito nessa história, deixei os ânimos se acalmarem na cidade para recomeçar investigações, conversei com pessoas envolvidas, entrevistei o promotor e alguns agentes policiais. Estou realmente convencido de que dom Claudio não tem nada a ver com a fraude do adubo-papel.

Outro episódio que causou profundo constrangimento entre o clero passofundense e quase fez dom Claudio Colling perder a calma, foi a outorga, pela Câmara de Vereadores, do título de Cidadão Honorário de Passo Fundo ao bispo. Proposto por um vererador arenista em 1974, o título só foi concedido e entregue três anos após, depois de ter sua tramitação normal atravancada pela maioria oposicionista da Câmara Municipal. As manobras burocráticas para atrapalhar ou mesmo impedir a outorga do título de cidadão honorário a dom Claudio foram tantas, e às vezes tão visíveis, que à certa altura o bispo confidenciou a alguns amigos — inclusive o vereador que apresentou o projeto —, que não iria aceitar o título e nem compareceria à cerimônia de entrega, se a Câmara finalmente o aprovasse.

No final, por 14 votos a sete — maioria mínima exigida pelo regimento da Câmara — o título foi aprovado e, meses depois, dom Claudio ganhava a condição de cidadão honorário de Passo Fundo.

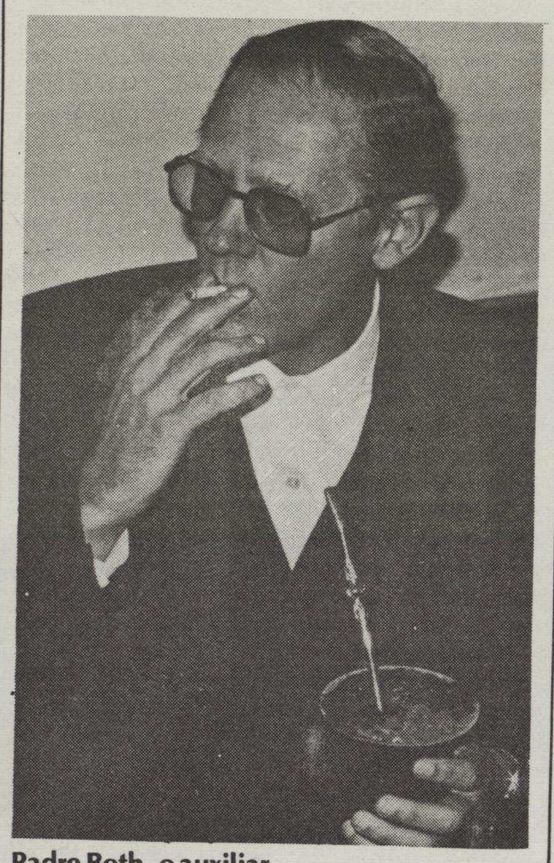
Primeiro recado aos ativistas

No momento, o assunto que mais preocupa o novo arcebispo de Porto Alegre é o acampamento dos colonos sem-terra em Encruzilhada Natalino. Para ele, algo de grave vai acontecer ali:

— Eu não vejo nenhuma saída viável para a questão. Há muita radicalização no meio, de parte a parte. O Governo não irá dar terras na região para os colonos. E nós não podemos perpetuar indefinidamente este acampamento.

Dom Claudio mostrou-se alarmado com a determinação dos colonos. "Há pouco tempo eu conversei com uma comissão dos acampados e eles me disseram que estão dispostos a ficar ali até a morte". Para o bispo, a situação é difícil porque, no seu entender, os dois lados tem razão. Os colonos vivem realmente uma situação de miséria e injustiça social, "e não há quem não se compadeça deles". Mas ele crê também que muita gente de fora incitou os colonos, esquentando os ânimos. Dom Claudio irrita-se muito particularmente com a atuação do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre, dirigido pelo desembargador aposentado Celso Geyger, e com alguns membros "de uma tal pastoral universitária", que ele diz desconhecer.

A irritação do novo arcebispo de Porto Alegre, nesse caso, superou mesmo sua celebrada prudência. Em situação normal, ele jamais daria o nome, publicamente, daqueles que considera responsáveis pela alta temperatura registrada em Encruzilhada Natalino, sem dúvida alguma o mais delicado foco de tensão social pela posse da terra de todo o Estado. Em situação normal, dom Claudio Colling certamente preferiria calar os nomes e usar seus famosos "pedacinhos de algodão", evitando o atrito direto.



Padre Both, o auxiliar

nho

As opiniões de Dom Cláudio

Tão logo foi anunciada a nomeação de dom Claudio Colling para substituir o cardeal dom Vicente Scherer na Arquidiócese de Porto Alegre, o atual bispo de Passo Fundo não parou mais de dar entrevistas. A seguir, algumas de suas opiniões publicadas na imprensa de todo o país:

Sobre a crise entre Igreja e Estado: "Existem casos de desentendimento aqui e acolá, alguns atritinhos, alguns passarinhos voando aqui e acolá, mas não existe nenhum impasse entre a Igreja e o Governo".

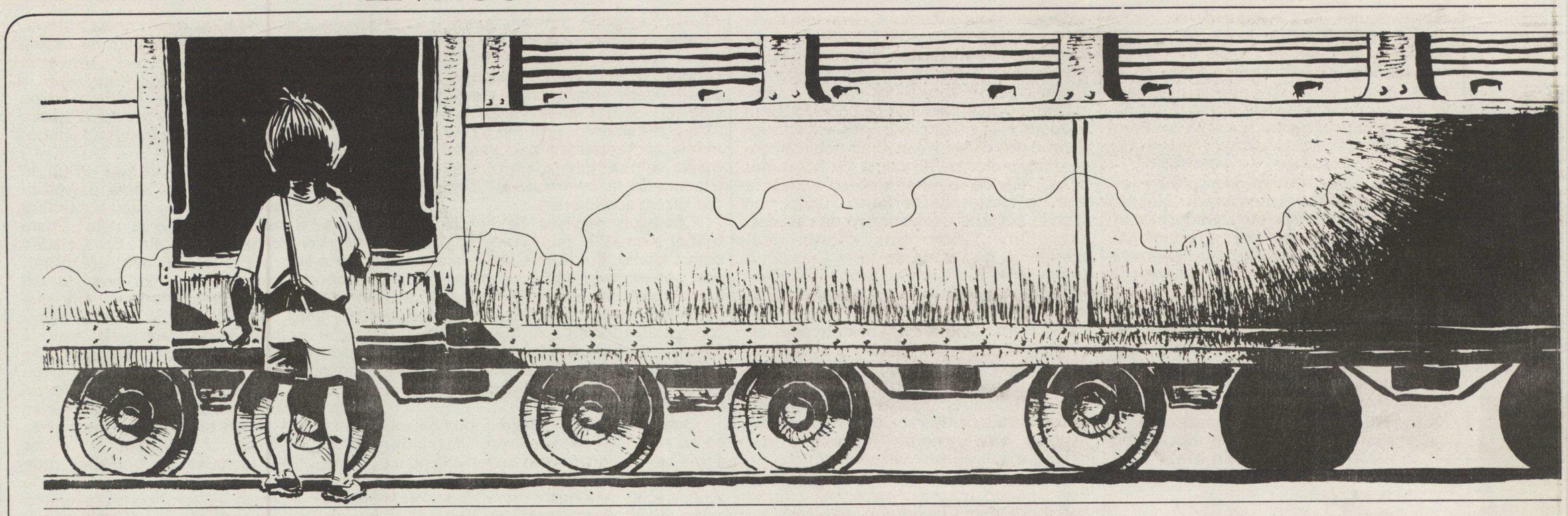
Sobre sua posição pessoal na divisão entre conservadores e progressistas: "Procurei ficar sempre com uma perna num lado e a outra no outro, para ficar bem firme, bem no centro a fim de que o peso fique equilibrado".

Sobre as posições assumidas pelo Papa João Paulo II: "O que o Papa diz eu subscrevo. O Papa não diz nada além da doutrina tradicional da Igreja".

Sobre a chamada "opção pelos pobres" da Igreja: "A opção da Igreja pelos pobres não é uma opção exclusiva, mas de acordo com a vivência de Cristo. E não é a única opção feita pela Igreja. A opção de Puebla é uma opção pelos pobres, pelos jovens, pela família. Mas, curiosamente, sempre se diz, de maneira provocativa, que a Igreja optou unicamente pelos pobres. A Igreja está de coração aberto. A Igreja não pode entrar na luta de classes, não é a sua missão".

Sobre as Comunidades Eclesias de Base (Cebs): "Vejo a atuação das comunidades de base da Igreja com bons olhos. São grupos de reflexão, de mútua colaboração, que neste sentido são perfeitamente válidas e aceitáveis. Podem se tornar um problema quando um grupinho começa a se politizar, num engajamento político-partidário".

Sobre a participação de religiosos na política: "Eu nunca votei em partido político. O meu voto sempre foi em candidato, enquanto pessoa. Como bispo, sempre tive a preocupação de tirar os religiosos da política. Que fiquem de fora. A Igreja tem outras preocupações".



O resgate de uma lenda fronteiriça

No Rio, um escritor gaúcho põe-se à máquina para criar com memória e estilo histórias encadeadas

Ibiamoré: O Trem Fantasma, de Roberto Bittencourt Martins, L&PM Editores, 333 páginas, lançamento na Feira do Livro (novembro).

A lenda do "Trem Fantasma" emenda, como um fio, as 44 narrativas que se agrupam nas 11 partes do livro de Roberto Bittencourt Martins. Cada parte leva o nome de uma estação de Viação Férrea. São lugares imaginados, como imaginados são os engenheiros, jornalistas, índios, soldados, escritores, padres, mulheres jovens e velhas cujo destino, de uma forma ou outra, acaba se enredando com a lenda do Trem Fantasma. Cada narrativa remete à seguinte e, aos poucos, ao perseguir a história individual de vários personagens, começa a se armar o esquema maior do livro, delineando essa viagem que começa em "Campos Claros" e se encerra em "Porto Saibro". Percorrendo os trilhos imaginários que unem estas 11 estações, o leitor avança e recua no tempo, ora envolvido numa pendenga de missioneiros e portugueses, ora descobrindo um mundo urbano, uma noite de ópera, um caso de amor com todas as características de um romance moderno. Esse cruzamento de tempo com o espaço imaginário das aventuras e desventuras de dezenas de personagens, acaba surgindo como o espaço mítico da histórica. Começamos o livro dominados pelo clima da lenda e, a cada nova estação, avançamos em direção a uma descoberta do fato que ensejou a lenda, do fato que se oculta, em toda sua perversidade, por trás do fantasma.

O livro tem várias portas, como o trem. Na sua definição mais geral, é inegavelmente a narrativa dos pesadelos de um povo que passa de um mundo agrário para o mundo industrial. O trem é o símbolo poderoso da industrialização, espalhando entre todos a ambigüidade do desejo e do mesmo, da necessidade de continuar essa viagem que é a história e os fortes impulsos para permanecer preso às bucólicas paisagens rurais de um mundo que se acaba. Mas ele é fundamentalmente uma aventura literária, uma história que se constrói pelo e para o texto. O presumível autor, Aquiles Gama, constrói suas histórias através de fragmentos de histórias. São trechos de cartas ou diários, jornais desconhecidos, livros de autores obscuros que provavelmente nunca existiram. Na melhor tradição de Jorge Luis Borges, o autor é um leitor. Neste caso, um obcecado pela lenda do Trem Fantasma, que a persegue em todos os registros escritos e busca, ao reescrever o que já foi escrito, sair da lenda para entrar na realidade. Nisto o livro é, também, uma reflexão sobre a literatura. Embora os autores mortos e o leitor vivo estejam unidos pelo assunto, o que os une realmente são as infinitas escrituras referentes à máquina fantasma. A literatura sai da literatura. A palavra é filha da palavra. Como um rio, seu destino é o estuário imenso da realidade. Mas ela deverá percorrer todos os escaninhos da própria literatura, até obter o texto que transmude o mito em fato, o sonho em realidade, a literatura em história.

José Onofre

A seguir, o **Coojornal** publica um capítulo de *Ibiamoré, o Trem Fantasma:*

O Trem — a lenda

Embora não tenha alcançado a notoriedade de outras lendas mais antigas, a lenda do Trem Fantasma — ou Trem da Noite — é bastante conhecida na região de Ibiamoré, no extremo sul. Data, ao que tudo indica, da hora final do Império, do período em que as primeiras locomotivas começavam a trafegar nas ferrovias recém construídas. É, portanto, uma tradição recente. Podemos supor que sua disseminação e estabelecimento se tenham feito em época já desfavorável ao aparecimento de lendas. Por isso, nunca teria chegado a afirmar-se com a vitalidade das tradições mais antigas; um nascimento tardio a manteve insulada em sua região nativa —e, mesmo lá, paralisada, sem conseguir atingir a importância de crenças mais antigas como as do Boitatá, dos Zaorís, do Negrinho, do Capitão Menino. Emana dela, contudo, um anacronismo bizarro que faz povoar disparatadamente um trem — máquina moderna, embora antiquada — com personagens e entidades fantasmagóricas provindas dos desvãos das épocas medievais. Parece representar o resultado do encontro entre a tecnologia industrial do século passado com uma população atrasada e ainda incapaz de assimilar racionalmente os progressos de seu tempo: a conseqüência inevitável do choque causado pela invasão da máquina sobre a civilização pastoril de Ibiamoré, do futuro sobre um passado simultâneo a ele.

A lenda é simples. Evoca a imagem de gaúchos, de bombacha e poncho, assistindo à passagem da primeira Maria-Fumaça da região e guardando, na imobilidade de suas feições indiáticas, a secreta vontade de fazer como o gado, que corria amedrontado diante da máquina espalhafatosa e barulhenta, incompreensível invasora de seus campos.

Há um trem, noturno às vezes, mas que pode aparecer até no furor do sol brilhante — e que, mesmo assim, de dia, é o Trem da Noite. Passa disparando e súbito pelos trilhos, vindo não se sabe de onde. Pára nas estações; aparenta estar completamente vazio. Mas se alguém tiver a curiosidade de subir por seus degraus, nunca mais voltará. Ao transpor o umbral da porta, torna-se tão invisível quanto os demais passageiros que o povoam, todos pressumivelmente vítimas da mesma sorte. Mecanicamente, as portas se fecham e, no mesmo instante, com um agoniado silvo da locomotiva, o trem se põe de novo em movimento. Sob uma espessa coluna de fumaça negra, desaparece rapidamente no horizonte — para nunca mais voltar. Costuma correr pelas ferrovias da fronteira e, às vezes, populações inteiras são como que devoradas por ele. Esse teria sido o caso de Santo Onofre, povoado fincado nas proximidades do rio Ibiá e que foi achado vazio, com todas as casas trancadas. Segundo a história que se conta, todos os seus habitantes teriam acorrido à chegada do estranho trem: curiosos, teriam entrado nele — e nunca mais se soube de nenhum.

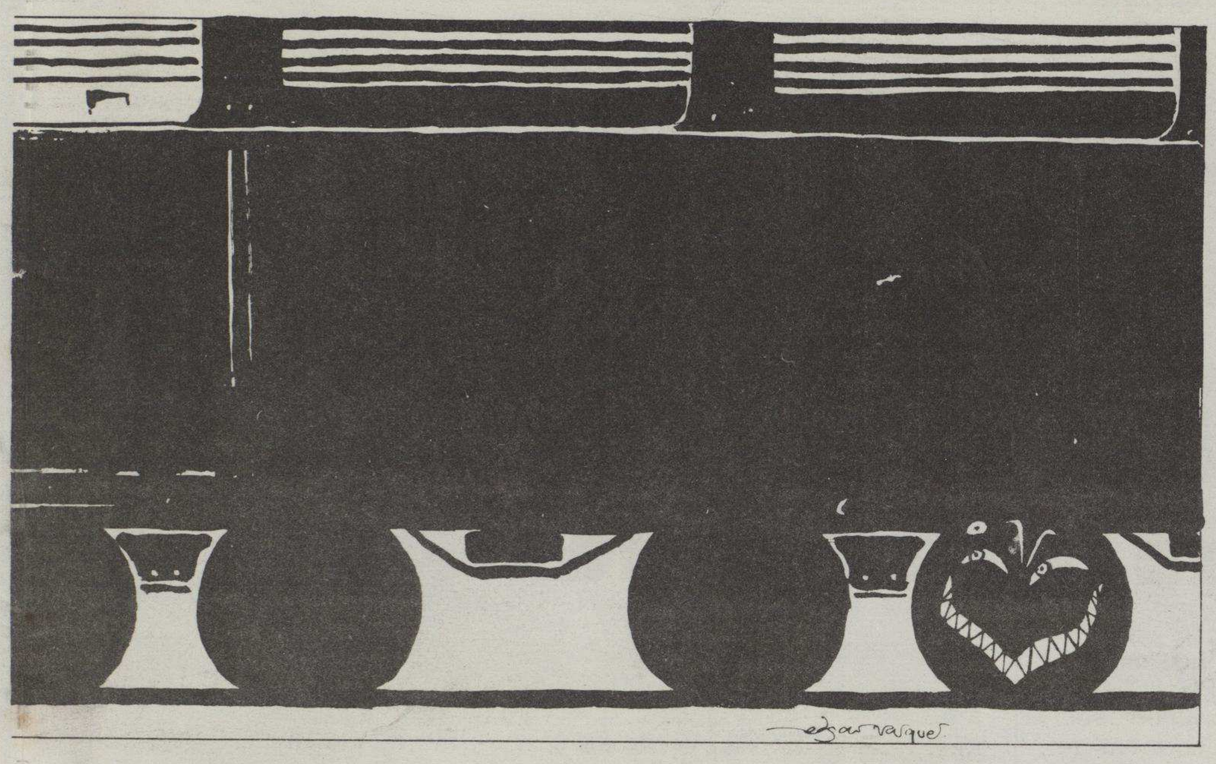
A maioria das versões confere ao trem uma aparência, à distância, bastante comum — e é isso o que o torna mais perigoso: ninguém pode distinguí-lo dos outros. Ao fastar-se, porém, quando noturno, através das persiasnas abaixadas, é possível entrever faixas de uma luz tão forte que,mesmo resguardadas, enche o campo com uma iluminação de lua cheia. Se diurno, quando emerge da fumaça escura que lança pela chaminé, brilha sob o sol, feito de prata. A luz tão intensa, tem, nesses casos, sempre uma função entontecedora: os animais ofuscados, deitam-se no campo e lá se deixam ficar até que alguém os encontre mortos — como se um raio os tivesse fulminado. Seres humanos, da mesma forma, podem vir a ser cegados pelo brilho insuportável se não fecharem seus olhos a tempo; cegos, são facilmente transportados, ninguém sabe como, para o interir do trem; e lá, somem para sempre.

Também os sons têm características particulares. Segundo a maioria das versões, ao chegar, tanto seu apito quanto o ranger das rodas são indistinguíveis dos barulhos dos trens comuns. Mas, quando parte, após o silvo inicial, ele desliza no mais absoluto e inimaginável silêncio. Outros afirmam, contudo, que, na saída, seu ruído é o de um repentino estrondo, semelhante ao de um trovão; o apito da locomotiva, para esses, é capaz de ensurdecer os infelizes ouvidos que o escutam. Frei Esteban Cortez, por exemplo, escreve: "... é como se todas as almas do purgatório se pusessem a gemer ao mesmo tempo..."

Dizem as tradições que está vazio quando aparece. Mas há variantes. Numa delas, o trem pára, uma de suas vidraças se ergue. Surge então uma moça de beleza extraordinária. Tem os olhos muito grandes, abertos; pede auxílio. Seu olhar se fixa, brilhante e profundo. Sua voz é doce. Homem algum pode resistir à sedução da voz, ao brilho do olhar. Semi-inconscientes, hipnotizados, nos dirigiremos até o trem, subiremos pelos degraus de seus vagões, entraremos numa zona de penumbra em que a vista não distingue mais nada e, tudo num instante, aí, o estrondo, a fumaça, o clarão da luz, as portas que se fecham, a prisão. O trem se põe em movimento.

Para outros, talvez mulheres, há uma criança que levanta a persiana fechada e suplica — "por favor! por favor! venha cá" — num apelo irresistível. Outros, ainda, falam de um barulho alegre de grandes gargalhadas, quando está parado na estação ou no meio do campo. Vozes cantam, em coro, canções obscenas; e o tilintar de copos; profundos suspiros sensuais. Tudo cessa quanto o trem começa a andar. Há um silêncio inesperado no interio dos vagões; seguem-se gemidos.

De maneiras diferentes, todas as versões procuram explicar o motivo de se entrar no trem. A causa, em algumas delas,



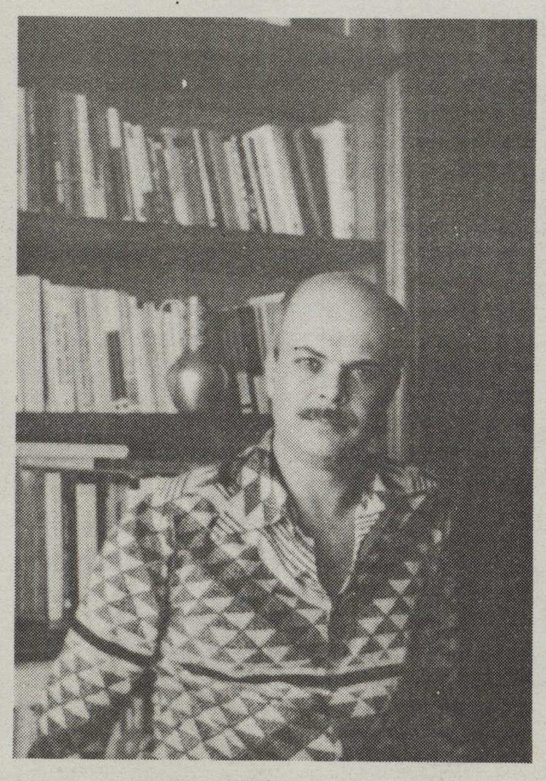
seria o desejo de participar de uma gigantesca festa; em outras, uma irrefreável curiosidade em ver o que esconde esse trem vazio; o fascínio de uma menina; enfim, pura e simplesmente, o desejo de ajudar uma criança. São todas as versões, porém, concordes num ponto: quem entra, nunca mais sai. Ao entrar no vagão, torna-se invisível aos que permanecem do lado de fora. Ninguém pode saber exatamente o que está se passando enquanto se dirige ao vagão. E, uma vez lá dentro, não há retorno. Como os trinta de Santo Onofre, transformados em nada, sombras sem vestígio ou rastro, desaparecidos por obra dos encantos da moça ou das súplicas da menina, pela sede da festa ou pela vaidade em resolver o mistério.

Sobre o interior do trem há uma série de hipóteses, todas feitas, é claro, pelos que não o conhecem. Dizem algumas que, quando se entra, os vagões, que antes pareciam vazios, revelam-se apinhados de gente — e todos riem, todos cantam e bebem, dançam percorrendo o trem inteiro. O recém-chegado é saudado com brindes, grandes risos e convites; vê-se deslumbrado pela beleza das mulheres, a boa acolhida dos homens, o luxo de todos. O trem é uma festa contínua a correr pelo campo; ninguém pensará em deixá-la; esquecidos e invisíveis tornam-se todos os que estão fora. Mulheres, maridos, filhos, pais, amigos, irmãos. Todos somem da vista e da memória daquele que chegou. Dentro do trem, nada mais existe além do trem; seus passageiros vivem uma existência contínua de prazer. Não eternamente, é certo; ninguém sabe se por alguns dias, horas ou minutos. Depois... Depois do paraíso, com certeza o inferno. Mil torturas desconhecidas e inexprimíveis, talvez mesmo as da participação forçada numa festa eterna e vazia. Com todas as suas incongruências, essa é uma das explicações para o fato de que, apesar de conhecerem a lenda, os passageiros do trem não cessam nunca de aumentar; mesmo sabendo o que os espera, continuam a subir os degraus, a desaparecer nas estações, a sumir da beira dos trilhos, a se esvaecer pelos campos. Sabem — mas sobem no trem.

Para exorcizar fantasmas, como no divã

Para o psiquiatra e psicanalista gaúcho Roberto Bittencourt Martins, escrever significa muito mais do que uma forma agradável de passar o tempo: é uma justificativa para continuar vivendo, a melhor maneira de "exorcizar" seus fantasmas. Assim como, no divã do consultório do Jardim Botânico, no Rio, ele faz com seus pacientes.

Filho de um psicanalista pioneiro no sul, Mário Martins — que, ao lado de Cyro Martins, criou o Núcleo Psicanalítico do Rio Grande do Sul — Roberto nasceu em Bagé, "numa casa perto dos trilhos do trem". A infância foi passada entre algumas cidades do interior gaúcho, Porto



Bittencourt: buscando as raízes

Alegre e a Argentina, época em que "o menino passa horas entretido com as histórias contadas pelo avô, que falavam da vida, dos feitos e dos homens da terra".

Já na adolescência nasceria o grande amor pela literatura de Machado de Assis e Érico Veríssimo, passando por Lewis Caroll, Shaw, Vonnegut Jr. e Thomas Mann. Sem esquecer os argentinos Borges e Cortázar, sem dúvida os que exerceram a maior influência sobre *Ibiamoré: O Trem Fantasma de Aquiles Gama,* seu primeiro livro a ser publicado, só agora, aos 44 anos.

Mas foi naquela mesma adolescência que Roberto começou a escrever. Primeiro, ainda no Rio Grande; e a partir dos 19 anos, no Rio de Janeiro, para onde foi estudar Medicina. Em 1960, com o conto *Geração Camisa-Esporte* ganhou o Concurso Universitário de Literatura, promovido pelo Ministério de Educação e Cultura e a revista *O Cruzeiro.* No mesmo ano recebia outra premiação pelo conto *Luta Sobre o Leito* e, em 62, o livro *Erra e Procura e Sofre e Indaga e Ama* (uma coletânea de contos, cujo título foi buscar num poema de Drummond) ganhava o prêmio Machado de Assis do então Estado da Guanabara.

Nessa época, o casamento, os filhos e o trabalho já o absorviam totalmente e os planos de voltar à terra natal ficaram cada vez mais distantes. Nos ambulatórios do Dimsan e nos corredores e salas do Hospital Pinel, Roberto aprenderia a importância do tratamento psicoterápico de grupo em massa, sistema que "melhoraria bastante as coisas nesse país". Mas também constataria a força dos "mecanismos de sanidade do povo brasileiro, diante de tudo isso que está por aí".

Talvez por se sentir "um pouco docemente exilado" no Rio, Roberto Bittencourt Martins dedicou-se ao estudo da história do Rio Grande do Sul. "Era uma forma de conservar a identidade gaúcha e de reavivar na mente as velhas histórias contadas por meu avô ao entardecer da Campanha", diz ele. Com o tempo, no período de 1970 a 77, foi nascendo um novo trabalho literário, "uma espécie de mural sobre as raízes do sul e também do Brasil" (*Maria Rosa Pecorelli*)

A história dos monges barbudos

Os Monges Barbudos & O Massacre do Fundão, de André Pereira e Carlos A. Wagner, com fotos de Jacqueline Joner e Genaro Joner, Editora Mercado Aberto, 88 páginas, lançamento na Feira do Livro (novembro).

A "doença da burocracia" é um mal que atingiu a maioria dos nossos repórteres e justifica aquele lugar-comum "não se fazem mais repórteres como antigamente". Por isso, qualquer exceção a este estado de coisas deve ser saudado com entusiasmo. É o que estou fazendo ao divulgar o trabalho de André Pereira, Carlos Alberto Wagner, Jacqueline Joner e Genaro Joner no livro *Os Monges Barbudos & O Massacre do Fundão.* Durante quase um ano — desde a primeira coleta de dados até o texto final — eles vasculharam uma região do Rio Grande do Sul ouvindo pessoas e coletando documentos e fotos para escrever sobre um episódio ocorrido há 43 anos, entre Soledade e Sobradinho, e que é menosprezado pela historiografia oficial. Foram repórteres na plena acepção do termo: cavadores, insistentes, dedicados e resgataram como se espera que todos os repórteres façam, um tema que precisa ser melhr analisado, mais estudado e discutido, porque não é, como mostra o dia-a-dia de nossas populações menos esclarecidas, um episódio encerrado. O livro, aliás, é dedicado "aos repórteres que não aceitam virar burocratas".

Os autores contam o que aconteceu no interior dos municípios de Soledade e Sobradinho (no centro do Estado, a caminho do Planalto Médio, a 230 e 290 Km de Porto Alegre, respectivamente), por volta de 1938, quando um movimento de miseráveis pequenos colonos de origem alemã, alcunhados de "monges barbudos apavorou as forças policiais do Estado Novo. Eles foram violentamente reprimidos, sob a acusação de "messiânicos" e "comunistas". Contrapondo a versão oficial (dos jornais da época e dos arquivos existentes) com o testemunho de "monges" sobreviventes e de pessoas que conviveram com

André e um bodegueiro da época

eles, os jornalistas montaram uma reportagem que se lê com interesse.

Embora o objetivo tenha sido a busca da verdade dos acontecimentos, nem por isso tem a ambição de ser um documento definitivo. Na verdade, ele desencava os fatos da sepultura do desconhecimento e os expõe à luz, inclusive formulando hipóteses intrigantes que poderão (e deverão) ser desenvolvidas por pesquisadores e historiadores. Uma delas: haveria ligação entre estes "monges" e o *Mucker* (fim do século passado) do morro Ferrabraz (Sapiranga), como indicam coincidências registradas? Antes de elaborarem teses complexas ou interpretações mirabolantes, os autores procuraram desvendar os fatos. Além de visitarem diversas cidades, em busca de depoimentos e de documentos, folhearam Livros de Tombo (livros reservados das igrejas, com anotações dos fatos da paróquia) e fixaram uma extensa bibliografia sobre messianismo.

Antes de virar livro, uma parte das pesquisas foi transformada em reportagem e publicada pelo **Coojornal.** O pagamento possibilitou aos autores custear boa parcela das despesas que tiveram para concluir os levantamentos. O resultado é um texto de linguagem simples, direta e objetiva, como deve ser todo texto jornalístico, que prende o leitor na narrativa, do começo ao fim, em capítulos lineares. A publicação na *Série Documento* não deixa de ser uma supresa, pois o trabalho foge aos padrões acadêmicos no trato do tema histórico, e a aposta da Editora Mercado Aberto no livro-reportagem poderá significar, sem trocadilho, a abertura de um novo mercado para o trabalho dos repórteres gaúchos.

Danilo Ucha

A economia na véspera das eleições

RS: Política Econômica & Alternativas, de Francisco Machado Carrion Jr., Editora Mercado Aberto, 132 páginas, Cr$ 400,00.

Seria natural afirmar que a gravidade da crise por que passa a economia brasileira está a exigir um extenso, profundo e sério debate sobre alternativas, principalmente, referidas à política pública. Mas, menos pela gravidade da atual crise e mais pela proximidade do desenlace da reordenação das instituições políticas do País — eleições diretas para governos estaduais — se torna imperioso tal debate.

Com isto não estamos a afirmar a inexistência de tal debate em período recente. Na verdade a teia de questões que envolve a crise tem sido morte dos principais foruns nacionais. É possível dizer que sua extensão perspassa a área acadêmica, técnica, parlamentar espraiando-se pela rede de informática nacional e, conseqüentemente, alimentando a saliva popular tanto em bares, ruas, como em greves, assembléias e piquetes.

O livro de Carrion vem se somar a este esforço, mas tem duas especificidades, que considero extremamente importantes. Em primeiro lugar é um livro e não um debate. É uma formulação integrada de alternativas e não opiniões genéricas que levam a uma atomização do esforço, impedindo uma visão de conjunto, articulada e precisa dos problemas concretos.

Uma segunda refere-se ao fato de, por se orientar a contribuir para a formulação de um programa de Governo Estadual, localizado, desenvolveu, não só a "imaginação criadora", mas a "concretude viável".

É neste sentido que, baseado em "4 objetivos" — participação social nas decisões, priorizar o desenvolvimento autônomo, desenvolvimento com a preservação máxima do meio ambiente e diminuição das desigualdades de propriedade, renda e oportunidades — determina "14 prioridades gerais", que vão desaguar em "120 proposições específicas".

Na verdade o objetivo maior do trabalho é comprovar a possibilidade de, mesmo considerado o estrangulamento institucional do Poder público Estadual, utilizar as entrelinhas do poder para desenvolver um conjunto de atividades que levem à mudança da correlação de forças e à conseqüente ampliação dos espaços políticos de decisão. Baseado na idéia de que um dos fundamentos do colonialismo — interno e externo — é a desarticulação da periferia — propõe uma política de desenvolvimento que objetive a integração econômica espacial, priorizando as relações internas às forâneas — outro fator chave do colonialismo.

Fica a necessidade da afirmação de que esta posição é *uma* dentro do debate, havendo outras que priorizam a definição de alternativas a nível nacional para um posterior esquadrinhamento do desenvolvimento regional. Ou seja, não há possibilidade de se pensar Rio Grande sem se pensar Brasil.

Mesmo considerando chave esta divergência de princípios, fico com a idéia de que ela só se resolverá se ambas posições forem, paulatinamente, determinando seus pormenores. Se o debate sobre este princípio impedir o aprofundamento das posições, a futilidade teórica vencerá as preocupações justas sobre a crise atual de nosso País. O livro de Carrion se consubstancia numa prova em contrário.

Paulo Loguércio Vieira

A VITÓRIA DO PONTO DE VISTA OPERÁRIO

Luis Carlos Merten

De Eisenstein (de A Greve*) ao sucesso do brasileiro* Eles Não Usam **Black-Tie.** *uma análise da afirmação do cinema ideológico para grandes platéias*

Vencedor de um Leão de Ouro, o do prêmio especial do júri, no último Festival de Veneza*, *Eles Não Usam Black-Tie* entrou em cartaz no final de setembro no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em Porto Alegre, a estréia está prevista para fins de outubro, início de novembro, com a presença do diretor Leon Hirzsman. *Black-Tie* conta a história da desintegração de uma família diante de uma greve, apoiada pelo pai (Otávio, interpretado por Gianfrancesco Guarnieri) e furada pelo filho (Tião, Carlos Alberto Ricelli). Na origem do filme está a peça que o próprio Guarnieri escreveu em 1957 e que sofreu uma revisão na passagem para a tela.

Naquele tempo, o Brasil vivia uma era de euforia — os anos JK, de saudosa memória. Não que não existissem problemas, mas naquela época o Brasil tinha 20 anos menos e acreditava em si mesmo. Eram tempos melhores, como escreveu Pedro Cavalcanti numa bonita matéria publicada em *Veja,* na inauguração do memorial ao ex-presidente Juscelino Kubistchek. Hoje, os tempos são mais difíceis. A época é de crise, de recessão econômica, mas é bom não esquecer que justamente agora a classe trabalhadora está ampliando seu espaço. A I Conclat (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora) deu a partida para o trem operário, rumo à formação de uma central única (**Coojornal** 67).

Embora sonhasse desde 1973 com a realização de Black-Tie, Hirszman só conseguiu levantar os recursos da produção com a Embrafilme em 1979. Naquele ano ele estava em São Paulo trabalhando na adaptação com Guarnieri quando começou a agitação trabalhista entre os metalúrgicos do ABC: Hirszman deixou de lado, momentaneamente, o projeto de *Black-Tie* para realizar um documentário ainda não concluído (por falta de recursos) sobre aqueles acontecimentos: *O ABC da Greve*. Conviveu com trabalhadores, acompanhou assembléias, esteve nas portas das fábricas com os piquetes e tudo isso lhe deu muita experiência para a realização de *Black-Tie*.

Quando se reuniram de novo para pensar o filme, Hirszman e Guarnieri chegaram à conclusão inevitável que o país havia mudado, eles haviam mudado. Lógicamente, a peça teria de sofrer alterações na sua estrutura básica. E começaram a surgir as perguntas: como seria Otávio, como se comportaria hoje aquele trabalhador da década de 50? Como seria a mulher dele, Romana? Apenas uma presença heróica ou ela deveria crescer também em participação? E como seria o filho do casal, Tião, o oportunista? Ele teria motivos para se comportar assim? Partindo dessas perguntas, Hirszman e Guarnieri praticamente recriaram o texto original do segundo.

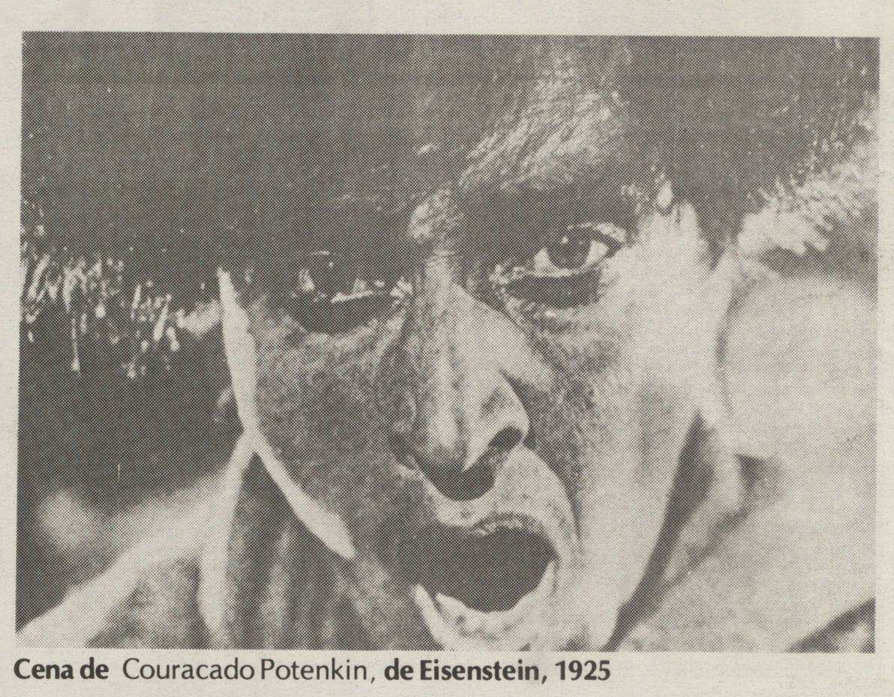
Não se trata, na tela, de um filme maniqueista, onde os realizadores tratam Otávio como um herói e Tião como o traidor da classe operária. O tema do herói e do traidor, que tanto fascina um Bertulucci, por exemplo, não foi que impulsionou Leon Hirszman. Para ele a realidade é complexa e cada um tem suas razões para se comportar diferentemente. E o que o filme mostra é a necessidade de se enfocar o Brasil de hoje através de uma visão pluralista, sem dogmatismo. "Aqui está o centro da questão democrática que envolve o país", afirma Hirszman. Na busca desse pluralismo, o texto original de Guarnieri terminou ganhando um novo personagem na tela: Santini, que tenta conseguir a greve a qualquer preço. Esse personagem representa, para Hirszman e Guarnieri, "a ultra-esquerda, o porraloquismo".

Dessa maneira, *Eles Não Usam Black-Tie* não é só adaptação de um velho êxito do nosso teatro em 1957. A pretensão dos autores também, é estabelecer uma reflexão sobre o Brasil desses últimos 24 anos — sobre o que mudou e por que mudou. *Black-Tie* é o segundo filme brasileiro sobre trabalhadores premiado em festivais de cinema, em 1981. O primeiro foi *O Homem Que Virou Suco,* de João Batista de Andrade, que recebeu o grande prêmio do Festival de Moscou. E não se pode esquecer que o mais importante dos festivais, o de Cannes, também premiou esse ano um filme sobre a classe trabalhadora — no caso *O Homem de Ferro,* do polonês Andrzej Wajda.

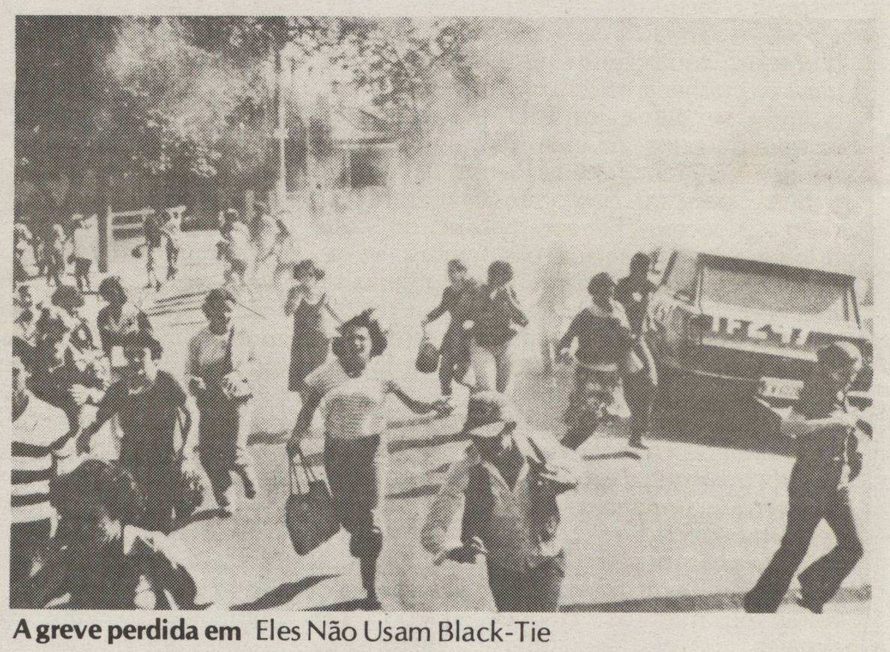
A luta do trabalhador contra a burocracia do partido único é a mesma do intelectual contra a censura

Não são fatos isolados. *Black-Tie* ganhou o prêmio em Veneza no dia 11 de setembro, uma sexta-feira, e na terça seguinte o Papa João Paulo II lançou a encíclica *Laborem Exercens,* propondo uma nova ética social. "O trabalho é para o homem e não o homem para o trabalho", afirma o Papa na sua encíclica onde o jurista Dalmo Dallari identificou a utilização de métodos marxistas de análise e até alguns pontos defendidos por Engels (o capital foi criado pelo trabalho — um exemplo). Não quero misturar as coisas, apenas chamar a atenção para um fenômeno contemporâneo: acrescente preocupação da Igreja e dos intelectuais em relação aos movimentos de massa que estão se produzindo na Polônia, no Brasil e em outros países.

Na Polônia, trabalhadores contestam a estrutura de poder numa sociedade onde o poder, ao menos teoricamente, é exercido pela classe trabalhadora. Esse já era o tema de outro filme de Wajda, *O Homem de Mármore,* de 1976, só lançado esse ano no Brasil: a luta do trabalhador contra a burocracia do partido único é a mesma do intelectual contra a Censura, entendida essa como o instrumento de castração de que dispõe o poder. Dessa maneira, o artista propõe-se



Cena de Couracado Potenkin, **de Eisenstein, 1925**



A greve perdida em Eles Não Usam Black-Tie

igual a um trabalhador e essa é uma condição importante para que o cinema deixe de falar nos trabalhadores para adotar, ele próprio, a ótica do trabalhador — uma visão proletária da sociedade e da arte.

Há muitos filmes sobre o trabalho do homem e da mulher, mas não há muitos filmes sobre o processo de conscientização ou mobilização da classe operária. O cinema americano sempre valorizou o trabalho como a aventura do homem (um exemplo clássico: *Hatari,* de Howard Hawks) e, embora cineastas como John Ford e King Vidor tenham se interessado pelas sagas de trabalhadores, raramente contestaram as estruturas de poder dentro da sociedade (se é que alguma vez contestaram). Quando o assunto se ligava à vida sindical, o enfoque era dúbio, como em *Sindicato de Ladrões,* de Elia Kazan.

Na França houve até uma revolução cinematográfica, a *nouvelle vague,* mas foi uma revolução conduzida por pequenos burgueses irados que se contentaram em transformar o olhar dentro de uma visão não-proletária da sociedade. Foram os jovens franceses da época (Godard, Jacques Rivette) que escolheram como personagens os intelectuais atormentados ou os militares sem massa, discutindo a teoria do proletariado entre quatro

Cupom de assinatura Coojornal

Nome: _____

End: _____ Nº:_____

Bairro: _____

Cidade: _____ CEP:_____

Estado: _____

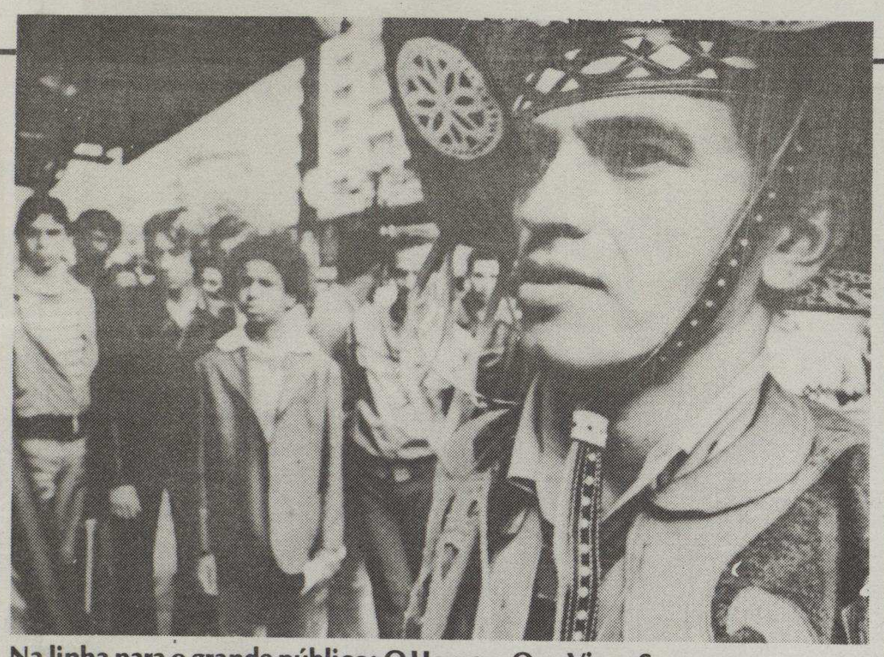
Profissão:_____

Assine o Coojornal

Ele agora está muito melhor

Mande o cupom de assinatura e um cheque nominal para a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., no valor de Cr$ 1.100,00, e receba em casa, por um ano, o seu **Coojornal.**

Coojornal, Rua Comendador Coruja, 372 — CEP 90.000 — Fone: 335099
Porto Alegre — RS



Na linha para o grande público: O Homem Que Virou Suco

Volonté em A Classe Operária Vai ao Paraíso

paredes. É importante, mas o problema desse tipo de cinema é que, em geral, ele atrai mais o público já politizado e não ajuda muito a liberar as massas.

Claro que há exceções**. Na França, Marin Karmitz iniciou a realização de filmes sobre e com trabalhadores: *Camaradas, Golpe a Golpe,* produzidos fora dos esquemas normais e exibidos em sindicatos. O problema desses filmes é que eles não costumam ser exportados. Nos últimos dez anos, o cinema americano também produziu um filme tão significativo como *Ver-Te-Ei no Inferno,* de Martin Ritt, sobre trabalhadores que ingressam na clandestinidade e se transformam em terroristas numa mina da Pensilvânia, em 1876. O mesmo Ritt mostrou o processo de conscientização de uma operária têxtil em *Norma Rae,* mas as idéias sobre a vida afetiva e sexual de uma sindicalista militante eram, no mínimo, controvertidas. Também controvertido foi o documentário *Harlan County,* realizado por uma mulher (Barbara Kopple) e vencedor do Oscar da categoria, em 1977.

Baseado num episódio real, uma greve no condado de Harlan, o filme de Kopple tem um aspecto muito interessante, que é o papel das mulheres. Elas formam um comitê para discutir seus assuntos e chegam à conclusão que o importante não é levar uma luta feminista, o que seria dividir forças, e sim que devem cerrar fileiras com os maridos, participando da luta deles, que passa a ser a luta delas também. Acontece que na greve real houve uma morte e na maneira de tratar cinematograficamente o episódio, o filme termina passando ao público uma idéia desmobilizadora: a morte é que cria as condições para a vitória dos grevistas. Mas uma greve não deve precisar desse sacrifício extremo para triunfar.
tremo para triunfar.

De certa maneira, os melhores filmes sobre greve e também sobre o processo de conscientização de trabalhadores continuam sendo duas obras produzidas em contextos radicalmente distintos: *Greve,* de Eisenstein, realizado em 1924, numa época em que a Revolução russa de 1917 ainda não havia se fossilizado, e *O Sal da Terra,* de Herbert Biberman, feito nos Estados Unidos em 1953, em plena época de caça às bruxas do macartismo. Eisenstein foi um homem de transição, dividido entre um temperamento aristocrático e uma razão revolucionária. Distanciado do povo e alheio aos interesses da burguesia, ele não estava do lado dos bolchevistas, mas também não tinha nada contra o regime que se instalou na Rússia. Era um artista, e como artista tratou de superar suas contradições.

Eisenstein plasmou na tela a idéia de ordenar imagens no sentimento e na consciência do espectador

Como assunto, o tema dos seus filmes se resumiu no movimento revolucionário russo, antes, durante e depois da tomada do poder pelos trabalhadores. Como estética, o que ele fez foi buscar uma expressão revolucionária para esse novo humanismo que plasmou na tela: não o homem-indivíduo, mas o homem-massa. De um lado a burguesia, de outro o proletariado. Eisenstein estudou todas as artes e chegou à conclusão de que o cinema como linguagem, à luz da dialética marxista, deveria se iniciar por uma tomada de posição quanto aos processos de montagem. Para ele, uma obra de arte concebida dinamicamente consiste no método de ordenar imagens no sentimento e na consciência do espectador. Foi o que ele fez ainda experimentalmente mas já com genialidade em *Greve,* ao qual se seguiu a obra-prima *O Couraçado Potenkin.* Visto hoje, talvez seja fácil atribuir a *Greve* defeitos resultantes da doença infantil do esquerdismo, mas é um filme importante porque assinala a transformação do artista aristocrático em artista proletário.

Com *O Sal da Terra,* o que se aprende é que a obra e o artista podem fazer suas próprias condições. Realizado num contexto político reacionário, à margem e até contra o sistema político vigente, esse filme não teve o apoio moral e os meios materiais que favoreceram o desenvolvimento do gênio criador de Eisenstein. Mas Biberman e seus colaboradores não desanimaram e conseguiram transformar as dificuldades em energia vital. *O Sal da Terra* é a narrativa dramática de uma situação real: uma greve de trabalhadores em Silver City, 1952. Para ser visto, esse filme teve de furar o bloqueio dos grandes distribuidores e exibidores, criando seus próprios canais alternativos de comunicação com o público.

Só na reprise de 1971 foi que ele ganhou o status de obra artística nos Estados Unidos, entrando nas salas especiais.

Em 1972, dois filmes italianos venceram — ex-aequo — a Palma de Ouro do Festival de Cannes: *A Classe Operária Vai ao Paraíso*, de Elio Petri, e *O Caso Mattei,* de Francesco Rosi. No momento em que é preciso superar divergências internas para fortalecer a chapa única na viagem rumo à central de trabalhadores do Brasil, é bem ao primeiro desses filmes que é preciso referir-se. Proibido pela Censura em 1973 e liberado com cortes no ano passado, *A Classe Operária,* conta a história do metalúrgico Lulu, que trabalha de 10 à 12 horas por dia, vítima da sociedade do lucro que não apenas aliena o trabalho do operário, mas também cria, em nome de duas palavras — produção e consumo —, as condições de auto-alienação do assalariado, transformando-o num esquizofrênico encerrado nas suas impotências (a sexual, inclusive).

Ampliando sua proposta, Petri vai ainda mais longe do que em *Investigação Sobre Um Cidadão Acima de Qualquer Suspeita,* de 1970, na pintura de nossa época e suas aberrações. O que ele coloca em cena não é a luta de classes, mas as lutas no interior de uma classe — justamente aquela que nos interessa. Representado por um Gian-Maria Volontè próximo do paroxismo, Lulu existe maquinalmente, dividido entre a vontade de possuir os bens de consumo (e, para pagá-los, é preciso fazer cada vez mais horas extras), os argumentos do sindicalismo tradicional, que dialoga com o inimigo de classe e obtém só conquistas insignificantes e a violência defendida pelos radicais da ultra-esquerda. Qual desses três paraísos interessa à classe operária?

...Esses filmes mostram que a obra do artista popular só se realiza quando ele se propõe igual a um trabalhador

A resposta fica colocada numa exterioridade, no espectador, que deve reflexionar sobre esses divisionismos que, no Brasil, por exemplo, ameaçam a CUT e só interessam à classe dominante. Mas a resposta também pode ser encontrada em outro filme italiano, realizado em 1960 pelo mestre dos mestres, Luchino Visconti, o aristocrata milanês que fez do marxismo a escolha política de sua vida, realizando naquele ano o clássico *Rocco e Seus Irmãos.* Visconti reflexiona um tema italiano muito próximo à realidade brasileira, as migrações internas, e conta a história da desintegração de uma família que deixa o sul em busca do norte industrializado (no Brasil, o roteiro é inverso mas a tragédia é a mesma: os do norte buscam seu Eldorado no sul).

Dos cinco irmãos — no início "unidos como os dedos da minha mão", diz a mãe — Rocco e Simone aparecem como pólos opostos de uma trágica antinomia. Ambos fracassam: Rocco porque é bondoso demais e o seu sacrifício para redimir Simone termina destruindo sua vida; Simone porque o desespero o leva ao crime. Ciro, pelo contrário, representa a possibilidade de uma tomada de consciência. Ele se torna um operário especializado com consciência de classe, mas a idéia de Visconti se expressa é no mais jovem dos irmãos, Luca. O filme termina com a perspectiva de que ele possa voltar a sua terra e ser feliz lá. Dessa maneira, Visconti bebe na fonte de Antônio Gramsci, que considera a superação da questão do sul peça fundamental para a unidade nacional: é preciso que os operários do norte se unam aos camponeses do sul para romper a verdadeira capa de aço do bloqueio agrário-industrial. São lições que também interessam ao trabalhador brasileiro, aqui e agora.

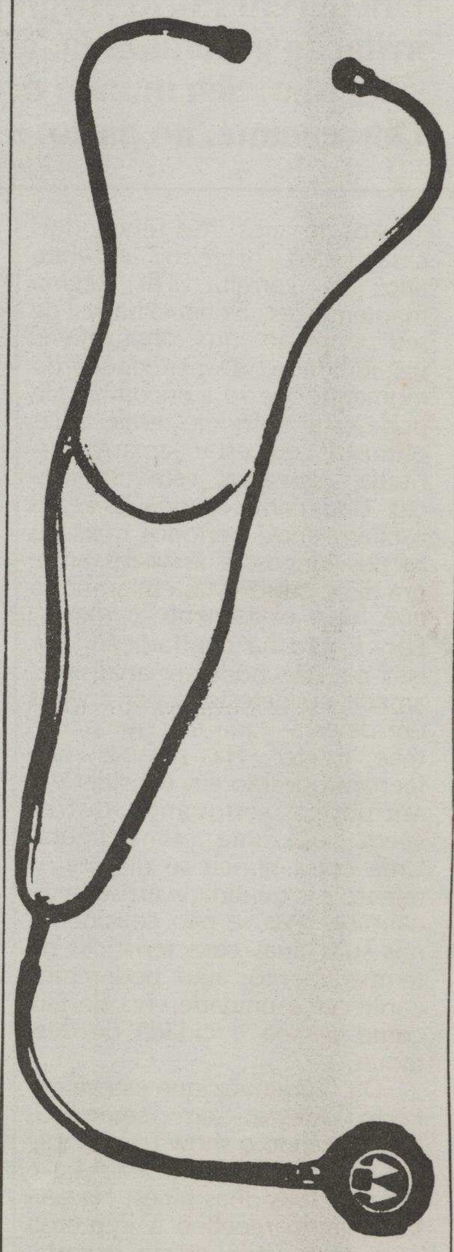
Leon Hirszman não considera que, com *Eles Não Usam Black-Tie,* o cinema brasileiro esteja retomando uma temática social, da qual teria se afastado. Para ele, "o cinema brasileiro nunca abandonou os temas sócio-políticos. A diferença está no amadurecimento de um cinema político, social e popular. A novidade é o filme de conteúdo que pode ser facilmente alcançado pelo espectador. É o reencontro do cinema político com a emoção do público". E, realmente, se nós formos analisar o atual momento do nosso cinema, vamos ver que há um número expressivo de filmes atuantes, do ponto de vista político, que estão tendo repercussão no país e no exterior. Também há um número muito grande de cineastas trabalhando em projetos políticos, embora o pornofilme ainda seja, quantitativamente, a tendência dominante no mercado.

O importante é que Hirszman não está sozinho, *Black-Tie* não é um fato isolado. Mesmo não sendo um grande filme, *O Homem Que Virou Suco*, é uma apreciável contribuição ao debate sobre um cinema popular. E o belo *Estrada da Vida,* de Nelson Pereira dos Santos, está aí mostrando que a obra do artista popular só se realiza quando ele se propõe igual a um trabalhador — a mesma preocupação manifestada por Hirszman, por Wajda, cada um no seu contexto, com dimensões de alcance. Falando sobre *Black-Tie,* disse o cineasta Joaquim Pedro de Andrade que esse filme "é um tiro de criatividade num rio onde só se jogavam redes de contenção, só se falava em falta de recursos". E outro cineasta, Gustavo Dalh, arrematou: "É o cinema novo — de novo".

* *Eles Não Usam Black-Tie* recebeu mais três prêmios em Veneza, incluindo o prêmio da crítica internacional.

**A relação de filmes citados não se propõe, nem de longe, a esgotar o assunto. O leitor também pode acrescentar as suas exceções. Títulos possíveis: *Os Companheiros,* de Mario Monicelli; *Metello,* de Mauro Bolognini; *A Queda,* de Ruy Guerra, etc.

UMA COOPERATIVA DE MÉDICOS



A segurança de um atendimento com cobertura em todo o território nacional.
A qualidade do *Sistema Unimed* com atendimento no próprio consultório particular do médico escolhido.
O custo mais baixo, conseqüências de um sistema sem intermediários.
Estes são os fatores que fazem do *Sistema Unimed* o melhor para a Assistência Médico-Hospitalar da sua empresa ou família.

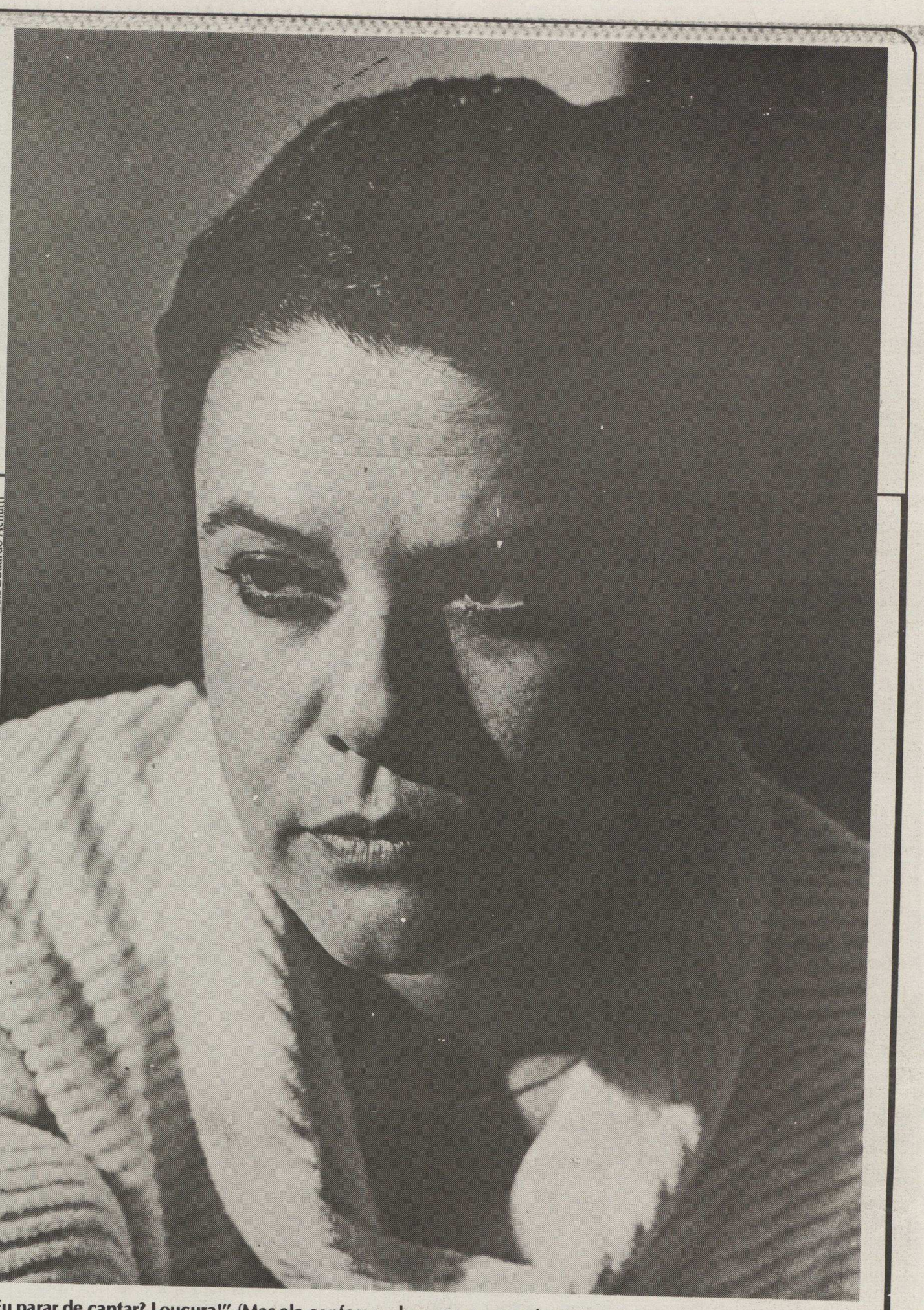
UNIMED

Porto Alegre — RS
Rua Santa Terezinha, 345
Fones: 31-1162 e 31-1677

A face oculta de Elis Regina

Juarez Fonseca

Um dia em Porto Alegre: decepção, irritação generalizada, ameaças contra si mesma. Seu mundo desencantado. Dia seguinte, no palco: a grande cantora



Luiz Eduardo Achutti

"Eu parar de cantar? Loucura!" (Mas ela confessa: chegou a pensar nisso)

Aos 36 anos, três filhos, dois casamentos desfeitos e vinte anos de carreira, Elis Regina mantém acesa a chama básica de seu temperamento: uma estável instabilidade. Dependendo do momento que se a encontre, ela pode estar eufórica, terna, feliz, otimista; ou estar amarga, irritada, agressiva, sem esperanças. Essas características às vezes oscilam entre períodos mais ou menos longos, e às vezes entre um dia e outro. Mas em ambos o que há é exatamente a mesma Elis. E não há contradição. Por isso ela não pode ser analisada, amada ou detestada por apenas um deles — que é o que acontece muito. Há pessoas que fecham questão em considerá-la antipática, enquanto outras vêem nela uma ótima figura. Uma coisa nunca se discute: o talento e a qualidade artística da cantora. Mas se não considerarnos suas duas características de temperamento, não poderemos conhecer a unidade viva de Elis como pessoa e cidadã de destaque.

Da última vez que esteve em Porto Alegre, em setembro, apresentando o show *Trem Azul,* ela mostrou, entre sexta-feira e sábado, suas duas faces. Na sexta, quando recebeu a imprensa para entrevistas, estava irritada, achando quase tudo ruim. Reclamou que os repórteres fazem sempre as mesmas perguntas em todos os lugares do Brasil, disse que a situação do País nunca esteve mais preocupante, afirmou que os grandes compositores ou se tinham acomodado ou quase parado de compor ("Chico Buarque fez só uma música este ano!"), e que os novos não estavam criando nada que a motivasse ("ninguém fala do que está acontecendo no Brasil"). São afirmações de certa forma antipáticas e pessimistas, mas nenhuma delas é desprovida de verdade. Mas em momentos como esse Elis não mede palavras, nem força barras para tornar-se agradável. Pelo seu lado pessoal, a insatisfação tem boas razões de ser. Afinal, de 78 até o final deste ano, ela terá gravado seis discos em quatro gravadoras diferentes.

Depois do lançamento de *Transversal do Tempo* pela Polygram, em 78, assinou contrato com duas gravadoras quase ao mesmo tempo, Odeon e WEA. Optou pela segunda onde lançou *Essa Mulher* (trabalho de certa forma manipulado pela gravadora), em 79, e *Saudade do Brasil,* em 80. Ainda em 80, como "multa" pela rescisão de contrato com a Odeon, precisou lançar outro disco por essa gravadora. Este ano, rompida com a WEA, ela ficou seis meses parada e, por injunções de contratos internacionais, foi impedida de realizar a vontade de gravar um disco com o músico americano Wayne Shorter. Agora, acaba de assinar com a Som Livre; mas antes do disco pela nova gravadora, deverá lançar o último na WEA, onde ficou devendo seis músicas. Além de tudo isso, viveu em 81 os momentos finais, e dramáticos, de sua já deteriorada relação com César Camargo Mariano, de quem tem dois filhos.

Então, na tarde de sexta-feira quando recebeu a imprensa, cansada pelos dois dias de trabalho ininterrupto da divulgação do show, Elis botou para fora seu lado agressivo e pessimista. A seguir, trechos da entrevista com ela:

— Em 79, quando saí para fazer uma maratona de cinco meses com o show *Essa Mulher,* deu para ver a grande diferença entre o Brasil que eu imaginava, e o Brasil que existe realmente. Eu imaginava o que tinha aprendido na escola, e de repente me senti com a sensação de quem estava sentada em cima de um barril de pólvora. A gente que tem a sensibilidade um pouco mais aguçada, sente o que pode acontecer, o que nos espera. O descenço econômico, o empobrecimento, a miséria que se abateu sobre o País, pode dar uma catástrofe de repente.

— Você está em véspera de alguma mudança mais radical?

— Sim, porque estou de saco muito cheio. De saco cheio de música e de muitas outras coisas. Já dei inclusive uma parada grande, embora ache que parar não seja solução para crise nenhuma. A solução é arregaçar as mangas e ir em frente. Mas o negócio é que estou cansada de buscar e não encontrar. Quero cantar coisas novas e acho que está tudo muito velho, digo que é um problema mais de forma que de conteúdo, mas não sei exatamente de que forma esse problema pode ser vencido. Às vezes penso que os compositores não se deram conta de que muitas coisas se modificaram, nos últimos tempos. Por outro lado, até agora tive um problema que me atazanou, que é esse negócio de ter que gravar um disco com seis músicas para a WEA. Já imaginou, um disco com seis músicas? Eu estava me sentindo um pouco sem alternativas. Daqui a pouco, quando isso se desbaratinar e eu possa respirar mais livremente, vou me apaixonar por música de novo.

— Por que você não deu certo na gravadora WEA?

— Quem deu certo na WEA? Você está lembrado que o Ney Matogrosso ficou um tempão pastando? Está lembrado que o Belchior estava fazendo um retumbante sucesso e aí foi para a WEA e acabou? É uma gravadora que me fez viajar cinco meses para divulgar meu disco, e não coloca o disco nas lojas. O que você acha disso? Acaba de assinar um contrato, viu que deu mancada e tem que esperar três anos? É dose.

— Na Som Livre você tem esperanças?

— Eu estou absolutamente desesperançada com todas as gravadoras, todas são iguais. Mas a Som Livre pelo menos toca no rádio, põe os discos nas lojas, tem 30% da fatia de mercado, divulga na televisão e tudo.

— Explique mais esses seus grilos, essa insatisfação atual.

— Isso começou faz tempo, e as coisas estão tão interligadas que nem vale a pena a gente falar. Acho melhor deixar isso pra lá, porque senão vou ter que botar quatro velas aqui, fazer um velório, e não tô a fim. Não, essa história... Olha, depois de *Saudade do Brasil* foi só uma arruação, essa coisa arrastada, cheia de picuinhas. Em março eu estava firmemente decidida a abrir um restaurante e parar de cantar profissionalmente. Um restaurante não, um bar; pros amigos tocarem e de vez enquando eu ainda cantar. Mas parar com aquela merda, porque eu não aguentava mais.

— Por que não aconteceu isso?

— Às vezes a gente tem idéias malucas, mas a gente não é louco. Eu sou louca parar de cantar. Eu morro. Imagina eu parar de cantar... Mas juro que pensei nisso, porque não queria mais ouvir falar naquelas históricas todas. Alguém falava "músico" e eu ficava com erisipela, toda empipocada... Música, gravar, televisão, disco, arghh!; eu entrava em pânico e me fechava no quarto. Era uma crise braba, séria, pesadona. De me passar pela cabeça a idéia de suicídio e tudo, coisa que eu nunca havia pensado na minha vida. Felizmente hoje eu já estou legal. Mas o trabalho de desobstrução foi lento, gradual.

— Uma questão que muita gente ainda não entende muito bem. Acham que você tem bronca com o Rio Grande do Sul.

— Cada um curte as suas coisas do seu jeito. Eu sou meio de não falar, tenho uma certa dificuldade nisso, eu sei. Sabe, fica parecendo com as outras pessoas, que endeusam a sua terra em prosa e verso, todos os dias do ano, e não voltando nunca. Puxam a sardinha pro assado e não assumem a coisa na prática. Eu costumo dizer que se é tão bom, se é o paraiso, porque não voltam logo pra sua terra? Mas também tem outra coisa: não é porque você gosta de uma coisa que tem que estar toda a hora falando nela; e não é porque você não fala, que você não gosta. Eu tenho uma viagem programado pelo interior do Rio Grande do Sul, tenho que ver uns buracos por onde andei cantando algumas vezes na minha vida, que tem imagens guardadas na minha cabeça. Então queria conferir. Tomara que não tenham mexido muito nesses lugares, mas é provável que eles também tenham dançado...

— Que lugares são esses?

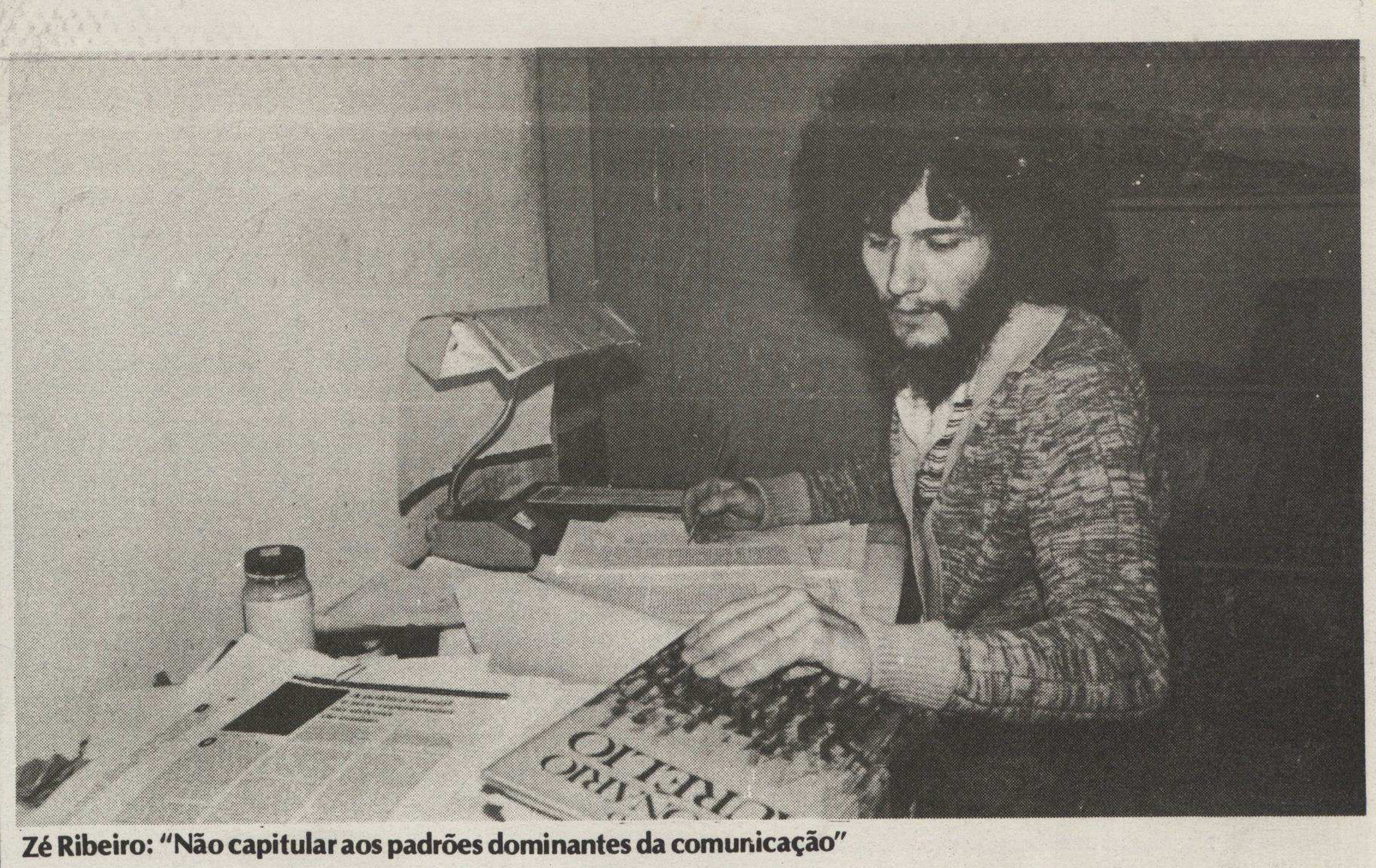
— Tipo assim Guaporé, Bento Gonçalves, uns muros de pedras empilhadas, umas águas que passavam no meio da relva, essas coisas. Eu gosto do Rio Grande do Sul, embora aqui também tenha muita coisa que eu não gosto. Eu não gostaria de ter nascido em Porto Alegre, por exemplo; gostaria de ter nascido no interior.

(No sábado, dia do show, Elis Regina era outra pessoa. Riu muito à tarde, contou e lembrou histórias, passeou. Estava muito bem-humorada. À noite, deu ao público uma apresentação impecável, ágil, renovada, quente e afetiva. Alegria de palco e platéia alimentaram-se com grande empatia. Nos camarins do Gigantinho (ginásio onde se apresentou pela primeira vez), ela estava feliz, beijando e abraçando as pessoas, perguntando o que tinham achado do show. Aos repórteres, pediu que não levassem muito em conta seu estado-de-espírito do dia anterior. Ela é assim mesmo, de altos e baixos — ambos conseqüentes, honestos. É a mesma Pimentinha que saiu do Rio Grande do Sul aos 16 anos para tornar-se a maior cantora do Brasil).

Como falam as esquerdas, um novo dicionário

Francisco Ribeiro

Uma tese sobre os códigos de linguagem dos jornais trotskistas recebeu nota máxima na PUC e se tornou um dicionário pioneiro



Luiz Eduardo Achutti

Zé Ribeiro: "Não capitular aos padrões dominantes da comunicação"

A variação linguística é vista pelos especialistas no assunto, como um problema alheio às questões sociais, econômicas e políticas. Fora os dialetos regionais, a variação do repertório lingüístico é determinado pela escala social, de classes para classe e pela ocupação profissional. Pode-se estabelecer duas variantes caracteríticas de fala: a língua culta, geralmente praticada pela classe dominante, e a língua comum, falada pela classe trabalhadora. A razão desta diferença, claro, está em se ter ou não condições de acesso à cultura e à educação.

Por outro lado, as necessidades de comunicação dos diversos segmentos que formam todas as classes acabam gerando palavras especializadas, gírias próprias, que pessoas alheias ao agrupamento que as pratica têm dificuldades de compreender e decodificar. Tais variações não poderiam deixar de acontecer na escrita. E estas variantes acabam por determinar um dicionário próprio.

Como Falam as Esquerdas (léxico mínimo da linguagem das esquerdas a partir dos jornais da imprensa alternativa que se reivindicam do trotskismo), foi escrito entre 1979 e 1980 pelo professor e revisor José Luiz Ribeiro, 27 anos — mais conhecido como o *Zé da PUC* — para ser apresentado como tese no final de seu curso de Letras na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. O trabalho ganhou nota máxima e acabou se transformando em livro, editado pela Editora Intermédio de Porto Alegre (já está sendo vendido na PUC).

De início ele pretendia abordar todos os jornais da imprensa alternativa, mas, ao notar conceitos ideológicos diferentes em alguns termos como *Poder Popular, Revolução Socialista* e *Etapismo,* de acordo com o posicionamento de cada jornal, optou por limitar-se a analisar a linguagem dos jornais que se dizem trotskistas: *Versus* (que já deixou de circular), *Em Tempo, Convergência Socialista, O Trabalhador* (também extinto) e *O Trabalho.*

Estão catalogados no livro 600 termos do repertório vocabular dos trotskistas de todos os matizes, alguns dos quais nunca tinham se catalogados, como *Nica* (abriviação de Nicarágua) e os estranho *Pinocheteco* (derivado de Pinochet). Outros já caíram em desuso com os novos ventos da abertura, como *charqueiro* (aquele militante que falava coisas em lugares impróprios que, por questão de segurança, só poderiam ser discutidas na entidade). Com este trabalho, Ribeiro concluiu que as necessidades de comunicação na língua escrita são regidas por pressupostos ideológicos.

"A imprensa quando informa", diz ele, "ou analisa um fato qualquer tem na ideologia a base para informar ou analisar. Assim os jornais da grande imprensa tendem a interpretar os fatos segundo a ideologia da classe dominante, enquanto os da imprensa chamada alternativa têm, na ideologia dos setores oprimidos, o seu ponto de vista.

O livro também analisa, embora superfialmente, a contradição existente entre os objetivos da imprensa de esquerda, de fazer um jornal que seja legível tanto para intelectuais e estudantes como para trabalhadores, e sua linguagem codificada. Para o autor, o problema é grave, mas acha que ele deve se resolver em convivência com o caráter codificado na linguagem dos jornais alternativos: "Do contrário seria capitular aos padrões dominantes da comunicação".

Como Falam as Esquerdas, como define o autor não busca abordar a linguagem como um todo, "mas levantar, não mais que isso, as questões polêmicas". Bastante ambicioso, Ribeiro pretende continuar o trabalho que em termos de Brasil, pode ser considerado pioneiro. E deverá continuar sendo por algum tempo, já que não há sintomas de que os grupos de esquerda demonstrem uma preocupação com a pesquisa de temas como a linguagem e o processo de comunicação. A seguir, publicamos alguns dos 600 termos levantados por José Luiz Ribeiro(*):

Aparelho. S.m. 1. Instituição. "O principal na atual situação política é o fato de que a queda da ditadura militar acarretará a desagregação do aparelho do Estado". 2. Estrutura, organismo com objetivos políticos dominado por uma só corrente de opinião. "Um dos defensores da segunda proposta afirmou: "Eles (os reformistas e populistas) não estavam interessados na discussão, mas sim em montar um aparelho em que tivessem hegemonia". 3. Local secreto, segurança. "Luiz Carlos Prestes passou a primeira noite na clandestinidade após o golpe no interior de um Volkswagen, da falta de uma parelho mais adequado à segurança".

Apelegado. Adj. Que tornou-se defensor dos interesses do patrão. "... os operários ficaram enfurecidos e passaram a espancar todos os apelegados que há duas semanas os traíam".

Bolchevismo. S.m. Conjunto de experiências, no campo prático e teórico da revolução, advindas do processo revolucionário soviético. "Todo o combate de Trotsky era justamente para transmitir o bolchevismo para as novas gerações de combatentes revolucionários".

Bonapartismo. S.m. "Aliás, esta é uma das chaves para entender o bonapartismo: ele destrói as estruturas da democracia burguesa substituindo-as pelo princípio do chefe que norteia a conduta no interior das Forças Armadas. Assim hierarquizada militarmente a sociedade civil chega o momento em que o Governo e Executivo, propriamente, se confundem".

Camarada. S.c. Forma de tratamento entre os membros do movimento revolucionário internacional. Surgiu na Rússia. "Mas, a memória dos mártires é eterna e um dia você, camarada Trotsky, será anistiado".

Caucus. S.m. "O caucus é um bloco de direção no seio do Secretariado Unificado, entre os representantes das posições do SWP e daqueles da antiga maioria do SU".

Centreda. Adj. Se diz de uma ação ou atitude não comprometida, que visa levar ao combate. "O camarada Tonho deu uma centreada ontem no ato público, compactuando com os burocratas ao invés de atacá-los frontalmente".

Deduragem. S.f. O ato de dedodurar, denúncia. "Brizola, retomando seu estilo tradicional, lançava acusações descabidas e até mesmo deduragens sobre as oposições".

Degringolada. S.f. O mesmo que desestabilização. "Falar em estabilidade? Para aqueles que esperavam a revolução política, ou a degringolada do regime a curto prazo, sim, podemos falar de estabilidade".

Diversionista. Adj. Com capacidade de desviar o eixo da discussão. "...a Carta de Lisboa é rica em decepções, chegando até mesmo ao ridículo pelas suas colocações anacrônicas e diversionistas".

Entrismo. Sm.L. Ato político de ingressar numa organização com a intenção de cooptação de quadros e/ou desestabilizar sua política interna. "O entrismo se dava com o objetivo de levantar no interior da SFIO a necessidade de ruptura da vanguarda com o aparelho". 2. *Entrismo Sui generis.* Política traçada por Michel Pablo. Colocava a necessidade das seções de IV Internacional se dissolverem dentro dos PCs stalinistas.

Esquerdismo. S.m. Prática oportunista oriunda de um desvio à esquerda do método revolucionário. Tem sua base social na pequena-burguesia.

Etapismo. S.m. Quando o processo revolucionário é visto por etapas. Sinônimo de reformismo. "Primeiro deve-se passar por um período de democracia burguesa para serem criadas condições objetivas para a revolução socialista, prega o etapismo".

Falação. S.f. O mesmo que intervenção, ato de intervir oralmente numa assembléia. Conjunto de posições políticas expressas oralmente. "Só que agora a situação é outra, ninguém mais acredita nas falações dele".

Foquismo. S.m. Método de atuação à prática de guerrilha. "Qualificado como concepção pequeno-burguesa, o foquismo era acusado de pregar uma revolução continental que ignorava as particularidades nacionais e as etapas de luta, ademais de ser desligado das massas e de negar o papel do partido como força dirigente, atribuindo à guerrilha esta função".

Ganhar. V.t.d. O mesmo sentido de cooptar e captar.

Ideologizada. Adj. Que tem base ideológica. "A sua presença irá resultar em uma reconstrução extremamente ideologizada da história chilena recente".

Irmão. S.m. Forma de tratamento utilizada entre os militantes da I Internacional.

Libelu. Adj. Referente à Liberdade e Luta, tendência estudantiil da Organização Socialista Internacional. Esta forma é utilizada para no sentido pejorativo, de qualificação ultra-esquerdista. "Ao contrário do que dizem os libelus da vida, as formas de organização existentes expressam — e praticam — uma verdadeira independência com relação ao sindicato".

Liberalóide. Adj. Que é extremamente liberal, no sentido pejorativo. "...nada avança de concreto com relação ao programa liberalóide do MDB".

Lumpeada. S.F. Ato ou atitude irresponsável característica do lumpesinato, setor mais marginalizado da sociedade.

Marchadeira. Adj. Diz-se das viúvas que rezam pelos ausentes, seus ou de outros. "As marchadeiras de 64 não serão obrigadas a virar baús atrás de rosários".

Nica. S.f. Referente à Nicarágua. "Dada a importância que tem o desenvolvimento da Revolução Nica para o processo latino-americano e pela experiência que deve tirar os revolucionários desta revolução, o debate foi feito concentrando na questão da Nicarágua".

Obreirismo. S.m. Ato de buscar na classe operária, modelos de vida, comportamento e valores.

Partidão. S.m. Referente ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). "Vai ser um imenso partidão (ô Prestes, andam querendo se apossar do apelido do teu glorioso PC)".

Pinocheteco. Adj. Forma aportuguezada do *Pinochetazzo.* Referente ao golpe de Estado dirigido pelo General Pinochet, no Chile.

Seguidismo. S.m. Ato de seguir, capitular oportunisticamente a uma outra posição, por medo de contrapor-se a ela. "... já haviam expressado suas reservas em relação à linha seguida pelo partido antes mesmo do golpe, denunciando o seguidismo da maioria da direção frente à burguesia nacional..."

Tarefeiro. Adj. Aquele que dá privilégio à tarefa prática em detrimento do aprofundamento teórico. O mesmo que tarefista.

(*) No livro, cada frase entre aspas é acompanhada do nome do órgão e da edição da qual foi retirada.

Faça seu pedido pelo reembolso postal para Coojornal — Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS

COOPERATIVISMO E COMPETIÇÃO
A experiência do Cooperativismo alemão na busca de adaptação ao regime capitalista.
Coleção Cooperativismo
Selo Debate nº 1
Cr$ 200,00

INDICADOR PROFISSIONAL

Dr. João Carlos Domingues

Pediatra

CREMERS 7537
CPF 165332080/064
José de Alencar, 1.296, Apto. 1
Porto Alegre RS

MATO GROSSO | **AGERMAT.**

ADVOGACIA
AÇÕES COMERCIAIS
CÍVEIS, AGRÁRIAS,
CRIMINAIS
E EXECUÇÕES

TERRAS
ADM. IMÓVEIS,
REG. DOCUMENTOS
COMPRA — VENDAS
FAZENDAS — CASAS

REPRESENTAÇÕES
COMERCIAIS E PARTICULARES
ASS. E INFORMAÇÕES
COBRANÇAS DE N.P.
CHEQUES E DUPLICATAS

RUA BARÃO DE MELGAÇO, Nº 2.426
FONE: 065-322-10-38, 321-51-38

CUIABA MT

Omar Ferri

Advogado

OAB 2406 CPF 004117520
Uruguai, 155 cj. 1306
fone: 25-4119
Horário: 10 — 12hs
16,30 — 18,30 hs.
Porto Alegre RS

Luiz Goulart Filho
OAB 7182 CIC 183730030/53
Hélio Goulart
OAB 12.600 CIC 220083570/15

Advogados

Horário: Das 10,30 às 11,30 e
Das 17,00 às 19,00 hs
Demétrio Ribeiro, 1078 cj. "B"
fones: 25-8393 33-6476

Nereu Lima

CPF-MF 082058760-53
Advocacia Criminal
Borges de Medeiros, 410
salas: 509/510
tel: 24-6049 Porto Alegre

Geraldo Nogueira da Gama

Advogado

OAB 5951 CPF 059035050/15
Rua Cel. Genuíno, 421
— 12º andar
Fone 25-0154
Porto Alegre RS

LUIZ LOPES BURMEISTER
OAB 2334

ROGÉRIO MENDONÇA
OAB 66 E 17

ADVOGACIA TRABALHISTA DE EMPREGADOS

Andrade Neves, 159/105
Fone: 25-5866
Porto Alegre

ANTÔNIO PINHEIRO MACHADO NETTO

MARILIA PINHEIRO MACHADO BUCHABQUI

JOSÉ ANTÔNIO GOMES PINHEIRO MACHADO

JORGE SANTOS BUCHABQUI

advogados

Rua Riachuelo, 1.098 — conjunto 603.
Telefones 243855 e 243860.
Porto Alegre, RS.

Luiz Carlos
Calachi Moraes

Advocacia Trabalhista

P/Empregados

Andrade Neves, 159 sala: 64
fone: 33-5445
Edifício Amazonas

Rovilio Antonio Breda
OAB/RS 2583

Abade P. Bulhões
OAB/RS 2835

AVENIDA BORGES DE MEDEIROS, 453
CONJ. 81 FONE: 24.69.23

ADVOGADOS

OAB/RS 939 CPF 001783570/49
fones: 24-2796 e 25-6305

Helio Carlomagno

ADVOGADO

João Carlos Gastal OAB 599
Newton Domingues Kalil OAB 7061

Falências e Concordatas

Inventários — Separações — Divórcios
Rua Ramiro Barcelos, 330
2º and. fone: 24-9846

Advogacia em Geral — Questões de Direito das Sociedades Cooperativas

Dr. Marco Túlio de Rose
OAB 9551 — CIC 133.646.690/15

Dr. Luiz Rache Vitello Filho
OAB 11.613 — CIC 202.967.700/00

Dra. Liliana Berry Veiga de Rose
OAB 10.987 — CIC 210.190.880/87

Rua Uruguai, 335, s/37 — Fone: 25-2687
Porto Alegre

---

advogados

HELIO ALVES RODRIGUES
oab 3975 cpf 001520800/15
JULIO CÉSAR ALVES RODRIGUES
oab 3408 cpf 001520990/34

RUA ANDRADE NEVES, 155
conjs. 71 e 72
fones: 24-8616 e 25-8035

Mario Chaves
Carlos Franklin Araújo
Vera Lucia Kolling

ADVOCACIA DE EMPREGADOS

Andrade Neves, 155 conj. 35/36
fone: 24-3159 Porto Alegre

Abertura e psicanálise

Alexandre Gruber de Castro

A abertura política permite ampliar o debate sobre a função da psicanálise. E desperta, também, para o perigo do seu uso ideológico

De repente, a psicanálise e a psicologia saíram dos salões da classe média alta e chegaram até círculos bem mais abrangentes da sociedade. Não há quem com razoável grau de informação não tenha ouvido falar, por exemplo, em Eduardo Mascarenhas e Helio Pellegrino, os dois analistas expulsos da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, justamente por discordarem das premissas elitistas que direcionam a Psicanálise Oficial.

É certo que as pessoas estão mais preocupadas em buscar explicações psicológicas para o que sentem e o que desejam da vida, pelo menos as que têm condições para isto. Mas quais são as razões de tal fenômeno recente? "O pano de fundo é a abertura política", arrisca do psicanalista gaúcho Abrão Slavutsky. "A partir dela começou-se a debater todos os assuntos com mais intensidade — hoje, por exemplo, se discute mais economia — e a psicanálise não ficou isolada neste processo".

Slavutsky, que teve sua formação psicanalítica em Buenos Aires com grupos que renunciaram à Associação Psicanalítica Argentina e foi secretário científico do Centro Médico Psicológico da capital portenha, acrescenta que há fatores específicos que contribuem para um maior interesse pela psicanálise no Brasil: "Enquanto em outros países da Europa e América Latina esse assunto há muito é estudado com profundidade e ganhou repercussão e interesse popular, no Brasil só a partir de 1967 é que temos uma revista periódica de psicanálise que coloca idéias em discussão".

Ele também acredita que a decisão da Sociedade Brasileira de Psicanálise de manter-se à margem do processo cultural brasileiro e a aversão que a psicanálise encontrava entre muitos intelectuais que a consideram reacionária provocaram um atraso da sua descoberta no país. "Em contrapartida", diz ele, "a vinda para o Brasil de psicanalistas argentinos perseguidos pelo golpe de 1976 contribui para um enriquecimento da discussão sobre a psicanálise, aumentando seu interesse".

No ano passado, o assunto ganhou espaço na imprensa, a partir da expulsão de Mascarenhas e Pellegrino da Sociedade Psicanalítica do Rio e com a apresentação do projeto do deputado Salvador Julianelli — muito combatido — que subordinava aos médicos todas as profissões paramédicas, impedindo, por exemplo, um psicólogo de clinicar. "Antes disso", lembra Slavutsky, "o presidente da Sociedade Brasileira de Psicanálise provocara grande polêmica entre os próprios psicanalistas e com divulgação pela imprensa, ao declarar que eram charlatões todos os que exerciam a psicanálise sem fazerem parte da Sociedade".

USO IDEOLÓGICO

O psicanalista Slavutsky acha conveniente destacar dois pontos da discussão sobre sua atividade: "O primeiro é que, apesar do grande espaço dedicado à psicanálise na grande imprensa, ainda estamos muito longe de valorizar a obra de Freud e compreender o grande avanço que sua obra provoca no conhecimento humano. O segundo é o perigo do uso ideológico da psicanálise. O discurso psicanalista é sedutor, porque explica comportamentos humanos motivados pelo inconsciente. Porém, está ocorrendo de se buscarem na psicanálise explicações além do devido, e aí começa o uso ideológico. Buscar nela explicações para a violência urbana, por exemplo, é encobrir a verdade. É não analisar os aspectos e razões sociais e econômicas do fenômeno".

Segundo Slavutsky, "a psicanálise busca a verdade mas, ao mesmo tempo, num movimento dialético e por influência ideológica da classe dominante, encobre a verdade econômica, social e política". Ele cita artigos da revista da Sociedade Brasileira de Psicanálise que defende teses como o desajustamento social surgindo como extensão do desajustamento intrafamiliar e intrapsíquico mesmo. Isto, no mínimo é desconhecer a história da estrutura social na qual os homens estão inseridos. "Neste ponto", completa Slavutsky, "têm razão os que acusam a psicanálise de reacionária, de se preocupar com os aspectos individuais, relegando as questões sociais. Mas esta posição oficial cada vez encontra mais adversários dentro da própria psicanálise".

O professor Pedrinho Guareschi, do curso de mestrado de Psicologia e Sociologia da PUC/RS, acredita que a busca da psicanálise está diretamente relacionada ao sistema político. "Diante da opressão que manifesta-se em todos os níveis, o indivíduo busca, na psicanálise, conscientemente ou não, um desafogo, uma libertação ao menos pessoal". Ou seja, as relações de dominação e exploração na sociedade tornaram-se tão generalizadas que a própria consciência das pessoas está subjugada".

Guareschi comenta que estas relações de dominação se reproduzem na escola, na família, na Igreja, nos meios de comunicação, na sociedade em geral, enquanto o sistema permanece fechado, impermeável. "Então as pessoas buscam um pouco mais de liberdade na psicanálise, como uma saída, pela impossibilidade de reformas estruturais a curto prazo".

DESMISTIFICAR A OPRESSÃO

Justamente aí reside o perigo do uso ideológico referido por Abrão Slavutsky. "É o que se chama de psicanálise de adaptação", explica Guareschi. "Uma psicanálise que desconhece Marx, que desconhece a própria sociologia e que busca todas as explicações somente nos aspectos individuais". Ela surgiu após o aniquilamento, pelo nazismo, dos esforços pioneiros da Escola de Frankfurt, que buscava a integração da psicanálise com a sociologia e encontrou nos psicanalistas e psiquiatras americanos seus mais desatados praticantes. "Buscando este tipo de psicanálise", diz Guareschi, "a pessoa diminui em parte suas tensões e ansiedades, mas não supera os problemas fundamentais".

Para Guareschi, existe um outro tipo de psicanálise que procura criticar e desmistificar a opressão, tanto individual como social, desmistificar tanto as ilusões psicológicas como as ideologias sociais e libertar tanto o neurótico oprimido como o proletário explorado". Ele defende a integração das obras de Freud e de Marx, "um que trata da opressão do invidíduo e outro, da opressão social". Segundo ele, "esta psicanálise que eú chamo global representa uma grande esperança, pois talvez dela possa vir uma transformação fundamental, no sentido de uma verdadeira libertação". As expulsões de Mascarenhas e Pellegrino são um marco da contradição entre as duas correntes embora a tradicional ainda seja majoritária.

"Todo o profeta é perseguido por denunciar o que está errado e anunciar alternativas, indo contra a corrente dominante do sistema", ressalta Guareschi. "Isto está acontecendo com o Mascarenhas e o Pellegrino, mas eles são a primeira voz de uma reação. Dá para perceber que havia muita gente esperando por este grito e que muita coisa vai acontecer". E, certamente, uma das coisas que esta discussão recente provocou foi uma conscientização entre profissionais de outras áreas como a Medicina. Por exemplo: o comportamento tradicional do médico ao encontrar um doente com úlcera é abrir sua barriga e retirá-la. Só que, provavelmente, dali a dois meses reencontrará o paciente nas mesmas condições iniciais. Então onde está a eficácia do ato do médico, por mais competente que ele seja.

SAÚDE MENTAL NA VILA

Ainda é pequeno o número de médicos conscientes deste fenômeno. "Três em cada 100 formandos do curso de Medicina", detecta o médico Mario Luiz Pozzatti, professor do Departamento de Medicina Preventiva, Saúde Pública e Medicina do Trabalho da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. No entanto, ele acredita que esta consciência vem aumentando a partir dos debates sobre psicanálise e psicologia no Brasil.

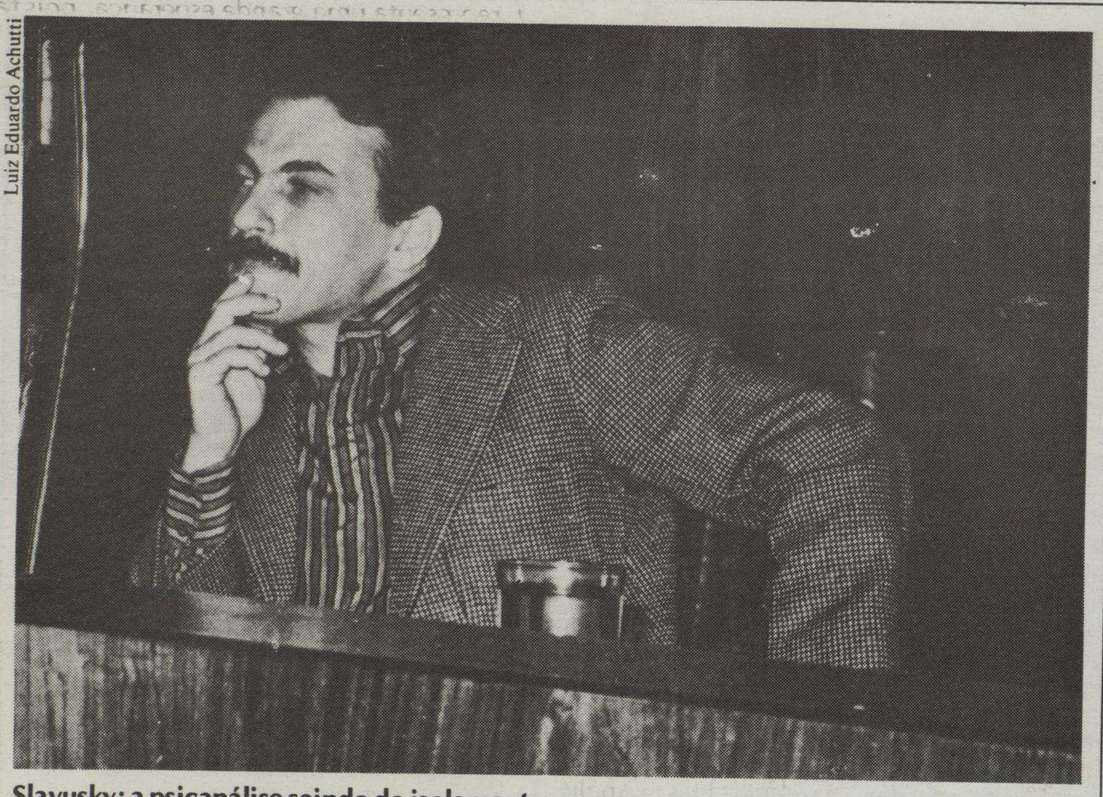
"Quem trabalha com saúde", observa Pozzatti, "entendendo que saúde não é apenas o bem-estar físico, mas também o psíquico e o social, sente necessidade do conhecimento psicológico do indivíduo. Além do tratamento específico da doença, o médico deve verificar o comportamento da pessoa com relação à promoção e preservação de sua saúde". Este, segundo ele, seria o que se chama de medicina comunitária, ou seja, ligada a outras áreas profissionais.

Pozzatti é um dos criadores do Grupo Unido de Saúde Pública que desde 1978 reúne 17 profissionais de áreas diversas trabalhando voluntariamente junto a 10 mil pessoas da Vila Augusta, no município de Viamão, na Grande Porto Alegre. O pensamento que orienta o grupo é que ao médico não compete apenas apertar um parafuso ou dar remédio para vermes: "Precisa ver o cliente como um todo,

Fotos de Daniel de Andrade

Pozzatti: a discussão provocando conscientização cada vez maior

Luiz Eduardo Achutti



Slavusky: a psicanálise saindo do isolamento

procurando fazer mais por ele". Esta forma de atuação, porém, não surge somente por boa vontade dos médicos, como frisa Pozzatti. "Tem como causas desde o incentivo da Organização Mundial de Saúde até os estudos de psiquiatria comunitária, além das próprias exigências novas do mercado de trabalho, em que o especialista encontra cada vez mais dificuldades de colocação".

Com relação específica à psicologia, a conseqüência mais imediata desta situação é a extensão de seus benefícios a diversas populações. "O Grupo Unido de Saúde Pública", exemplifica, "consegue, através dos psicólogos que o integram, encontrar formas de comunicação e integração com a comunidade da vila". Para isto, antes de começar cada trabalho de Grupo, são feitos cursos de relações humanas entre os médicos, enfermeiros, arquitetos, nutricionistas e os *auxiliares de saúde,* que são recrutados entre os moradores da vila.

A noção abrangente de saúde aplicada pelo Grupo inclui, por exemplo, debates sobre o que a comunidade pode fazer por si mesma. Por exemplo: há um casal com problemas. O marido bebe, bate na mulher que, por sua vez o trai. Os filhos ficam abandonados. Junto com os vizinhos do casal, os integrantes do Grupo discutem e analisam o que podem fazer pela família, além evidentemente, de tratar o alcoolismo do homem, as feridas da mulher e a fome dos filhos. "A saúde da família é também sua saúde mental e social", diz Pozzatti.

Talvez as principais conseqüências deste novo posicionamento dos médicos, ressalta Mario Pozzatti, foram a introdução da residência médica em saúde comunitária, há dois anos, no currículo de universidades, como a UFRGS e a inclusão, no curso de Medicina, da disciplina de Sócio-Antropologia da Saúde, além de uma maior atenção das secretarias estaduais da saúde sobre a questão. O que indica uma tendência saudável: os médicos deixam de apenas recauchutar a mão-de-obra e passam a se preocupar — por que não? — com a cabeça do paciente.

Indispensável aplicar a psicologia

O menino não aprendia a ler e escrever: aprendia tudo mais, matemática, ciências, artes, e aquela barreira à alfabetização era, assim, ilógica, paradoxal, intrigante. Foi só muito longe da sala de aula, na casa do menino, conhecendo a sua família, que se descobriu a surpreendente e apaixonante complexidade do drama que se encerrava naquela impossibilidade de unir o b-a-ba. Tendo, como toda criança, o pai e a mãe como modelos, aquele menino se recusava, inconscientemente, a aprender a ler e escrever para não "trair" a imagem dos pais — analfabetos.

A professora Esther Grossi, do Geempa (Grupo de Estudos sobre Ensino de Matemática de Porto Alegre), que acompanhou esse e outros casos de dificuldade de aprendizagem por problemas psicológicos, está convencida da necessidade dos professores de conhecer psicologia ou trabalhar com psicológos, como forma de auxiliar e mesmo viabilizar, em muitos casos, a própria aprendizagem. E considera que essa consciência crescente dos professores é uma das causas do aumento que se verifica hoje no Brasil do interesse e dos debates sobre psicologia.

Embora ainda não seja grande, no Rio Grande do Sul, o número de professores que procuram na psicologia e na psicanálise formas de auxiliar as crianças no aprendizado, a tendência nesse sentido "é irreversível", afirma a professora Esther Grossi, ressaltando que este será um caminho seguro para estender os benfícios da psicologia às camadas desfavorecidas da população.

DESCOBERTAS

Realizando há dois anos, na Vila Santo Operário, em Canoas, uma pesquisa sobre o insucesso escolar das crianças de classes desfavorecidas, o Grupo de Estudos sobre Ensino de Matemática de Porto Alegre — Geempa, que reúne nesse trabalho 15 profissionais de diversas áreas — já fez importantes constatações. Os sociólogos, psicólogos, professores do Geempa verificaram, por exemplo, diz a professora Esther Grossi, que embora seja "voz corrente que as crianças não conseguem aprender por causa da subnutrição até os dois anos, este não é o caso das crianças brasileiras que chegam à escola. Para que a subnutrição seja determinante da dificuldade de aprendizado, precisa ter alcançado níveis extremos, severos, semelhantes aos de Biafra".

O Geempa adquiriu essa certeza, prossegue a professora, ao utilizar métodos diferentes dos tradicionais no tratamento com as crianças da vila pesquisada. Ao aplicar as provas de Piaget de níveis de estruturação do pensamento, no ano passado, por exemplo, o Grupo adaptou as provas à realidade das crianças. Os tubos de ensaio, foram substituídos por copos de vidro, potes de geléia. As provas não tiveram caráter formal ou intimidador. E o resultado: foram encontrados índices piagetianos iguais aos de crianças de Genebra.

Fotos de Daniel de Andrade

Grossi: buscando causas do atraso escolar na vila

Os recursos utilizados para facilitar, e mesmo viabilizar, o aprendizado das crianças também não são convencionais e baseiam-se nas constatações dos profissionais das várias áreas do Geempa. Essas constatações são de que as crianças têm dificuldade para aprender não porque sejam "burras", mas porque podem ter problemas psicológicos que não são alheios ao peso de pertencerem "a uma classe que não tem consciência de si", frisa a professora Esther Grossi.

VERBAS CORTADAS

— Nós precisamos estudar o problema da vinculação entre a identidade, a individualização da criança e a sua possibilidade de alfabetização — diz Esther Grossi. Na vila, temos crianças que não se reconhecem em fotografias, que não reagem a seu próprio nome. Isso não é um problema individual, mas de uma classe que, por vários motivos, está fora da realidade. E isso afeta a aprendizagem. Enquanto a pessoa não é alguém, não tem condições de se apropriar de uma nova forma de se expressar.

Constatações como essas, acrescenta a professora, só foram feitas a partir da presença de psicológos nesse trabalho. E os métodos de auxiliar no ensino também tiveram a sua participação. Hoje, por exemplo, as 150 crianças do Grupo Escolar Guilherme de Almeida, na Vila Santo Operário de Canoas, com as quais o Geempa trabalha, são estimuladas a libertarem seus sentimentos, expressarem suas preferências, seus ódios, seus amores, como forma de terem uma identificação consigo mesmas.

Atividades como essas, aparentemente alheias a um processo imediato de aprendizagem, "facilitam enormemente a alfabetização", afirma a professora Esther Grossi. E são também uma demonstração clara da necessidade de uso da psicologia como instrumento de trabalho dos professores.

— A escola é moldada para a classe alta. Será que isso não é ideológico? Será que nos não queremos que as crianças das classes populares aprendam, porque aprender gera independência, reflexão, e uma provável reação? — indaga a professora Esther Grossi.

Com relação à possibilidade de expansão de trabalhos como o do Geempa em Canoas, há um detalhe importante, "uma coincidência", diz ela: o Geempa não recebe verbas do MEC há um ano e meio, pouco depois de ter concluído pesquisas em escolas de elite como a João XXIII, Israelita do Brasil, Instituto de Educação.

A UNIDONTO PROPÕE A TODAS AS COOPERATIVAS UM BOM NEGÓCIO

A Unidonto oferece assistência odontológica pelo sistema cooperativista.
A Unidonto oferece consulta e tratamento odontológico com hora marcada.
A Unidonto oferece seu plano de assistência familiar.
A Unidonto oferece preços mais baixos.
Solicite a presença de um executivo da Unidonto.

unidonto
PORTO ALEGRE
sociedade cooperativa de serviços odontológicos ltda.

Unidonto Porto Alegre Fone 24-5380 Av. Borges de Medeiros, 596 4° andar G. 42

Informação: nova discussão para uma velha polêmica

No XVIII Congresso Nacional de Jornalistas, ano passado, em Brasília, foi criada uma comissão permanente de estudos da Nova Ordem Internacional da Informação. E, ao mesmo tempo, surgiram as comissões regionais, vinculadas aos sindicatos. O trabalho que o **Coojornal** publica a seguir, é o primeiro da comissão do Sindicato do Rio Grande do Sul:

Que a dependência informativa do Terceiro Mundo em relação aos centros hegemônicos mundiais é quase total não há dúvida, bem como não há dúvida desta dependência nos setores econômico e cultural. No Brasil, por exemplo, a informação diária internacional nos meios de comunicação *rádio, televisão* e *jornal* é praticamente 90% proveniente de três agências internacionais, ou transnacionais: as norte-americanas UPI (United Press International) e a AP (Associated Press), e a francesa AFP (Agence France Presse).

A polêmica sobre a questão *informação,* no entanto, não é nova. Já em 1946, as Nações Unidas estabeleceram que todos os Estados-membros deveriam defender o livre fluxo de informações. Da mesma forma, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU, estabelecida a liberdade de expressão, de opinião e o direito das pessoas de buscar informações através de qualquer meio e sem limite de fronteiras. A proposta de um "livre fluxo de informações" era defendida pelos Estados Unidos, que visavam, assim, atender suas necessidades de expansão posteriores à Segunda Guerra Mundial. A proposta foi aprovada sem a participação da maioria dos países africanos e asiáticos, bem como em geral do hoje chamado Terceiro Mundo. E de lá para cá, a estrutura internacional da comunicação se reorientou. A colonização da informação, antes em poder da Europa, passou a ser dominada pelos Estados Unidos.

Somente em 1972, no entanto, é que este problema começou a ser novamente questionado com maior intensidade. Naquele ano, os países do Pacto Andino manifestaram sua preocupação pela dependência informativa que vinham sofrendo. Já em 1973, a discussão do tema cresceu quando, na reunião da Argélia, em setembro, o movimento dos países não-alinhados entendeu que alguma coisa deveria ser feita no campo da Comunicação, em virtude de, apesar de existirem mais de 100 agências noticiosas espalhadas pelo mundo, as norte-americanas AP e UPI, a francesa AFP e a inglesa Reuters detinham praticamente o monopólio sobre a emissão de notícias para todo o Terceiro Mundo.

Desde 1973, então, os países não-alinhados vêm reiterando sua preocupação com relação à dependência informativa daquelas agências. Isto se repetiu nas conferências-geral da Unesco de 1975, 1976, 1978 e 1980. E, ao lado da luta pelo estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional, surgiu a proposta de discussão de uma Nova Ordem Internacional da Informação. Esta posição dos países não-alinhados influiu de forma marcante na Unesco. Uma comissão desta, presidida por Sean McBride, ficou encarregada de estudar o problema do equilíbrio informativo no mundo. Esta comissão, através do polêmico relatório *Vozes múltiplas-um só mundo* concluiu que dois terços da informação diária no mundo provêm direta ou indiretamente de Nova York e que o desequilíbrio informativo é alarmante no que diz respeito a países hegemônicos e terceiro-mundistas, com relação aos acontecimentos diários no mundo.

AS TRÊS POSIÇÕES ATUAIS

Atualmente, existem três posições no que se refere a uma Nova Ordem Internacional da Informação.

A primeira delas sustenta que a NOII será alcançada mediante uma transformação no fluxo da informação, criando-se novos mecanismos de ação jornalística dentro da atual estrutura informativa. As agências seriam mais imparciais e mostrariam o pluralismo cultural do mundo.

A segunda posição vai mais além e propõe uma modificação de TODA a estrutura dos sistemas de comunicação, revisando também a dependência financeira e ideológica da estrutura transnacional. Dentro desta segunda posição, há uma tendência que vê como insuficiente uma NOII sem uma mudança radical na estrutura transnacional e na estrutura interna dos países do Terceiro Mundo. Para que uma NOII proporcione realmente uma maior justiça na informação e, em conseqüência, uma maior justiça social, segundo esta tendência, é preciso modificar o próprio modo de produção da economia. Para esta corrente, o modo de produção da notícia, numa sociedade capitalista, é o modo de produção capitalista da notícia. Desta forma, uma NOII seria insuficiente se não se transformarem todas as relações de produção. Ou seja, uma NOII, para esta posição, seria impossível dentro de uma sociedade capitalista, de classes, onde os interesses da classe dominante são antagônicos aos da dominada.

A terceira posição quanto a uma NOII é contrária a esta proposta. É o caso da posição das agências de notícias e jornais norte-americanos, e foi a posição inicial do governo dos Estados Unidos. Esta corrente, contudo, reconhece a existência de problemas com o equilíbrio informativo, porém, considera que isto é decorrente de um mercado é que o principal valor a ser defendido é a liberdade de imprensa. Mais recentemente, a posição norte-americana tem se aproximado dos grupos produtores de equipamentos. Ocorre que, como os países do Terceiro Mundo, para uma NOII, teriam que aperfeiçoar sua tecnologia no setor, os conglomerados produtores de equipamentos de alta tecnologia perceberam que a NOII poderia se tornar altamente lucrativa também ao nível de fornecimento de equipamentos e assistência. E a dependência informativa passaria a se dar, também, ao nível tecnológico.

Francisco José Karam

Um processo aberto

A proposta de um debate sobre a Nova Ordem Internacional da Informação (NOII) enfrenta, no Brasil, dois problemas imediatos: a falta de dados e documentos a respeito e a carga de preconceitos com que a questão foi introduzida no país.

Enquanto em diversos países latino-americanos a reivindicação de uma transformação da atual estrutura informativa internacional surgiu internamente, no Brasil, a discussão fez o percurso contrário. Quando começamos a acompanhá-la, já estava avançada em outras regiões e fazia parte do temário de organismos como a UNESCO.

O pior, porém, é que a introdução do debate no país se deu através das agências noticiosas e das empresas jornalísticas nacionais vinculadas à Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), que já se haviam posicionado radicalmente contra a proposta dos países não-alinhados. A NOII aparecia como um projeto *da UNESCO,* "atentatório às liberdades estatizante e autoritário".

A argumentação, à primeira vista, não era inteiramente absurda, tanto mais que, entre os defensores da proposta estavam ditaduras como as do Zaire e Indonésia. Para nós, que começávamos a nos livrar da censura prévia, a ameaça parecia ainda mais palusível e os setores partidários da situação vigente exploraram este fato com sucesso.

Em primeiro lugar, não se trata de uma iniciativa *da UNESCO*. Em segundo, caracterizá-lo como um projeto pronto para ser aplicado — ou imposto — é ignorar a realidade. A NOII, mais do que um projeto, é um processo, recém desencadeado, cujo único aspecto definitivo é ser uma resposta ao monopólio sobre a informação internacional exercido pelas grandes agências.

Em alguns países, a NOII será conduzida pelo Estado, mas em outras nações como o Brasil, a dinâmica, a profundidade e as características do processo serão definidas em função do contexto em que se desenvolver. A proposta poderá ser vantajosa para certos setores empresariais que necessitam de informação sobre mercados (já há manifestações nesse sentido). Interessa também ao Estado, em função de sua política exterior.

O fato contudo, de que o capital e os interesses representados pelo Estado se beneficiem com o estabelecimento de uma NOII não significa que ela seja antipopular. Pelo contrário, ela significará, em maior ou menor grau, um avanço no sentido da democratização dos meios de comunicação, na medida em que as organizações populares e em especial os trabalhadores do setor intervierem no processo.

Por enquanto, o debate está restrito aos empresários (contra e a favor), ao Estado (nas reuniões da UNESCO, etc.) e a alguns grupos de jornalistas e pesquisadores em comunicação. É preciso ampliá-lo e democratizá-lo. Disso depende inclusive que a NOII chegue a ser também uma Nova Ordem Nacional da Informação. Da mesma forma que a proposta de uma Nova Ordem Econômica Internacional, a NOII não significará a supressão das injustiças sociais, mas faz parte da luta para que esse objetivo seja alcançado.

Carlos A. Müller

Bibliografia

A informação na nova ordem internacional/Coletânea de textos organizada por Fernando Reyes Matta. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Adecuandose al nuevo orden informativo mundial (trabalho de Herbert Schiller publicado pelo Instituto Latinoamericano de estudiosnsnacionaeles — ILET, do México).

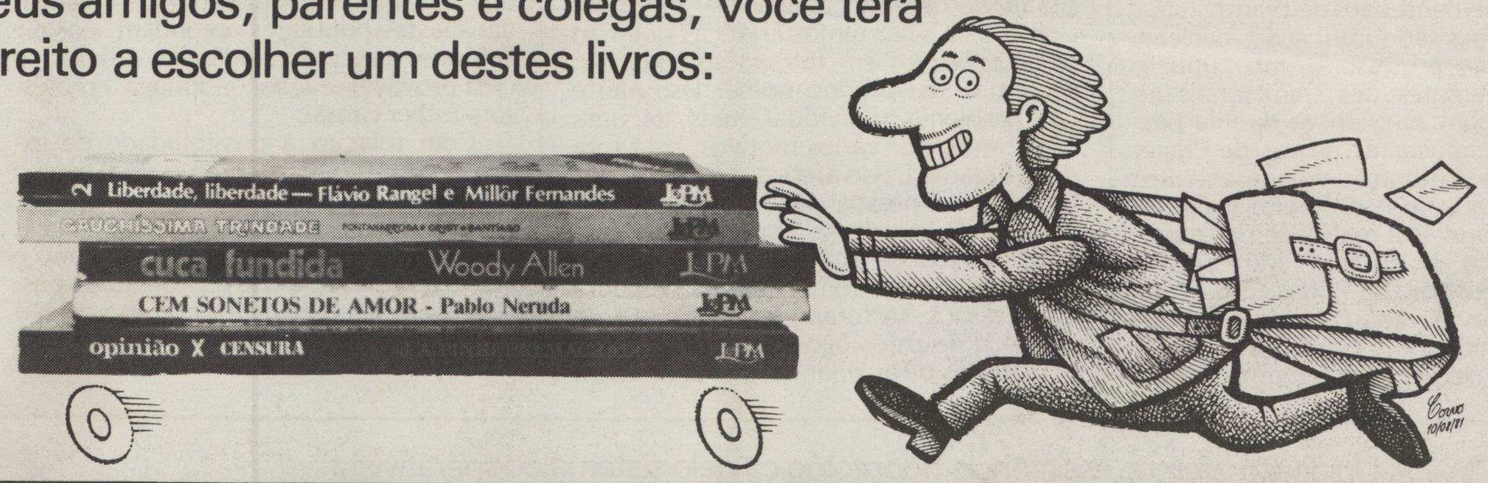
Nuevo orden informativo, participación y cambio en la estructura comunicativa (trabalho de Fernando Reyes Matta publicado pelo ILET do México)

O Brasil e a Ordem Informativa Internacional (trabalho apresentado no Quarto Congresso da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação, no Maranhão, pelo jornalista e professor da Universidade de Brasília, José Salomão David de Amorim).

O *Coojornal* tem presentes para os amigos

Você, que é amigo e leitor do **Coojornal**, está convidado a participar de nossa campanha de assinaturas e ganhar livros de presente.

É fácil: a cada três assinaturas do **Coojornal** que vender para seus amigos, parentes e colegas, você terá direito a escolher um destes livros:



- ☐ *Liberdade, Liberdade,* de Millôr Fernandes
- ☐ *Cem Sonetos de Amor,* de Pablo Neruda
- ☐ *Cuca Fundida,* de Woody Allen
- ☐ *Opinião x Censura,* de J. A. Pinheiro Machado
- ☐ *Gauchíssima Trindade,* de Santiago, Crist e Fontanarrosa

Se você vender cinco assinaturas do Coojornal terá direito a escolher dois livros!

Para ganhar os livros você precisa encaminhar:

1) Nome, endereço e profissão de cada assinante.

2) O valor das assinaturas, através de vale postal ou cheque nominal para a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda. — Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS

Assinatura para o exterior: US$ 60.00

Cada assinatura anual custa apenas Cr$ 1.100,00

MARCOS REY

Antes que comece, acabemos com o sexo nas escolas

O sexo já foi uma coisa simples; proibida, escondida, camuflada, mas elementar, simplérrima. Sua descoberta, uso e funções não constituíam problema. Aos 14 anos qualquer garoto normal já sabia tudo sobre ele e seu conhecimento mais sofisticado terminava na leitura de certos romances, então considerados eróticos como "A carne" e "Presença de Anita", já que falamos do Brasil. No plano experimental os primeiros contatos eram feitos com as garotas das vizinhanças, com as alegres meninas das matinês domingueiras e com as generosas e evoluídas criadas domésticas. Depois, o grande debute, aos 18, ou pouco antes ou pouco após, quando um companheiro mais velho ensinava o caminho da zona das prostitutas. No meu tempo, certas ruas do bairro do Bom Retiro eram universidades sexuais ou, para os mais apressados um curso de madureza. Mas, apesar do aludido aspecto escolar, não sei de ninguém que tenha sido reprovado porque o ensino era fácil e as professoras eficientes.

Uma década mais tarde surgiram as call-girls, mas aí já era um curso de extensão, não obrigatório, para aqueles que desejam aperfeiçoar-se na matéria, conhecer requintes, papear, frequentar ambientes luxuosos, tomar alguma bebida, sentir-se mais importante. Descobria-se nessa fase que o sexo é algo bastante classista. A zona de iniciação era para os novatos e para os pobres, e as call-girls, mais perfumadas, com a pele mais tratada e cabelos da moda estavam a serviço das classes mais favorecidas. Essa, anotem, era uma descoberta estimulante, pois despertava nos jovens o desejo de ganhar mais dinheiro e definir vocações. Em seguida, vinha o casamento, que, como em todas as épocas, como aventura sexual termina em lua-de-mel. O resto são contas a pagar.

Hoje as coisas mudaram muito no terreno sexual. Sempre que ligo o rádio ou a televisão, ouço ou vejo um novo explicador do sexo. De fato, surgiu uma nova profissão, e parece que bastante rentável, a dos explicadores do sexo, que consiste em complicar tudo aquilo que erradamente supúnhamos claro e intuitivo.

Dizem esses novos mestres que tudo deve começar com uma boa conversa com os pais. Ora, os pais os filhos são pessoas assexuadas que teriam esquecido tudo que sabiam about, estando sobre o tema na triste fase do desinteresse total. Além do mais, que graça tem em ser orientado naquilo que é tão bom descobrir sozinho. A criança, nesse oceano, precisa navegar sozinha ou quando muito com um marinheiro do sexo oposto. Nada de colocar pai e mãe no mesmo barco.

Quanto ao ensino sexual nas escolas evidentemente sou contra. Lembro-me de minhas queridas e antigas professoras. Eram ótimas para ensinar linguagem, geografia, matemática, ciências físicas e naturais, mas como professoras de sexo teriam com certeza me causado um mal irreparável. Jamais teria tido êxito na aludida prática se antes tivesse de relembrar os sábios ensinamentos daqueias respeitáveis senhoras de cabelos brancos, gordas, cansadas e muito mal pagas para lecionar.

Para mim elas já eram, como ainda são, o anti-sexo, a imagem da pureza e do cansaço. Se tivessem me ministrado o curso que mais cedo ou mais tarde será adotado nas escolas, seus rostos assexuados me acompanhariam ainda na escuridão das intimidades, e talvez já tivesse tentado o suicídio por me sentir um mau aluno.

Sexo e samba não se aprendem na escola. Os adultos só seriam capazes de projetar nas crianças suas frustrações e o olho da vigilância e da censura. Sexo, acho, não é matéria para quadro-negro, lições de casa, exames e notas. É coisa para o pátio, hora de recreio, mistério de faixa etária na qual os chatíssimos adultos não devem entrar.

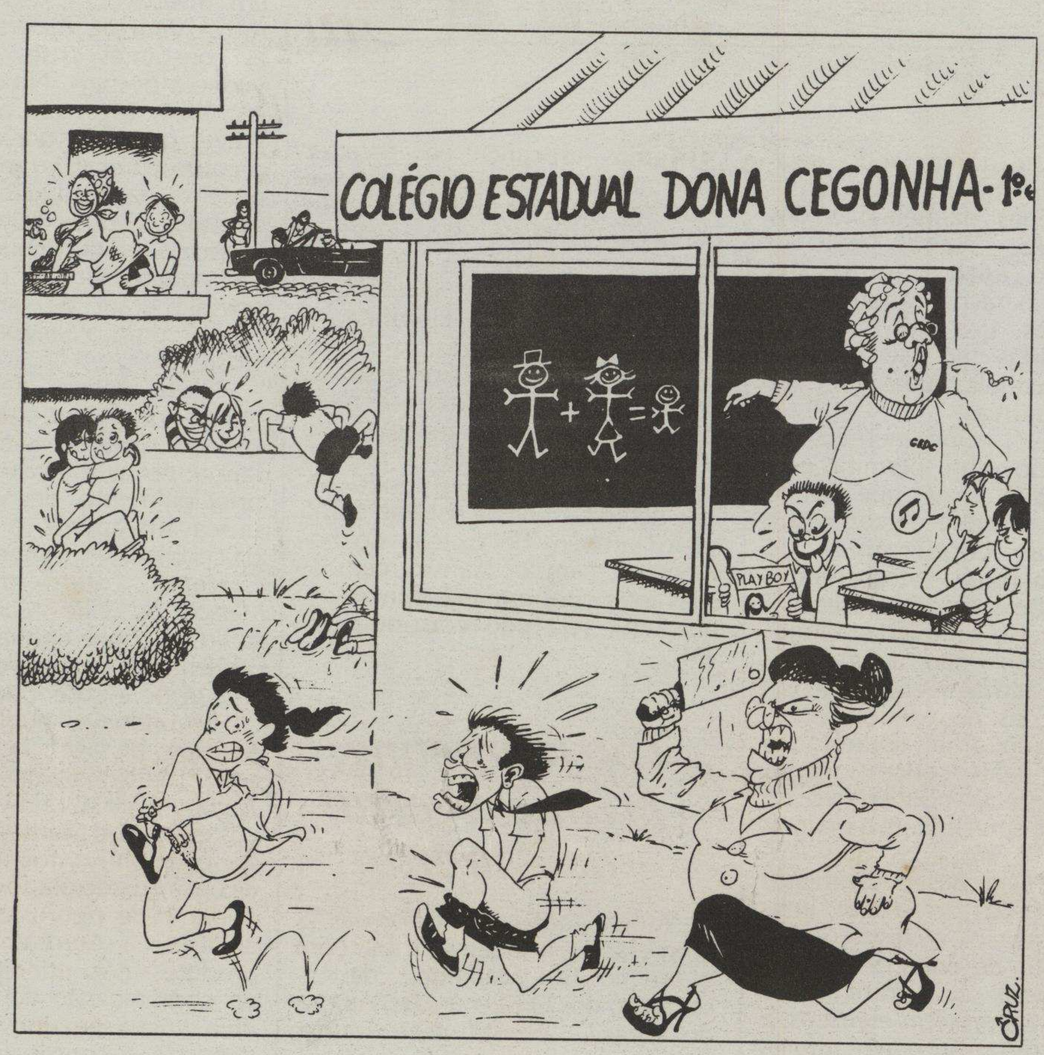
E quanto às vocações artísticas? Quantas, com origem no sexo, seriam afogadas logo no nascedouro por culpa dum ensino que pretende tornar científico demais o que é vida, segredo, beleza, tensão e poesia? Com sexo na sala de aula, exposto, desenhado, metrificado, chamado por nomes científicos, desvendado não teríamos mais um Álvares de Azevedo ou Casimiro de Abreu. Garanto.

— E um Vinícius?

— De Morais?

— De Morais.

Acho que ele próprio, Vinicius, se tivesse estudado sexo no primário ou no ginasial, teria resultado num cacetíssimo poeta épico. E a garota de Ipanema poderia passar quantas vezes quisesse por ele, sem virar samba-canção.

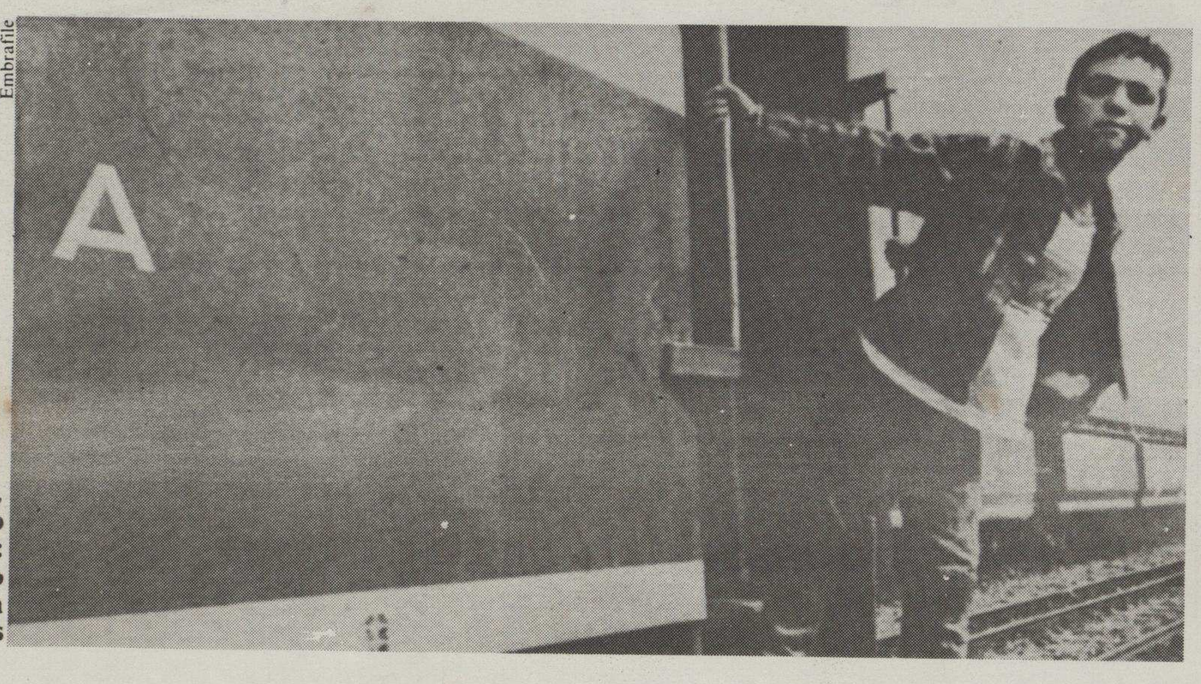


Menores
Indignação e raiva

Hector Babenco é o mais novo vitorioso do cinema brasileiro no mercado externo. Seu filme *Pixote, a Lei do Mais Fraco* venceu o festival de Biarritz, França, nos últimos dias de setembro, e está entre as 50 maiores bilheterias dos Estados Unidos, atualmente. Babenco estima que o seu filme poderá fazer 1,5 milhão de dólares no mercado interno americano (cerca de Cr$ 150 milhões). Cifra mais do que razoável para que ele possa viabilizar a produção de *O Imperador do Acre* (Galvez), seu sonhado projeto que exige capitais que há algum tempo pareciam excessivos, mas que agora talvez não seja tão difícil levantar. A crítica, por sua vez, está entusiasmada. No *New York Times,* Vicent Canby destaca as interpretações de *Pixote,* "tão comoventes que os personagens parecem de verdade".

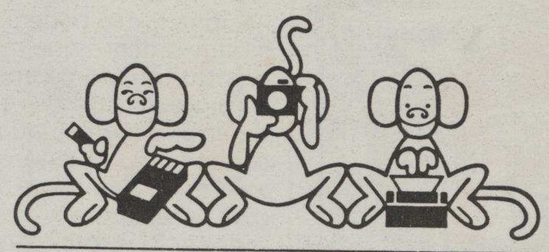
O que se pode dizer de Babenco em *Pixote* é que ele filma com indignação e raiva. É um cineasta que, indiscutivelmente, conhece o seu ofício. Sabe lidar com as imagens e os atores. Constrói momentos fortes e extrai desempenhos convincentes do seu elenco. Diante do tema de *Pixote* — a destruição da inocência nas crianças — ele se comporta como o cirurgião que vai extrair um tumor maligno. A operação talvez lhe revolte o estômago, mas também encerra um desafio: é a maneira que ele tem de provar sua perícia e habilidade. Assim também Babenco. Ele penetra com sua câmara no submundo para mostrar um retrato do Brasil que não comporta nenhum ufanismo. O que ele filma é o verdadeiro câncer que corrói o tecido social brasileiro: 26 milhões de menores carentes, vários milhões de menores verdadeiramente abandonados, agindo no desespero, roubando e mantando. Esses 26 milhões correspondem a um quarto da população brasileira, cifra alarmante.

Para exibição no exterior, Babenco acrescentou um prólogo onde explica a situação do menor abandonado no Brasil. "Para mim", ele afirma, "mais importante do que apontar responsáveis e transformar o cinema unicamente num veículo de denúncia, foi partir do momento em que a inocência da criança, ao ser ultrajada, inicia um processo de violência". O sucesso de *Pixote* é outra confirmação de que o cinema brasileiro vive um momento de excepcional projeção no exterior. Internamente, nosso cinema também trilha novos caminhos: Nelson Pereira vai filmar *Memórias do Cárcere,* Diegues trabalha num projeto sobre Palmares, Roberto Farias conclui *Pra Frente Brasil,* denúncia do ufanismo que marcou a era Médici. Depois de uma relativa estagnação, o cinema brasileiro (re)vive. O deserto, felizmente, é fértil. (*L.C.M.*)



Embrafilme

Pixote, premiado na França: destruição da inocência nas crianças



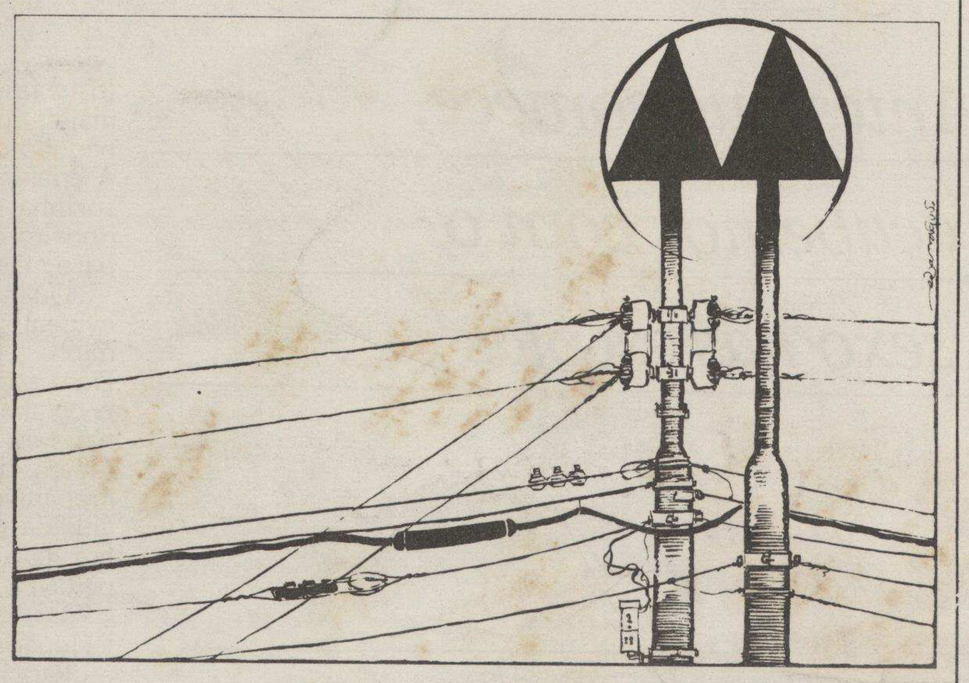
cooJORNAL

LEIA E ASSINE

A guerra da energia

As concessionárias de energia elétrica dificultam o trabalho das cooperativas

Paulo Brandão (*)



São grandes os esforços que o Governo tem feito na área rural para levar o desenvolvimento e as conquistas do homem ao agricultor. Porém, se formos analisar mais profundamente, constataremos que quase tudo resulta mais na promoção do próprio Governo do que nos benefícios reais carreados ao rurícola. É o caso da eletrificação rural.

O Brasil possui hoje cerca de cinco milhões de propriedades rurais, mas cujo índice de ocupação efetiva não alcança a mais de três milhões. Deste total, cerca de 500 mil propriedades são já supridas com energia elétrica, restando ainda um potencial de 2,5 milhões, à margem, portanto, do desenvolvimento.

A partir da edição do Estatuto da Terra, passou o Governo, formalmente, a estimular o surgimento das cooperativas de eletrificação rural, pois viu neste sistema a fórmula ideal, mais barata e eficaz para levar a energia elétrica ao homem do campo.

Com este apoio começaram a ser constituídas tais cooperativas. O resultado foi que, já em 1971, o Brasil contava com 191 cooperativas deste gênero, com mais de 27 mil associados; em 1975 eram 238, com 97 mil usuários e hoje, já são 250 cooperativas, com mais de 300 mil associados. Em apenas 17 anos, o sistema cooperativo eletrificou mais da metade das propriedades rurais até hoje eletrificadas no país.

Até 1975 as empresas concessionárias (como a Companhia Estadual de Energia Elétrica, do Rio Grande do Sul) não se preocuparam com isto, assumindo responsabilidades técnicas e até de aval de financiamentos canalizados pelo poder público às cooperativas. Mas, a partir de 1976, passaram as concessionárias — na sua maioria estatais, pois o empreendimento não era atrativo ao capital privado — a se preocupar com o desenvolvimento das cooperativas, vendo nestas, uma ameaça de perda de poderio, talvez não tanto econômico mas, principalmente, político.

Começaram então, a exercer uma dura contestação e uma guerra sem tréguas contra as cooperativas, dificultando o fornecimento de energia — do que dependem as cooperativas, uma vez que não são estas geradoras de eletricidade. Mais do que isto, utilizando-se de sobras de recursos financeiros acumulados pela Eletrobrás ou aumentando seus *déficits* orçamentários, passaram a construir redes paralelas às das cooperativas, usando até de aliciamento aético junto aos agricultores para que aderissem a seus projetos. E o pior é que as concessionárias só se interessavam por aquelas áreas cobertas pelas cooperativas.

Lamentável e incompreensível é que o Governo permita esta prática, ainda mais que foi o próprio Governo quem incentivou a criação das cooperativas de eletrificação rural, incorporando-as ao instrumental de desenvolvimento agrário e implementando-as de recursos não apenas nacionais mas também captados, em boas condições, no exterior.

Desta guerra e contestação levantadas pelas concessionárias contra o sistema cooperativo de eletrificação rural advem a maioria dos males e tropeços que embaraçam o pleno desenvolvimento do sistema. Daí advêm as limitações de recursos, as restrições no fornecimento de energia elétrica, os embaraços burocráticos na aprovação dos projetos elétricos, a indecisão dos próprios agricultores em se associarem às cooperativas, a impropriedade tarifária imposta às cooperativas — enfim, 99% dos fatores negativos.

O mais doloroso é que não se observa uma reação concreta e objetiva do poder político, tanto de situação como de oposição. Seria de se perguntar: Deve-se isto a interesses eleitoreiros? Estaria o Governo querendo utilizar-se das concessionárias estatais para o cabresteamento do eleitor, mesmo que suas empresas venham a falir? Estaria a oposição omissa por defender um princípio socializante, pregando a estatização total dos serviços de eletricidade?

Mas nem tudo está perdido, e confiamos em que o bem prevalecerá um dia sobre o mal. Os responsáveis pelo poder público hão de se acordar ainda a tempo e compreender que, a bem do desenvolvimento e da soberania nacionais, não poderá ser rejeitado o oferecimento que está fazendo o próprio usuário da energia elétrica e protagonista do processo de desenvolvimento, através de suas cooperativas. E esta é uma opção que evita um ônus ainda maior para a economia nacional, causado pelo crescimento dos prejuízos das empresas estatais de energia elétrica, correndo o risco, até mesmo, de inviabilização da geração de energia.

Temos espeança em reverter esta situação porque, apesar de todas as mazelas, há organismos públicos que hoje dão decidido apoio às cooperativas. O Ministério da Agricultura, o Incra, o Grupo Executivo de Eletrificação Rural de Cooperativas, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, o Banco do Brasil, têm-se mostrado incansáveis no incentivo ao sistema cooperativista. É preciso que outros, inclusive políticos, que acreditam neste sistema como meio também de fixação do homem ao campo, transformem as suas intenções em atos concretos, antes que seja tudo reduzido a cinzas.

*(*Engenheiro Agrônomo, diretor da Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Rio Grande do Sul)*

Faça seu pedido pelo reembolso postal para Coojornal — Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS

QUERIDA FAMÍLIA
Um drama do nosso tempo. As cartas enviadas pela brasileira Flávia Schilling à sua família narrando toda sua amarga experiência nos cárceres uruguaios.
Cr$ 200,00

Top marketing, prêmio à garra da Aurora

A divulgação dos nomes das 15 empresas agraciadas este ano com o prêmio Top Marketing, da Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil, constituiu-se numa agradável novidade para o sistema cooperativista. Pela primeira vez, uma cooperativa figurou entre as empresas vencedoras. Trata-se da Cooperativa Vinícola Aurora, com sede no município gaúcho de Bento Gonçalves, que, graças à qualidade de seus produtos e ao seu desempenho empresarial foi escolhida como uma das mais destacadas empresas, conquistando um dos prêmios mais cobiçados do país. Nada menos de 300 empresas inscreveram-se no concurso.

O presidente da ADVB, Miguel Iglatios, salientou que "a Vinícola Aurora aproveitou-se das mudanças que estão ocorrendo no mercado brasileiro que, nestes últimos 10 anos, passou a contar com vinhos finos, em vez de vinhos baratos. Este mesmo mercado vinha principalmente sendo disputado por multinacionais e a Aurora conseguiu introduzir no mercado algumas marcas de vinhos que alcançaram excelentes resultados".

Antes alguns produtos da Aurora já haviam recebido láureas. O vinho branco *Katz Wine* obteve o prêmio Destaque 80 da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), pois foi indicado por 423 entre 1010 donos de supermercados como um dos produtos mais vendidos. E o *Conde de Foucauld* ficou em 8º lugar na maior Olimpíada Mundial de Vinhos já realizada. Ela foi organizada em Paris pelos famosos gastrônomos franceses Hanri Gault e Christian Millau. Entre 330 vinhos de 33 países, o cabernet da Aurora ficou em 8º lugar na categoria dos bordeaux, considerados os melhores do mundo.

Criada por 16 pequenos produtores de uva de origem italiana, em fevereiro de 1931, a Cooperativa Vinícola Aurora sofreu com as constantes crises do mercado vinícola do país. Na última delas, em 1976, teve que arcar com os graves prejuízos por não ter conseguido colocar no mercado o excedente da produção de seus associados, já que 40% do vinho que produzia era destinado a terceiros. Os poucos vinhos próprios que possuia eram de uma faixa popular, como o *Sangue de Boi* e o *Mosteiro*.

Nesta época, seus diretores jamais sonhariam com o Top Marketing. Quando eles decidiram lançar novas marcas no mercado, principalmente de vinhos finos, buscavam apenas a recuperação da cooperativa. Surgiram os vinhos *Costebel, Bernard Tailland, Maison de Ville, Conde de Foucauld* (vinho e conhaque), *Johannesberg* e, mais recentemente, *Katz Wine* e *Fiorentino*.

Segundo o publicitário Ciro Martins, da agência gaúcha Símbolo Propaganda, detém a conta da Aurora e pela primeira vez concorreu ao Top Marketing, "a opção da cooperativa foi acompanhada de um arrojado plano de marketing. A partir de rigorosas pesquisas e análises, a Aurora colocou seus produtos nos principais veículos de comunicação do país, usando uma linguagem inovadora, abandonando o conservadorismo existente na propaganda do setor, com mensagens capitalizando imagem para a cooperativa, enaltecendo a qualidade dos vinhos produzidos no Brasil".

E isto sem descuidar os vinhos populares, tanto que o *Sangue de Boi*, que é exportado desde 1973 para os Estados Unidos, foi o campeão de vendas no Brasil. No ano passado, foram vendidos 1,5 milhões de garrafões de três e cinco litros. Além disso, exportou o vinho *Mosteiro* para Angola, num volme de 1,2 milhões de garrafões, na maior exportação de vinhos já realizada no país.

Com tudo isto, o faturamento da Aurora cresceu 1.000% de 76 a 80. Agora, a Aurora já planeja novos e revolucionários empreendimentos, como a introdução de 15 tipos de uva importados da Europa e dos Estados Unidos. As matrizes sofreram um período de maturação e já estão sendo distribuídas entre os mil associados da cooperativa — em sua maioria minifundiários com propriedades inferiores a 25 hectares. A partir de 1984, ela inicia a produção de novos vinhos finíssimos, que por certo serão preciosas munições para enfrentar as multinacionais e os vinhos importados. Estes ainda controlam 35% do mercado de vinhos finos no país.

A participação do associado, aliás, é fundamental na volta por cima da Vinícola Aurora. Segundo o diretor comercial José Alberici Filho, "a cooperativa procurou orientar o quadro social com relação a novas técnicas de plantio e cultivo de vinhedos, além de incentivá-lo a proceder uma perfeita correção do solo. E as respostas foram as melhores possíveis. O associado compreendeu que, invés de destinar grande parte da produção para terceiros, era muito mais conveniente fabricar nossos próprios vinhos".

Do catálogo de vinhos da Aurora

Muita atenção também para os funcionários

Bastante preocupadas já há algum tempo com a comunicação e educação junto a seus associados, as cooperativas agrícolas gaúchas, motivadas certamente por seu crescimento, voltam-se hoje para o aperfeiçoamento de seus funcionários. A Fecotrigo calcula que existem 18 mil funcionários nas 72 cooperativas de produção associadas, e por isto começou a aplicar, só neste ano, Cr$ 30 milhões na montagem de infra-estrutura do Centro de Recursos Humanbos, na cidade de Cruz Alta, que terá como principal objetivo realizar cursos técnicos de curta duração.

Natanael Barreto, o coordenador do Centro, considera satisfatórios os primeiros resultados. Em pouco mais de dois meses de funcionamento o CRH já se envolveu em mais de 35 atividades (cursos, encontros, seminários), atingindo diretamente cerca de mil pessoas. E a previsão é de que até meados de dezembro passem semanalmente pelo Centro mais de 500 pessoas.

Junto com a falta de capital de giro, a ausência de técnicos especializados é um dos mais sérios problemas que as cooperativas de produção enfrentam hoje, diz Jarbas Machado, presidente da Fecotrigo. A questão do capital de giro está sendo resolvida, segundo ele, com a criação das cooperativas de crédito, "mas o problema com a falta de profissionais é bem mais profundo do que possa parecer".

Além da parte técnica, é necessário que estes profissionais tenham conhecimento das peculiaridades das empresas cooperativas. E a tecnologia de formação de pessoal que existe hoje na praça, lembra Machado, atende apenas às exigências das empresas convencionais. Por isto as cooperativas tentam, com o Centro de Recursos Humanos, desenvolver com urgência uma tecnologia própria para a formação profissional de seus trabalhadores.

Natanael Barreto dá como exemplo desta busca de soluções uma questão administrativa que surja nas lojas de serviços (supermercados) operadas pelas cooperativas. "Nós fazemos o planejamento e pautamos o curso de acordo com as necessidades da cooperativa. Este mecanismo tem se mostrado eficiente nas avaliações finais dos cursos".

Carlos Alberto Wanger

Bom Fim: "Não deixe que te destruam"

"Muito boa a reportagem sobre o Bom Fim, pois além de retratar fatos que desconhecia, veio darme uma visão do que realmente se passava, pois aglomerações em bares de esquina pouco representa para mim, embora sejam pessoas que façam isto pelas mais variadas razões. Mas também fiquei sabendo que os "revolucionários de botequins" planejavam suas ações na base de chopes, cachaça e outras misturas... e nesta base o que poderia sair de cérebros embotados pelo alcoolismo e etc?"

José Antônio Fávero
Porto Alegre — RS

Bom Fim: "Revolucionários de botequins"

"Bom Fim, visto de uma maneira diferente. Concordando e discordando com os repórteres Eduardo Bueno e Francisco Ribeiro".

Bom Fim, ponto de encontro da vanguarda destemida do "Portinho". Foi sempre assim. Ele é diferente, especial, profundo e cuidado! Enganador.

Para iniciar a amizade colorida não magoa nem produz danos. É a ternura e a afeição em todos os tons. O que acham? Dono de bar metido a magrinho e que vende a erva burguesa para enriquecer é lixo. Parasita destruidor.

Bom Fim, em teus bares a discussão polêmica, as brigas gloriosas, as idéias geniais e loucas cheias de patriotismo selvagem, que poderiam ter salvo o mundo e ficaram e ficam perdidas entre quatro paredes. Cruel desperdício.

Bom Fim, das águas furiosas correndo pelas calçadas das ruas, levando lixo, caco de garrafas e sonhos depois da chuva. Nos bueiros de tuas ruas caíram todas as fantasias revoluções cuidadosamente planejadas nas mesas de teus bares. Todas perfeitas e plausíveis. Debatidas em sussurros, era o medo dos cérebros lavados com detergente multinacional... trivial. Estavam na espreita.

Bom Fim, dos contestadores, alguns fumando a erva burguesa, dizem e pisando o cérebro genial com a erva plantada para dar lucro e alienar. Como aceitar alguém se autodestruindo e criando regras para salvação das massas oprimidas. Incrível. Não tens espaço erva burguesa nos bares libertadores do Bom Fim, fica nas festas burguesas, que destruídas despoluiriam. Restrições coloridas a cerveja e a cachaça incolor, que queima a boca, a garganta e agita o cérebro que dispara desenfreado, criando mais teorias de libertação.

Vocês estão com quem?

Escolham a cachaça de cana de fundo de quintal. É mais colorida, brasileira e jovial.

Um dono de bar reclamando. Os pequenos burgueses se assutando com os "vândalos". É um absurdo. Pena que eram "garotos" ou se riam "lobos"? O outro está com medo de ficar "pinel". Anjo Santo. O salazarista, que tem cérebro de néscio quer mais polícia; quer é mais dinheiro. O jogo justificando a casa, outra degradação do regime burguês. Simplesmente a exploração do homem pelo homem. Horror Guerra entre "garotos" e Brigada Militar". Uma volta diferente ao início do século, quando também meninos e meninas operários eram massacrados.

O outro pequeno burguês idoso, que enriqueceu na nova terra, não pode chamar nativo de "vagabundo". Imperdoável. E aquele outro que se queixa da polícia, que perturba o seu negócio.

Bom Fim, amado e desamado, cuidado querem te desterrar. Misturando intelectuais, vagabundos, colonos; quando o Bom era uma charneca, não combina. Uns dizem "vândalos", outros "vagabundos". Por quê? Proletarização intelectual, que absurdo. Há proletários com cabeças incríveis, que são logo destruídos, quando não se deixam cooptar. São diferentes dos tecnocratas pseudointelectuais, frios e insuperáveis em artimanhas para a continuidade do regime destruidor. E alguns são filhos e netos de proletários, o que é mais trágico.

Voltando aos meninos e meninas, eles jamais podem ser chamados de "vândalos". Estão desesperamente buscando um rumo. E podem se perder, já que a corrupção é regra, o vício legal e o lucro instituição. Nada importa. Assustados fogem do Araújo Viana e se escondem no "bar", que no momento parece ser o único refúgio, o dono se assusta. A rua fica cheia de policial. Triste.

Perturbam. A rua com famintos saqueando para comer. A rua com crianças dormindo nos cantos escuros. A rua em que está o palácio do "princípe", onde há festas e cintilam jóias compradas com o dinheiro da corrupção. A rua onde está a casa da "tortura", onde muito sangue correu por baixo da porta especial, em filetes longos e vermelhos, como pedaços de fita...

Quanto ao alcoólatra é um desesperado sensível que bebe para acalmar a angústia que o mataria se não fosse amenizada pelo álcool. Ele bebe para acalentar a alma.

Bom Fim, a especualção imobiliária vai te destruir. Reage. Não deixa que arranquem tuas árvores.

Gente inocente do Bom Fim, caminhando, vivendo e mortos... crianças, meninos, meninas. velhos,... Isack, João, Beto, Renato, Ivan, Eduardo, Francisco, Raimundo... todos os nomes do mundo nas ruas do Bom Fim se encontrando nos cantos libertos do mundo. Em sombra o encontro de exploradores e explorados... flores, união e liberdade... lembrando os vergados pela dor e abandono.

Adeus e paz e amor Bom Fim.

Norma Miglietti
Rio Grande

Brasil: basta de "American way of life"

"Salvo opiniões maliciosamente interessadas, não constitui nenhum alarmismo observar a ubíque e incomparável presença norte-americana no Brasil. Proporcionalmente, somos o país mais colonizado do mundo. Não é válido cotejar-nos a esse respeito com Porto Rico. Essa ilha, uma quarta parte da nossa Marajó, é um paliteiro de palmeiras com algumas centenas de milhares de hispanos convertidos à causa do **american way of life.** A destruição da cultura de Porto Rico pelo moloque do norte é quase nada comparada a nossa satelização. Afinal, como no caso do escravo e fabulista Esopo em relação aos seus amos, o Brasil, potencialmente, é pelo menos um país tão importante quanto os Estados Unidos. A grandeza do Brasil é que faz essa onipresente colonização ainda mais clamorosa.

Não há, rigorosamente, nenhum setor da nossa vida nacional que não se encontre sob ou completo domínio ou forte influência dos Estados Unidos. Do picolé ao automóvel, do cotonete ao cigarro, da lanchonete à televisão, da lâmina de barbear ao computador, da pílula aos fertilizantes, do gibi ao elepê, do Pelé à Rita Lee, do vinho aos remédios, quase não há segmento da nossa vida, econômica, cultural, política, onde os norte-americanos não marquem decisiva influência.

Vivemos pisando em ovos para não melindrar e aborrecer nossos irmãos norte-americanos. A nós não é permitida nem mesmo a sábia irreverência do lendário Esopo, que não se furtava de fustigar as inépcias e tolices dos seus mestres. Nossas reações em face da formidável presença norte-americana na nossa vida são, quase invariavelmente, de resignação e derrotismo. Porque somos em parte, vítimas de uma vasta campanha dos nossos americanos, cujo fim é abalar, quando não demolir completamente nossa fé nas possibilidades do Brasil. Querem esses amigos da América que pensemos que o Brasil não dá pé, que é ridículo, careta, inviável — e que está certo só quem faz como o "repórter Hélio Costa". O hélio-costismo domina o Brasil. Estamos colonizados de cabo a rabo. Pelo **best-seller.** Pela **country music.** Pela televisão. Pela FM. Por todos os lados. E quem, muito excepcionalmente, escapa da colonização geral, ampla, ostensiva, com freqüência se expõe à limitada, mas não menos eficiente de instituições tipicamente norte-americanas como os Mórmons, o Rotary, a ACM, o Lyons, etc. Os americanos quase não nos dão fôlego para que respiremos um pouco dos nossos arres.

O que assusta é a eficiência dessa enorme lavagem cerebral. Tanto é assim que não há um só político, um só jornalista ou mesmo um só artista popular que, assumindo a causa do Brasil, se levante contra a colonização, bote a boca no trombone contra os homens do norte. Pelo contrário. O que vemos é o alargamento da hoje cega adesão aos valores dos grandes magnatas que controlam a vida americana. Os brasileiros do Brasil assistem de cócoras e braços cruzados da arquibancada o baseball amigo dos nossos americanos. Até a mulher brasileira, antigamente nossa primeira maravilha ao lado do futebol é negligenciada, posta em segundo plano pelas nossas revistas de mulher pelada. Estamos, de certo modo, importando mulher! E não falo apenas do Carlos Lyra. Importamos, desculpam as feministas rábidas, nosso melhor produto, enquanto o nosso governo diz a sério que exportar é o que importa.

Claro que não espero das nossas atuais autoridades nenhuma medida drástica contra esse flagelo. O mais fácil é que eu pague caro pela audácia de achar que o Brasil vale uma missa. De qualquer modo, registre-se: pelo menos um brasileiro do Brasil pensa que o helio-costimo não compensa.

Ronaldo Cruz
Porto Alegre

EXPEDIENTE

Diretor-Editor
Osmar Trindade
Editores
Antônio Manoel de Oliveira, José Antônio Vieira da Cunha, Manoel Canabarro, Victor Hugo Sperb, Daniel de Andrade (Fotografia), Edgar Vasques (Arte)
Redação/Fotografia
Rafael Guimarães, Elaine Lerner, Luiz Eduardo Achutti, Delmar Marques, Juarez Fonseca, José Guaraci Fraga, Luiz Carlos Merten, Eduardo Bueno, Licínio Azevedo.
Diagramação/Arte
Luiz Antônio Pinheiro, Eugênio Neves, Luiz Gustavo Machado.
Correspondentes
Geraldo Hasse (São Paulo), Riomar Trindade (Rio), Ariosto Teixeira (Brasília).
Secretária Executiva
Vera Maria Moreira
Endereço: Rua Comendador Coruja, 372 — CEP 90.000 — Porto Alegre, RS.
Distribuição exclusiva em todo o território nacional: Fernando Chinaglia Distribuidora S/A
Rua Teodoro da Silva, 907 — Rio de Janeiro — RJ — CEP 20.563
Assinaturas: País: Cr$ 1.100,00 por 12 edições; América Latina: 50 dólares; demais países: 60 dólares.
Números atrasados: À venda somente a partir da edição nº 30, ao preço da última edição na banca. Os pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor em cheque ou vale postal em nome da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda.
(Associado à Ajocoop)
Edição mensal
Impresso na CORAG - Aparício Borges, 2199

coojornal
ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.
A Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre foi fundada em 24 de agosto de 1974, constituindo-se na primeira do gênero no país. A Cooperativa é uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembléia geral para um mandato de dois anos. Cada associado, independente de sua participação no capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembléia.
ASSOCIADOS:
Osmar Trindade (**Presidente**), Antônio Oliveira (**Vice-presidente**), Rafael Guimarães (**Secretário**), Affonso Ritter, Carlos Roberto Dornelles, Danilo Ucha, Luis Afonso Franz, Marcelo Oscar Lopes, Clarice Aquistapace, Jorge Polydoro, José A. Vieira da Cunha, Manoel Canabarro e Tomás Irineu Pereira (**Conselheiros de Administração**)
Elaine Lerner, Sérgio Batsow, Vladimir Neto Ungaretti, Eugênio Neves, Francisco Daniel da Silva e Mauro Toralles (**Conselheiros Fiscais**)
Daniel de Andrade, Edgar Vasquez, Fernando Goulart, João Batista Aveline, João Borges de Souza, Jorge Gallina, José Antônio Pinheiro Machado, Juarez Fonseca, Luiz Carlos Merten e Valdir da Silva (**Conselheiros de Edição**)
Acari Amorim, Adalberto Corrêa de Lemos, Adélia Porto da Silva, Ademar Vargas de Freitas, Ademir Fontoura, Adriano Lopes de Oliveira, Adroaldo Correa, Afonso Licks, Agene Schiffino, Airton M. Rodrigues, Alberto André, Alberto Filgueiras, Alberto Blum, Alda Souza, Alfonso Abrahan Alfredo Fedrizzi, Alice de Lorenzi Urbim, Amauri Mello, Amilton Vieira, Ana Amélia Lemos, Ana Maria Riviello, Ana Maria Smidt, Ana Maria Terra Magalhães, André Jockymann, Ângela B. Ricordi, Ângela Santamgelo, Ângelo Teixeira Júnior, Aníbal Bendatti, Anilson Gantes da Costa, Antôno Britto Filho, Antônio Carlos Esteves, Antônio Firmo Gonzalez, Antônio Dreon Peres, Antônio Vargas, Ariosto Teixeira, Ari da Silva Teixeira, Armando Burd, Armando Sobral Rollemberg, Armindo Antônio Ranzolin, Artur Monteiro, Artur Oliveira Filho, Artur Pereira da Silva, Artur S. Poester, Ataídes Miranda, Augustinho Licks, Avani Maenfeld, Ayrton Centeno, Ayrton Kanitz, Beatriz Micheletto da Rosa, Beatriz Polydoro, Benigno Rocha, Bernardete Duarte Schimitt, Bruno Ange Ferreira, Cândido Cruz, Carla Irigaray, Carlos Alberto Fruet, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Alberto Sardenberg, Carlos Alexandre Gruber de Castro, Carlos Alfredo Simch da Silva, Carlos Alves Müller, Carlos Athanazio, Carlos Fehlberg, Carlos Frederico Mentz, Carlos Gerbase, Carlos Karnas, Carlos Henrique Bastos, Carlos Marino Urbim, Carlos Mossmann, Carlos Rafael Guimaraens, Carlos Roberto Silveira, Carlos Salzano V. da Cunha, Carmem Rita Cagno, Carmem Silveira, Carmem Silvia Rial, Celso Rosa, Celso Schroeder, Cid Pinhero Cabral, Cinara Lima, Cintia Leal, Clarice Dornelles, Ciro Dias dos Reis, Cláudia Quinto, Cláudio Barcelos, Cláudio Levitan, Clayton Selistre, Cléa Marcia Motti, Clóvis Heberle, Clóvis Malta, Cristina Baptista Pereira, Cyro Canabarro, Delmar Marques, Divino Fonseca, Edelberto Behs, Edgar Lisboa, Edna Della Nina, Edson Chaves Filho, Edson Kosminski, Eduardo A. Tavares, Eduardo R. Bueno, Eduardo San Martin, Eduardo S. Guimaraens, Eleonora Canto de Lucena, Elio Falcão Vieira, Elisabete Portugal, Elisabeth Copetti, Eloísa Enck, Elmar Bones da Costa, Elser Quintana, Enio R. Rocha, Ercy Pereira Torma, Erni Quaresma, Euclides Torres, Eugênio Bortolon, Eva Caparelli, Evaldo Gonçalves, Evelyn Berg Ioshpe, Evilázio Oliveira, Fátima Regina Torri, Fernando Lindote, Fernando Saes, Fernando Guedes, Fichel Davit Chargel, Flávio A. Porcello, Flávio Dutra, Flávio Schubert, Floreal Rodrigues Rosa, Floriano Correa, Francisco C. da Silva Ribeiro, Francisco Dias Lopes, Francisco José Karam, Francisco Juska, Francisco Paulo Santana, Gabriel Matias, Geanoni Peixoto, Gecy Balmonte, Geraldo Hasse, Gerson Schirmer, Gilberto Pauletti, Gilberto Leal, Glauco Cruz Brandão, Gomercindo Coutinho, Guilherme Pereira de Souza, Guisleno Baru Derquin, Gustavo de Freitas Moritz, Haroldo Abrantes da Silva, Hedi Moema Bauer, Heidy Gerhadt, Hélcio Pereira, Hélio Gama Filho, Hélio M. Doyle, Heloísa Cé, Helton Ricardo Barreto, Hermelindo Macedo, Higino Barros, Hiltor Paulo Mombach, Hiron Cardoso Goidanich, Iara Bendatti, Iara Schilling Pereira, Iaraporan Müller, Ibsen Valls Pinheiro, Ieda Guterres Bernardi, Ignes Pletsch, Ilgo Wink, Ilza Girardi, Imara Stalbaum, Ivan Pinheiro Machado, Ivo Egon Stigger, Jandira Cesar, Jandira D'Ávila Feijó, Jane M. Filipon, Jayme Copstein, Jayme Klintowitz, jaime Saltchuk, João Batista Scalco, João C. Ferreira da Silva, João Paulo Lacerda, João dos Reis Muniz, Jorge Baumann, Jorge Freitas, Jorge Meditsch, Jorge Escosteguy, Jorge O. Carvalho Leite, Jorge Oliveira da Silva, Jorge M. Gomes, Jorge Sá de Miranda Neto, José Antônio Ribeiro, José Antônio Severo, José A. Simch da Silva, José A. Pinto Netto, José A. Vieira Flores, José D. Ripoll, José Emanuel Mattos, José Enedir Francisco, José E. Nascentes, José Félix Valente, José Guaraci Fraga, José H. Mitchll, José Lauro Dickmann, José Luiz Chiarelli, José Luiz D. da Silva Lima, José Luiz Prévidi, José Marcelo Pontes, José Onofre, José Reduzino de Araújo, José R. Fontes, José Roberto de Alencar e Silva, José Roberto Garcez, José Abu-Jamra, José Secundino da Fonseca, Juan Carlos Gomes, Judith Costa, Julieta Nunes, Júlio José Chavenatto, Júlio Sortica, Jurandir Silveira, Jussara Coelho, Laerte de Franceschi, Laerte Martins, Laila Pinheiro, Lauro Quadros, Lea Aragon, Lenora Vargas, Leo Tavejhanski, Leonardo Dourado, Leonid Streliaev, Licínio Azevedo, Lilian Bem David, Linda Cristina Degrazia Sarturi, Lorena da Silva Paim, Lotário Neuberger, Lourival Viana e Silva, Lucila Camargo, Luiz Alberto Arteche, Luiz Alberto Scotto, Luiz Americano Vidal, Luiz Antônio Duarte, Luiz A. Corazza, Luiz A. Kosminski, Luiz A. Pinheiro, Luiz Carlos Felizardo, Luiz Carlos Ferreira, Luiz Carlos Miranda, Luiz Carlos Mello, Luiz Carlos O. de Almeida, Luiz Cláudio Cunha, Luiz Eduardo Achutti, Luiz Fernando Lima, Luiz Fernando Flores, Luiz Fernando L. da Silva, Luiz Fernando Veríssimo, Luiz Francisco Terra Júnior, Luiz Fonseca, Luiz Gonzaga, Luiz Humberto Pereira, Luiz Inácio de Castro, Luiz Oscar Matzenbacher, Luiz Paulo Pilla Vares, Luiz P. Ruschel Daudt, Luiz Vitello, Luiz Recena Grassi, Luiz Lanzetta, Lygia Miriam Nunes, Manuel J. Lourenço, Mara Bernardes, Marcelos Vilas-Boas dos Santos, Marcia Silva Câmara, Marcia Beatriz Turcatto, Marco Antônio Schuster, Marcos Antônio Baggio, Marco Tulio de Rose, Maria Angélica de Moraes, Maria Elaine Borges, Maria da Graça Seligman, Maria da Graça Silva, Maria H. Passos, Maria Helena Branchar, Maria Iara Rech, Maria Ines Zanchetta, Maria I. Hummes, Maria L. Fontanive, Maria Luiza Teixeira, Maria Regina Ferreira, Maria Suely Caldas, Margareth da S. Paula, Marina Wodtke, Marinoria Osório, Mário Alberto Nascimento, Mário Aris Perez, Mário Rocha, Mário L. Madureira, Mário Marcos de Souza, Marise Fetter, Meristela Barrios, Maroni João da Silva, Marques Leonam, Mary Menda, Mary Mezzari, Maureci Santos, Mauro C. Silveira, Milton Galdino da Silva, Milton Wells, Milton R. da Silva, Milton Saldanha Machado, Miriam Costa Correa, Miriam Tereza Chagas de Moura, Miriam T. Timponi, Mirta Coelho Maron, Najar Tubino, Nelson Franco Jobim, Nelson Matzembacher Ferrão, Neltair Rebés Abreu, Nestor C. Fedrizzi, Neusa M. Ribeiro, Newton Peter, Nilson Figueiredo, Nilson Guimarães, Nirce Levin, Nivaldo T. Manzano, Octacílio Grivot, Odilon Abreu, Olides Canton, Olívio Lamas, Olyr Zavaschi, Omar Barros Filho, Orlando C. Brasil, Otílio Rieth, Paolo Marconi, Patrício Bentes, Paulo Antôno Fogaça de Medeiros, Paulo Burde, Paulo Cancian, Paulo C. de Almeida Verri, Paulo Denis Pereira, Paulo V. Macedo, Paulo E. Vasconcellos, Paulo Fernando Guerreiro, Paulo Gerson A. de Oliveira, Paulo Marcon, Paulo Mário Garcia, Paulo Martimbianco, Paulo Queirós Bezerra, Paulo e Tarso Riccordi, Paulo Totti, Pedro Macedo, Pedro Sosa, Pedro V. Maciel, Plinio Dotto, Porfírio Borba Netto, Raul Rubenich, Raul Quevedo, Regina Vasques, Rejane Lempeck, Remi Baldasso, Renan A. de Oliveira, Renato Canini, Renato Kern, Renato Pinto da Silva, Ricardo Bolsoni, Ricardo Chaves, Ricardo Schimitt, Riomar Trindade, Roberto Alves D'Azevedo, Roberto Appel, Roberto A. Thomé, Roberto Ethel, Roberto Franco, Roberto L. Antunes Fleck, Roberto Manera, Rogério Fróes Monteiro, Rogério R. Ruschel, Rogério S. de Medeiros, Rômulo Krafka, Ronaldo Westermann, Rosvita Saueressig, Rubens Constantino Volpe, Rui Jorge Bender, Ruy Carlos Ostermann, Sérgio Becker, Sérgio Caparelli, Sérgio Moita, Sérgio Roca Lagranha, Sérgio Toniello, Severino Goes, Sibila Rocha, Silmar Müller, Silvia de Souza Costa, Silvio Ferreira, Silvio S. Corrêa, Solange V. Morgado, Tânia Carvalho, Tânia J. Failace, Tânia Krutscka, Telmo Zanini, Terezinha Figueiredo, Ubirajara Silva Prates, Vera Daisy Barcellos, Vera Bosak, Vera Costa, Vera Kern, Vera Maria Gomes, Vera Monteiro, Victor Hugo Sperb, Virson Holdembaum, Victor Moraes, Waldoar Teixeira, Walter Firmo da Silva, Whalmir Anna von Koening, Wilmar Marques, Zelia D. Leal.

Associado à AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

NO 5º ANIVERSÁRIO DO COOJORNAL, VOCÊ TERÁ TRÊS SEMANAS DE DIVERSÃO E CULTURA. FIQUE DE OLHO!

coojornal
15 DE NOVEMBRO DE 1976

edgar vasques

DICA

edgar vasques

VÉIO DICA, VOCÊ QUE ESTÁ HÁ ANOS AÍ DENTRO DESSA LATA MEDITANDO, ME DIGA UMA COISA:

CUSP

AFINAL, QUAL É A DIFERENÇA ENTRE TEORIA E PRÁTICA?

SIMPLES: A TEORIA **SEMPRE** DÁ CERTO, E A PRÁTICA **NUNCA!**

10/81.

CRIANÇA FELIZ♪

VOU "GANHAR" O "BERRO" DAQUELE VIGIA OTÁRIO!

QUERO VER SE CONSIGO "ALGUM" NAS TROMBADAS!

E A TUA MANA?

COMEÇOU A SE "VIRAR" NA ZONA!

Ô JEJUM, QUAL É O PAPO AÍ?

A SEMANA DA CRIANÇA DO MENOR ABANDONADO!

edgar vasques

10/81.